

Equatorial S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025

Equatorial S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS...	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	14
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 20	
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	21
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	39
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)	40
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS (CONSOLIDADO)	42
8	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR (CONSOLIDADO)	45
9	PARTES RELACIONADAS.....	46
10	OUTRAS CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)	49
11	INVESTIMENTOS	52
12	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)	58
13	IMOBILIZADO (CONSOLIDADO).....	59
14	INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)	61
15	ATIVOS DE CONTRATO (CONSOLIDADO)	65
16	AVALIAÇÃO DE IMPAIRMENT PARA OS ATIVOS COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	66
17	FORNECEDORES (CONSOLIDADO)	70
18	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	71
19	DEBÊNTURES	76
20	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (CONSOLIDADO)	80
21	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS.....	81
22	VALORES A PAGAR DE ACORDO COM O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – EQUATORIAL PARÁ	85
23	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)	87
24	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	93
25	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	94
26	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	98
27	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO).....	101
28	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (CONSOLIDADO)	102
29	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA (CONSOLIDADO).....	103
30	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS (CONSOLIDADO)	104
31	RESULTADO FINANCEIRO.....	105
32	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (CONSOLIDADO)	106
33	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	110
34	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	128
35	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	130
36	SEGMENTO DE NEGÓCIOS	133
37	COMPROMISSOS FUTUROS.....	136
38	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	137



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial S.A.
São Luís – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Créditos especiais - Funac

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber “Créditos especiais - Funac”, no montante de R\$ 745.357 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da controlada indireta Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A., relativos a fatos geradores ocorridos antes da venda do controle acionário da atual controlada para a Eletrobras (atual Axia Energia), e que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



Shape the future
with confidence

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 35 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em decorrência da alienação do controle do Grupo Transmissão em 31 de outubro de 2025, os valores correspondentes referentes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do ano anterior, apresentadas para fins comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas para apresentar o segmento operacional de transmissão de energia como operação descontinuada conforme exigido pelo CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e com a IFRS 5 Non-Current Assets Held for Sale and Discontinued Operating Units. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 1.546.475 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pelas Companhias com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pelas Companhias, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade de ativo imobilizado e ativo intangível

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo imobilizado e intangível de suas controladas, conforme divulgados nas notas explicativas nºs 13 e 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pelas Companhias, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; e (ii) revisão das divulgações efetuadas pelas Companhias nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo imobilizado e do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Tributos diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 21, as controladas da Companhia apresentam, no ativo não circulante, o montante de R\$ 3.402.456 mil referente a créditos tributários diferidos provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de resultados futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores em relação ao total de ativo, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente, (ii) revisão do modelo utilizado para mensurar as projeções de lucros tributários futuros e as expectativas de reversão dos créditos tributários ao longo do tempo, envolvendo as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, alíquotas dos tributos, margem de lucro da Companhia, bem como alinhamento dessas premissas com os estudos deliberados pelos órgãos competentes da Companhia; e (iii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os tributos diferidos, que está consistente com a avaliação das Companhias, consideramos que o mecanismo de mensuração e registro, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Shape the future
with confidence

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Shape the future with confidence

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contadora CRC CE-020833/O

Equatorial S.A. e Consolidado
Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	608.598	7.797	2.659.827	3.306.364	Fornecedores	17	4.138	4.751	4.970.620	4.628.036
Aplicações financeiras	5	932.901	253.576	7.822.072	9.731.379	Fornecedores - Risco sacado	17.1	-	-	458.432	321.822
Contas a receber de clientes	6	-	-	9.491.337	8.538.999	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		2.208	1.284	178.670	205.798
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	710.572	-	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	3.499.540	5.161.051
Subvenção-CCC		-	-	130.131	71.547	Debêntures	19	65.676	-	913.945	1.219.349
Serviços pedidos		-	-	751.533	738.805	Impostos e contribuições a recolher	20	25.396	42.830	1.457.140	1.176.741
Impostos e contribuições a recuperar	8	8	8	1.536.954	1.612.102	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		83.809	25.420	251.805	141.358
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		176.866	150.331	805.679	925.259	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	205.506	1.301.652
Dividendos a receber	9	760.515	1.161.256	308.748	341.272	Dividendos a pagar	25.7	142.737	961.636	336.887	1.509.104
Almoarifado		-	-	291.436	150.896	Contribuição de iluminação pública		-	-	271.194	207.161
Depósitos judiciais	23	2.778	2.879	24.063	13.636	Encargos setoriais		-	-	366.972	456.679
Instrumentos financeiros derivativos	33.4	-	-	19.470	368.191	Participação nos lucros		13.009	24.748	206.740	175.408
Compromissos futuros	37	-	-	171.622	141.530	PIS e COFINS diferidos		-	-	-	39.899
Outras contas a receber	10	38.403	130.859	1.881.552	1.463.512	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	-	-	146.875	103.567
Ativos de contrato	15	-	-	-	1.123.855	Provisão para riscos judiciais	23	-	-	1.551.426	609.143
Total do ativo circulante		2.520.069	1.706.706	26.604.996	28.527.347	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	24	-	-	458.478	214.265
Não circulante											
Aplicações financeiras	5	-	-	724.835	702.741	Benefício pós-emprego	32	-	-	109.765	84.897
Contas a receber de clientes	6	-	-	824.227	884.797	Instrumentos financeiros derivativos	33.4	-	-	14.283	865
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	1.102.886	264.381	Passivo de arrendamento		-	-	12.936	11.992
Impostos e contribuições a recuperar	8	-	-	2.362.940	2.752.098	Compromissos futuros	37	-	-	117.971	129.082
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		301	301	176.123	199.855	Outras contas a pagar		15	23	2.274.714	1.907.341
Serviços pedidos		-	-	200.694	168.182	Total do passivo circulante		336.988	1.060.692	17.803.899	19.605.210
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	3.402.456	3.179.400	Não circulante					
Depósitos judiciais	23	-	169	739.907	836.904	Fornecedores	17	-	-	23.003	73.497
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	349.930	349.930	Empréstimos e financiamentos	18	-	3.295.425	17.478.963	21.743.520
Benefício pós-emprego	32	-	-	34.536	20.224	Debêntures	19	1.496.848	285.891	32.579.315	27.703.158
Instrumentos financeiros derivativos	33.4	2.190	81.909	6.747	489.859	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	134.179	417.525
Compromissos futuros	37	-	-	71.611	14.460	Impostos e contribuições a recolher	20	827	-	2.921.492	3.017.707
Outras contas a receber	10	179.805	128.917	759.998	854.561	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	744	27.849	1.333.604	2.806.302
Investimentos	11	25.246.249	29.219.111	7.568.289	6.787.174	PIS e COFINS diferidos		-	-	9.812	819.187
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	19.135.756	15.865.088	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	-	-	885.070	894.919
Imobilizado	13	2.354	2.094	6.540.907	7.579.662	Provisão para riscos judiciais	23	-	-	3.198.308	4.691.872
Intangível	14	4.595	5.728	31.729.991	32.373.681	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	24	-	-	1.499.858	1.925.087
Direito de uso		-	-	467.975	507.216	Benefício pós-emprego	32	-	-	1.110.534	1.052.377
Ativos de contrato	15	-	-	6.799.140	14.055.132	Encargos setoriais		-	-	366.180	303.901
Total do ativo não circulante		25.435.494	29.438.229	82.998.948	87.884.745	Provisão para perda em investimento	11	351.288	337.901	-	-
Passivo											
Circulante											
Não circulante											
Patrimônio líquido											
Atribuível aos acionistas da Companhia											
Atribuível aos acionistas não controladores											
Total do patrimônio líquido											
Total do ativo											
Total do passivo e patrimônio líquido											

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 (reapresentado)	2025	2024 (reapresentado)
Operações em continuidade				
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	-	-	52.073.804	43.760.753
Receita operacional líquida	27	-	52.073.804	43.760.753
Energia elétrica comprada para revenda	29	-	(23.578.031)	(19.563.903)
Custo de construção	-	-	(10.706.360)	(8.533.467)
Custo da operação	-	-	(4.182.157)	(4.125.617)
Custos de energia elétrica, construção e operação	28	-	(38.466.548)	(32.222.987)
Lucro bruto		-	13.607.256	11.537.766
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	28	(29)	(12.890)	(1.180.990)
Despesas gerais e administrativas	28	(135.414)	(103.633)	(2.542.113)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	28	-	-	(739.884)
Resultado da equivalência patrimonial	11	1.892.851	2.380.720	1.259.634
Outras despesas operacionais, líquidas	30	(130.862)	(30.957)	(2.266.991)
Total de receitas (despesas) operacionais		1.626.546	2.233.240	(5.470.344)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		1.626.546	2.233.240	8.136.912
Receitas financeiras	31	186.559	477.661	4.776.870
Despesas financeiras	31	(633.258)	(822.656)	(10.458.778)
Resultado financeiro	31	(446.699)	(344.995)	(5.681.908)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.179.847	1.888.245	2.455.004
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21.4	-	(90)	(773.987)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.4	27.813	55.844	352.222
Impostos sobre o lucro		27.813	55.754	(421.765)
Lucro das operações em continuidade		1.207.660	1.943.999	2.033.239
Operações descontinuadas				
Lucro das operações descontinuadas	35	470.692	867.676	470.692
Lucro líquido do exercício		1.678.352	2.811.675	2.503.931
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores		1.678.352	2.811.675	1.678.352
Acionistas não controladores		-	-	825.579
Lucro líquido do exercício		1.678.352	2.811.675	2.503.931
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	25.6		1,33401	2,25421
Resultado por ação diluído atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	25.6		1,33343	2,25421
Resultado por ação básico de operações em continuidade atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	25.6		0,95989	1,55857
Resultado por ação diluído de operações em continuidade atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	25.6		0,95947	1,55857
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhares de ações)			1.259.020	1.249.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.678.352	2.811.675	2.503.931	3.767.805
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado Hedge e benefícios pós emprego, líquidos de tributos diferidos	139.171	75.922	181.794	53.896
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	139.171	75.922	181.794	53.896
Total dos resultados abrangentes	1.817.523	2.887.597	2.685.725	3.821.701
Acionistas controladores	1.817.523	2.887.597	1.817.523	2.887.597
Acionistas não controladores	-	-	868.202	934.104
Total dos resultados abrangentes	1.817.523	2.887.597	2.685.725	3.821.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



Notas	Reserva de lucros											Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais reflexa	Reserva para investimento e expansão	Reserva de lucros a realizar	Reserva de dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.308.724	-	2.095.380	172.477	-	8.299.801	1.328.964	8.885	(120.988)	-	21.093.243	4.190.416	25.283.659	
Aumento de capital	3.158.158	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.158.158	12.066	3.170.224	
Ações em tesouraria	-	(58.348)	810	-	-	-	-	-	-	-	(57.538)	-	(57.538)	
Pagamento baseado em ações - Stock options	-	-	23.317	-	-	-	-	-	-	-	23.317	-	23.317	
Pagamento baseado em ações - Matching Shares	-	-	4.721	-	-	-	-	-	-	-	4.721	-	4.721	
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(338.085)	(338.085)	
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(8.885)	-	-	(8.885)	(480.730)	(489.615)	
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	(293.816)	-	-	-	(293.816)	(145)	(293.961)	
Resultado abrangente do exercício														
Resultado de hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	(348.568)	-	(348.568)	(54.817)	(403.385)	
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	143.054	-	143.054	17.177	160.231	
Resultados abrangentes - benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	286.572	-	286.572	17.025	303.597	
Tributos diferidos sobre benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.136)	-	(5.136)	(1.411)	(6.547)	
Destinação do lucro														
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.811.675	2.811.675	956.130	3.767.805	
Constituição da reserva legal	-	-	-	140.584	-	-	-	-	-	(140.584)	-	-	-	
Constituição dos dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(25.338)	-	-	(296.826)	(322.164)	-	(322.164)	
IRRF s/ Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.338)	(25.338)	-	(25.338)	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(345.609)	(345.609)	(543.726)	(889.335)	
Dividendos adicionais - realização da reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	(558)	-	558	-	-	-	-	-	
Constituição da reserva para investimento e expansão	-	-	-	-	-	2.003.318	-	-	-	(2.003.318)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.466.882	(58.348)	2.124.228	313.061	-	10.302.561	1.009.810	558	(45.066)	-	26.113.686	3.773.900	29.887.586	
Aumento de capital	25.1	9.702.399	-	(200.000)	-	(9.300.000)	-	-	-	-	202.399	38.947	241.346	
Ações em tesouraria	-	-	(65.364)	1.547	-	-	-	-	-	-	(63.817)	-	(63.817)	
Pagamento baseado em ações - Stock options	26.1.1	-	(2.282)	-	-	-	-	-	-	-	(2.282)	-	(2.282)	
Pagamento baseado em ações - Matching Shares	26.1.3	-	9.943	-	-	-	-	-	-	-	9.943	-	9.943	
Mudança na participação relativa	-	-	(339.887)	-	-	-	-	-	(2.950)	-	(342.837)	342.837	-	
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(558)	-	-	(558)	(157.169)	(157.727)	
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.100.657)	(2.100.657)	
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.745)	(6.745)	
Reversão da reserva de lucros a realizar ("JSCP")	-	-	-	-	-	-	(934.901)	-	-	-	(934.901)	-	(934.901)	
IRRF s/ Juros sobre capital próprio da reversão da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	(74.909)	-	-	-	(74.909)	-	(74.909)	
Realização da reserva de investimento e expansão ("JSCP")	-	-	-	-	-	(623.337)	-	-	-	-	(623.337)	-	(623.337)	
IRRF s/ Juros sobre capital próprio - realização da reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	(49.945)	-	-	-	-	(49.945)	-	(49.945)	
Outros	-	-	4.533	-	-	-	-	-	-	-	4.533	-	4.533	
Resultado abrangente do período														
Resultado de hedge accounting	33.4.2	-	-	-	-	-	-	-	335.501	-	335.501	66.711	402.212	
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	21.2	-	-	-	-	-	-	-	(136.375)	-	(136.375)	(21.256)	(157.631)	
Resultados abrangentes - benefício pós emprego	32.4	-	-	-	-	-	-	-	(59.958)	-	(59.958)	(3.466)	(63.424)	
Tributos diferidos sobre benefício pós emprego	21.2	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	634	637	
Destinação do lucro														
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.678.352	1.678.352	825.579	2.503.931	
Constituição da reserva legal	25.3.1	-	-	56.568	-	-	-	-	-	(56.568)	-	-	-	
Constituição da reserva de incentivos fiscais reflexa	25.3.3	-	-	-	547.000	-	-	-	-	(547.000)	-	-	-	
Constituição dos dividendos obrigatórios	25.7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio - atribuído como dividendo mínimo	-	-	-	-	-	(126.152)	-	-	-	(142.544)	(268.696)	(182.907)	(451.603)	
IRRF s/ Juros sobre capital próprio - atribuído como dividendo mínimo	-	-	-	-	-	(10.108)	-	-	-	(25.155)	(35.263)	-	(35.263)	
Constituição da reserva para investimento e expansão	25.3.2	-	-	-	-	907.085	-	-	-	(907.085)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	22.169.281	(123.712)	1.798.082	169.629	547.000	1.100.104	-	-	91.155	-	25.751.539	2.576.408	28.327.947	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro das operações em continuidade	1.207.660	1.943.999	2.033.239	2.900.129
Lucro das operações descontinuadas	470.692	867.676	470.692	867.676
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	1.317	180	2.754.796	2.185.353
Amortização do direito de concessão	-	-	383.856	571.837
Resultado de equivalência patrimonial	(2.363.543)	(3.248.396)	(1.259.634)	(264.761)
Baixa de intangível, imobilizado, ativos financeiro e de contrato	-	-	305.268	226.082
Atualização dos ativos financeiro e de contrato	-	-	(689.264)	(2.054.170)
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	2.359.265	-	3.547.854	-
Margem de construção - Transmissão	-	-	-	(3.391)
Encargos de geração distribuída	-	-	-	14.701
Encargos de dívidas, juros, variação monetária, cambial e marcação a valor justo	557.674	495.867	4.793.395	6.710.324
Resultado com instrumentos derivativos	34.519	139.077	2.052.717	(1.173.787)
Rendimento de aplicações financeiras	(62.972)	(141.062)	(1.243.408)	(1.193.096)
Provisão e atualização do ressarcimento	-	-	91.042	102.463
Realização futura de contratos de energia elétrica	-	-	(99.808)	15.182
Ajuste a valor presente	-	-	46.074	23.226
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	739.884	630.522
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	12.214	(9.031)
Baixa de recebíveis incobráveis	-	-	65.976	272.550
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	-	(373.391)	(355.487)
Provisão e atualização de riscos judiciais	-	-	66.201	254.212
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	(3.285.328)	(1.330.493)
PIS e COFINS diferidos	-	-	10.064	(180.146)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(27.813)	(55.844)	(352.222)	(80.473)
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	-	90	773.987	208.333
Valor justo das opções de compra	6.243	13.297	86.248	14.352
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	(70.767)	62.540
Resultado na alienação de investimento	(2.249.306)	171	(2.249.306)	(254.956)
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	-	136.180
Provisão (reversão) para perda de estoque (ativos de contrato)	-	-	185.469	(114.418)
Provisão para participação nos lucros	1.729	1.747	138.413	116.608
	(64.535)	16.802	8.934.261	8.298.061
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:				
Contas a receber de clientes	-	-	(1.786.494)	148.117
Subvenção-CCC	-	-	(58.584)	(6.770)
Serviços pedidos	-	-	(48.893)	(70.680)
Depósitos judiciais	270	(1.174)	85.598	(84.642)
Almoxxarifado	-	-	(149.739)	(15.288)
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(83.695)	(547.199)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	21.951	(10.721)	113.823	(145.293)
Sub-rogação da CCC	-	-	-	(92.666)
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	61.371	382.155
Ativos de contrato	-	-	-	(5.415)
Outras contas a receber	89.566	(24.599)	723.229	(151.369)
Fornecedores	(613)	(3.701)	243.433	(648.431)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	924	396	(630.576)	(454.676)
Impostos e contribuições a recolher	(16.607)	12.241	928.902	995.567
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(100.775)	34.128	(42.008)	44.760
Contribuição de iluminação pública	-	-	64.033	8.982
Encargos setoriais	-	-	347.754	278.094
Participação nos lucros	(13.468)	8.223	(100.426)	(93.102)
Benefício pós emprego	-	-	5.289	(112.768)
Riscos judiciais pagos	-	-	(829.281)	(716.969)
Outras contas a pagar	(15.047)	12	339.484	623.364
Ativos/Passivos classificados como mantidos para venda	-	-	-	(964)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(98.334)	31.607	8.117.481	7.632.868
Dividendos recebidos	2.639.576	1.722.450	341.272	-
Aplicações financeiras	64.342	141.062	1.129.968	1.193.096
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.130)	(270)	(562.458)	(239.365)
Juros pagos	(614.414)	(419.749)	(5.052.396)	(4.335.392)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.990.040	1.475.100	3.973.867	4.251.207
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no intangível	(30)	(65)	(37.507)	(40.688)
Aquisições no imobilizado	(414)	-	(198.804)	(404.177)
Aquisições de ativos de contrato	-	(968)	(7.859.071)	(5.542.130)
Reorganização societária	-	3.803.600	-	-
Aumento de capital em investidas	(688.064)	(3.992.542)	-	-
Redução de capital em investida	988.440	155.600	-	-
Alienação de investimentos	5.389.191	320.913	5.389.191	1.030.913
Aquisição de investimento	(2.000.000)	(6.869.274)	-	(6.869.274)
Caixa líquido de subsidiárias alienadas	-	-	(1.034.711)	(29.864)
Resgates (aplicações) financeiras	(680.695)	1.717.740	875.832	(2.335.779)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	3.008.428	(4.864.996)	(2.865.070)	(14.190.999)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.157.213)	(2.442.787)	(8.479.354)	(7.829.405)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	5.566.992	6.683.043	10.851.675
Captação de debêntures	1.495.161	-	12.631.547	13.714.760
Amortização de debêntures	(300.000)	(3.700.000)	(7.379.500)	(9.812.128)
Amortização do passivo de arrendamento	-	-	(21.794)	(26.247)
Recebimento de instrumentos financeiro derivativos	-	-	-	85.039
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-	-	(26.321)	(28.514)
Aumento de capital	202.399	3.158.158	202.399	3.170.224
Recompra de ações próprias	(16.051)	(57.538)	(16.051)	(57.538)
Venda de ações em tesouraria	23.543	-	23.543	-
Dividendos pagos	(2.645.506)	(516.194)	(5.372.846)	(1.433.958)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(4.397.667)	2.008.631	(1.755.334)	8.633.908
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	600.801	(1.381.265)	(646.537)	(1.305.884)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.797	1.389.062	3.306.364	4.612.248
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	608.598	7.797	2.659.827	3.306.364
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	600.801	(1.381.265)	(646.537)	(1.305.884)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 (reapresentado)	2025	2024 (reapresentado)
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	-	-	59.243.187	51.215.498
Receitas de construção	-	-	10.706.360	8.533.467
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(739.884)	(630.522)
Outras receitas	2.249.306	-	2.253.819	20.107
	2.249.306	-	71.463.482	59.138.550
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(34.284.391)	(28.097.370)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(67.933)	(55.110)	(3.721.279)	(3.763.799)
Subvenção - CCC	-	-	(94.133)	(75.627)
Outras despesas	(2.380.168)	(30.957)	(4.468.748)	(896.876)
	(2.448.101)	(86.067)	(42.568.551)	(32.833.672)
Valor (aplicado) adicionado bruto	(198.795)	(86.067)	28.894.931	26.304.878
Depreciação e amortização	(1.317)	(180)	(2.754.796)	(2.184.349)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(200.112)	(86.247)	26.140.135	24.120.529
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	195.694	495.958	4.916.837	4.329.558
Resultado de equivalência patrimonial	1.892.851	2.380.720	1.259.634	264.761
Amortização do direito de concessão	-	-	(383.856)	(324.540)
	2.088.545	2.876.678	5.792.615	4.269.779
Valor adicionado total a distribuir de operações descontinuadas	470.692	867.676	470.692	867.676
Valor adicionado total a distribuir	2.359.125	3.658.107	32.403.442	29.257.984
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	54.707	52.752	825.351	660.885
Benefícios	2.454	1.877	272.863	219.936
FGTS	541	437	94.576	103.182
	57.702	55.066	1.192.790	984.003
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(10.403)	(31.446)	9.671.471	8.029.612
Estaduais	-	-	8.516.981	7.790.990
Municipais	-	-	16.862	14.923
	(10.403)	(31.446)	18.205.314	15.835.525
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	557.695	495.870	8.547.282	6.694.820
Aluguéis	216	156	42.629	32.774
Outros	75.563	326.786	1.911.496	1.943.057
	633.474	822.812	10.501.407	8.670.651
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos/Juros sobre capital próprio	167.699	667.773	350.606	1.236.837
Lucro retido no exercício	1.510.653	2.143.902	1.327.746	1.574.838
Participação dos não controladores no lucro do período	-	-	825.579	956.130
	1.678.352	2.811.675	2.503.931	3.767.805
Valor adicionado	2.359.125	3.658.107	32.403.442	29.257.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial S.A. ("Companhia" ou "Equatorial" ou "Controladora" ou, conjuntamente com suas controladas, referidas como "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, sala 31, Loteamento Quitandinha, bairro Altos do Calhau, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.070-900, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição e saneamento. A Companhia possui ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3) sob o *ticker* "EQTL3" e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1 Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Distribuição de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	Início da concessão	Término da concessão
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 71,61%	Pará	28/07/1998	27/07/2028
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 48,32%	Maranhão	11/08/2000	10/08/2030
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 99,96%	Goiás	08/07/2015	07/07/2045
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	Sociedade anônima aberta	Indireta, 95,12%	Rio Grande do Sul	07/07/2015	06/07/2045
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta 70,45%	Piauí	18/10/2018	17/10/2048
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 91,50%	Alagoas	19/03/2019	18/03/2049
Companhia de Eletricidade do Amapá CEA	Sociedade anônima fechada	Indireta, 99,98%	Amapá	24/11/2021	23/11/2051

Saneamento:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	Início da concessão	Término da concessão
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 98,63%	Amapá	13/07/2022	12/07/2057

Geração de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	Início outorga
Eólica Baixa Verde S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	11/08/2010
Eólica Pedra do Reino S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	30/06/2010
Eólicatec Sobradinho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	03/08/2011
Eólica Moxotó S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	18/04/2011
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	30/06/2011
Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	08/07/2011
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	08/07/2011
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	04/07/2011
Nova Ventos de Tianguá do Norte Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	04/07/2011
Eólica Serra de Santana S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	17/08/2011
Eólica Lagoa Nova S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	03/08/2011
Eólica Seridó S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	11/08/2011
Eólica Paraiso S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	02/05/2012
Eólica Lanchinha S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	02/05/2012
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	14/07/2014
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	18/07/2014
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	25/11/2014
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	25/11/2014
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	27/11/2014
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	28/11/2014
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	27/11/2014
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	27/11/2014
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	28/11/2014
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	27/11/2014
Eólica Pedra Rajada S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	02/04/2015
Eólica Pedra Rajada II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	02/04/2015
Eólica Boa Esperança I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	20/08/2015
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	12/05/2016
Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	26/12/2018
Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	26/12/2018
Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	26/12/2018
Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	21/03/2019
Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	21/03/2019
Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	21/03/2019
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	26/03/2019
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	26/03/2019
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	12/03/2020
UFV Sol do Pilar S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Não operacional	(a)
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Piauí	21/08/2020
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Piauí	21/08/2020
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Piauí	21/08/2020
Sertão Solar Barreiras XV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XVI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XVII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XIX S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XX S.A. (c)	Sociedade anônima fechada	Indireta, 50,5%	Bahia	25/05/2021
Sertão Solar Barreiras XXI S.A. (d)	Sociedade anônima fechada	Indireta, 50,5%	Bahia	25/05/2021
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Piauí	01/08/2019
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Piauí	01/08/2019

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Serra do Mel VIII Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Não operacional	(a)
Serra do Mel IX Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Não operacional	(a)
Serra do Mel X Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Não operacional	(a)
Soi Serra do Mel XIII SA.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Não operacional	(a)
Vila Echoenergia Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Não operacional	(a)
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Plauí	01/08/2019
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Plauí	01/08/2019
Comercialização de energia:				
	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	
Equatorial Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	
Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	
Prestação de serviços:				
	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	
Equatorial Serviços S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão	
Equatorial Telecomunicações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão	
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão	
E-Nova Geração Distribuída S.A. (b)	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão	
Equatorial Finanças S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão	
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	
Holdings de Distribuição de Energia, Geração e Saneamento				
	Tipo de sociedade	Participação Societária	Estado e área de operação	
Equatorial Energia Distribuição S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 90,42%	Maranhão	
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão	
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão	
Equatorial Participações e Investimentos III S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão	
Echoenergia Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	São Paulo	
Echoenergia Crescimento S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	São Paulo	
Echo Holding 1 S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	
Ventos de São Clemente Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	
Ventos de São Jorge Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	
Serra do Mel Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	
Serras Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	
Ribeiro Gonçalves Solar Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	
Barreiras Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	

(*) Referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre, informação não auditada.

- (a) Empresas pré-operacionais e sem previsão para a entrada em operação ao longo do exercício de 2026;
- (b) Em 13 de junho de 2025, foi aprovada a incorporação reversa da Equatorial Geração Distribuída SPE S.A. (Incorporada) pela E-Nova Geração Distribuída S.A. (incorporadora). A incorporação não resultou em aumento de capital social nem em emissão de ações pela incorporadora, que é controlada diretamente pela Equatorial Serviços. Dessa forma, a incorporada foi extinta e sucedida pela incorporadora em todos os seus direitos e obrigações;
- (c) Em 08 abril de 2025, a Indústria de Papéis Sudeste Ltda. na qualidade de compradora celebrou contrato de compra e venda de ações com a Echoenergia Crescimento S.A. para autoprodução de energia solar através da controlada indireta Sertão Solar Barreiras XX S.A. (BA), com aquisição de 36% da participação na SPE com alienação de 59.789.595 ações ordinárias. Em 31 de outubro de 2025, a Indústria de Papéis Sudeste Ltda. Adquiriu, adicionalmente, 38.445.234 ações ordinárias, elevando sua participação para 49,5% do capital social da SPE. A operação visa à previsibilidade de custos e uso de fonte renovável, sem alteração de controle societário; e
- (d) Em agosto de 2025, a Indústria de Têxtil Canatiba Ltda. na qualidade de compradora celebrou contrato de compra e venda de ações com a Echoenergia Crescimento S.A. para autoprodução de energia solar através da controlada indireta Sertão Solar Barreiras XX S.A. (BA), com aquisição de 42,2% da participação na SPE com alienação de 82.009.554 ações ordinárias. Em 31 de outubro de 2025, a Indústria de Têxtil Canatiba Ltda. Adquiriu, adicionalmente, 14.072.646 ações ordinárias, elevando sua participação para 49,5% do capital social da SPE. A operação visa à previsibilidade de custos e uso de fonte renovável, sem alteração de controle societário.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas Companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

1.2 Entidade coligada

A Companhia detém 15% de participação, desde 28 de agosto de 2024, na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). A investida é responsável pela captação, tratamento e distribuição de água potável, assim como tratamento e destinação do esgoto coletado de municípios no Estado de São Paulo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1.3 Fechamento da operação de alienação da totalidade das ações de emissão da Equatorial Transmissão S.A.

Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações detidas pela Equatorial S.A. na Equatorial Transmissão S.A., empresa controladora e única acionista de sete SPEs de ativos de transmissão, além da Equatorial Transmissora Holding S.A. (coletivamente, Grupo Transmissão). As participações foram adquiridas pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora, subsidiária integral da Verene Energia S.A., esta última controlada pela Caisse de Dépôt et Placement du Québec.

O *equity value* da operação foi de R\$ 5.188.000, na data-base de 30 de junho de 2025, atualizado pelo CDI, desde a data-base até a data do fechamento da operação, juntamente com os ajustes de preço definidos pelo Contrato, sendo o preço de aquisição, pago nesta data pela Infraestrutura e Energia S.A. à Companhia, no montante de R\$ 5.389.191.

Conforme estabelecido no Contrato há a previsão de hipóteses de pagamentos adicionais a título de *earn-out*, condicionadas ao aproveitamento de determinados benefícios fiscais pelas Transmissoras.

Com a conclusão da Operação, a Companhia deixou de deter qualquer participação direta e/ou indireta na Equatorial Transmissão e nas Transmissoras, assim, para fins de apresentação do resultado de 31 de dezembro de 2025, o Grupo Transmissão compõe o resultado de operações descontinuadas até outubro de 2025. Maiores detalhes, veja nota explicativa 35 – Operações Descontinuadas.

1.4 Ocorrência de eventos climáticos extremos na área de concessão da controlada indireta CEEE-D

A área de concessão sob responsabilidade da CEEE-D está localizada em uma região sujeita à ocorrência de eventos climáticos extremos.

Em 2024, diversos eventos climáticos afetaram a operação da Companhia, resultando em efeitos contábeis totais de R\$ 39.945, compostos por perdas de estoques e baixa de ativos no montante de R\$ 27.263 e despesas operacionais com atendimento emergencial no montante de R\$ 12.682. Com base nas coberturas previstas em suas apólices de riscos operacionais, a Companhia realizou inspeções, identificou os materiais sinistrados e apresentou todos os pleitos às seguradoras. As apólices contemplaram integralmente os sinistros identificados.

Ao longo do processo de regulação, a CEEE-D recebeu valores a título de adiantamentos de indenização, bem como receitas provenientes da venda de materiais recuperados (salvados). A regulação do sinistro foi concluída com o recebimento do pagamento final em 03 de novembro de 2025. O valor total recebido ao longo da regulação do sinistro pela Companhia, considerando indenização securitária e salvados, foi de R\$ 22.951.

Em 28 de julho de 2025, um evento climático atingiu toda a área de concessão, provocando desligamento de 430 mil clientes (no momento mais crítico) com normalização total do atendimento em 04 de agosto de 2025. A Companhia não registrou danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo. As principais perdas ficaram restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas, que foram substituídas pelas equipes de campo durante a recomposição do sistema.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 07 de novembro de 2025, um ciclone extratropical com ventos de até 100km/h causou desligamentos que atingiram cerca de 200 mil clientes (no momento mais crítico), aproximadamente 10% do total de consumidores. O atendimento foi normalizado em 11 de novembro de 2025, com perdas materiais semelhantes às do evento anterior, ocorrido em julho de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, os eventos climáticos totalizaram despesas registradas no valor de R\$ 1.784.

Em 30 de outubro de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou a Resolução Normativa nº 1.137, que estabelece diretrizes relacionadas à atuação das distribuidoras em emergências e à comunicação com consumidores. A Companhia encontra-se em fase de implementação das exigências da norma, por meio de plano de ação interno, considerando os diferentes prazos regulatórios previstos.

Quanto ao dimensionamento orçamentário, a Administração informa que, até a data de encerramento do exercício, não foi identificada a necessidade de alocação adicional de recursos em função da aplicação da referida resolução. Dessa forma, não houve reconhecimento contábil de efeitos relacionados à norma nas demonstrações contábeis do exercício.

1.5 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 28 de março de 2025, com fundamento na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024 e no Termo Aditivo aprovado por meio do Despacho ANEEL nº 517/2025, a Companhia protocolou o pedido de prorrogação do Contrato de Concessão por mais 30 (trinta) anos, contados a partir do seu término, requerendo também a antecipação dos efeitos da prorrogação, conforme previsto no art. 10 do referido Decreto. A ANEEL aprovou o pleito de prorrogação do Contrato de Concessão da Equatorial Maranhão em 03 de junho de 2025, por meio do Despacho nº 1.581/2025, e da Equatorial Pará em 24 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.202/2025, com base nos critérios de atendimento aos indicadores de qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira, bem como comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e setorial e de qualificação jurídica. Atualmente, os processos se encontram no Ministério de Minas e Energia (MME) em vias de emissão dos Atos de Prorrogação, seguidos das convocações para as cerimônias de assinatura dos Termos Aditivos ao Contrato de Concessão.

1.6 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se inicia no exercício de 2026. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

1.7 Acordo de acionistas com o Itaú Unibanco S.A. – Equatorial Distribuição S.A.

Em 11 de novembro de 2025, por meio de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu a aprovação do exercício parcial da Opção de Compra Ações Preferenciais Classe A e do exercício parcial da Opção de Compra Ações Preferenciais Classe B, sem que haja o exercício da Opção de Compra das Ações Preferenciais Classe C, conforme termo definido nas cláusulas 9.1 e 9.2.8 do Acordo de Acionistas entre a Equatorial S.A e o Itaú Unibanco S.A. Dessa forma, foram alienadas pelo acionista Itaú à Equatorial as quantidades de 310.017.167 ações Preferenciais Classe A e 484.700.323 ações Preferenciais Classe B, pelo preço à respectiva classe de ações. Cada ação preferencial foi convertida em 1 (uma) ação ordinária sob a titularidade da Equatorial. Em decorrência do exercício das opções de compra previstas nos instrumentos contratuais, a Companhia passou a deter 4.432.230.547 ações ordinárias da investida, passando a representar 90,42% do capital social da Equatorial Distribuição. O efeito da alteração na participação societária da controlada foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido, como transação entre sócios, no montante de R\$ 257.412. Ver nota explicativa 11.1.

A Equatorial poderá ainda exercer as opções de compra das Ações Preferenciais Classe A e B, sem necessidade de exercer a opção referente à Classe C, desde que as opções das Classes A e B sejam exercidas conjuntamente e o que o exercício ocorra entre 1º de janeiro e 31 de março de 2030, com previsão de distribuição de dividendos e aumento de capital. O exercício da Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe C, pela Equatorial, durante o exercício de 2026, será condicionado à declaração em assembleia geral ordinária da Companhia e ao efetivo pagamento dos dividendos referentes ao exercício social de 2025.

Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo, sendo certo que os Dividendos Privilegiados devidos aos titulares das Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B serão alocados na proporção de 19,60% para as Ações Preferenciais Classe A, 80,40% para as Ações Preferenciais Classe B, considerando a partir do exercício de 2025 a distribuição de dividendos abaixo:

- a) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025;
- b) 20% (vinte por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;
- c) 35% (trinta e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027;
- d) 55% (cinquenta e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 e ao exercício social de 2029;
- e) 60% (sessenta por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições a partir do exercício social de 2030 em diante.

Na hipótese de as Ações Preferenciais Classe A ou as Ações Preferenciais Classe B deixem de existir, cada um dos percentuais mencionados no item (A) acima será proporcionalmente reduzido em 19,60%, e em 80,40% (caso as Ações Preferenciais Classe B deixem de ser emitidas).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Enquanto houver Ações Preferenciais Classe C, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais Classe C terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo e, em conjunto com os Dividendos Privilegiados PNA e PNB, a partir do exercício social de 2025:

- a) 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025;
- b) 10% (dez por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;
- c) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027; e
- d) 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 em diante.

1.8 Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico (impactos na comercialização de energia solar e eólica)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, as controladas diretas Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento foram impactada por eventos de *curtailment*, caracterizados por restrições de entrega de energia determinadas pelo ONS devido às limitações operacionais do sistema ou excesso de oferta.

Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento.

Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 01/09/2023 a 25/11/2025) quanto para o futuro (após 25/11/2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema.

O Ministério de Minas e Energia - MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025. A Administração da Companhia e suas controladas acompanham a evolução desse processo regulatório e avaliam os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia e suas controladas em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 não gerou efeitos contábeis materiais nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, que exijam reconhecimento ou remensuração imediata de ativos e passivos, permanecendo os saldos contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As controladas da Companhia, quando aplicável, também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Investimentos em Controladas e Coligadas	3.1.1 e 11	Determinação se a Companhia detém o controle ou influência significativa sobre uma investida
Receita operacional líquida	3.2 e 27	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção
Provisões para ressarcimento	3.2.2	Reconhecimento e mensuração sobre as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos
Ativo financeiro da concessão	3.4 e 12	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.5 e 7	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens
Intangível	3.6 e 14	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão
Imobilizado	3.7 e 13	Cálculo da depreciação do ativo imobilizado e provisão para desmobilização.
Ativos de contrato	3.8 e 15	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão
Benefícios pós-emprego	3.11.1 e 32	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.12.2 e 21	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias
Contas a receber de clientes	3.14.1, 6 e 33	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecida, porém não faturada
Instrumentos financeiros	3.14 e 33	Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e Provisão para perda de valor recuperável de ativos financeiros	3.17.2, 6.2, 10 e 33	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável com base em expectativa de recebimento, premissas regulatórias e probabilidades associadas, incluindo julgamento sobre eventos e condições que possam afetar o valor recuperável desses ativos
Provisão para riscos judiciais	3.18 e 23	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (mensuração e avaliação da probabilidade de perda)
Transações de pagamentos baseados em ação	3.11.2, 26.1.1, 26.1.2 e 26.1.3	As estimativas significativas referem-se à determinação do valor justo dos instrumentos concedidos na data da outorga e, no caso de planos liquidados em caixa, à mensuração do valor justo para o reconhecimento do passivo.
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	3.14.5 e 33.4	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não cotados em mercados ativos.
Provisão para perda de valor recuperável de ativos não financeiros	3.17.3 e 16	Avaliação da recuperabilidade dos ativos não financeiros com base na estimativa dos fluxos de caixa futuros, taxas de desconto aplicáveis e identificação de indícios de perda, bem como julgamento sobre a determinação das Unidades Geradoras de Caixa e premissas econômicas consideradas.
Realização de impostos diferidos ativos	3.12.2 e 21	Julgamento relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que suportem a realização dos ativos fiscais diferidos, considerando projeções financeiras, prazos de prescrição e interpretações da legislação tributária aplicável.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e suas controladas e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.21 - Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Investimentos em entidades controladas e coligadas

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as entidades controladas são contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

(ii) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa, ou seja, tem poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

3.1.2 Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

3.1.3 Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados a transações entre entidades do grupo, são eliminados integralmente. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.1.4 Operações descontinuadas

As operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado. Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa nº 35. Todas as demais notas às demonstrações contábeis incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

3.2 Reconhecimento de receita

As controladas da Companhia reconhecem as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente.

As controladas da Companhia reconhecem receita das principais fontes de receitas a seguir:

3.2.1 Distribuição

As receitas operacionais das controladas da Companhia, no âmbito da atividade de distribuição de energia elétrica, são compostas por:

- (i) Receita de distribuição: reconhecida com base na energia elétrica efetivamente consumida pelos clientes, conforme o calendário de leitura e a tarifa estabelecida pela ANEEL. A receita não faturada, correspondente ao período entre a última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida no mês da prestação do serviço;
- (ii) Receita pela disponibilidade: uso da rede, referente à infraestrutura de distribuição colocada à disposição de consumidores livres e cativos, mensurada com base na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulação da ANEEL;
- (iii) Receita de construção: derivada de serviços de construção e melhorias da infraestrutura associada à concessão, reconhecida conforme o estágio de execução da obra. Em função do modelo regulatório, essa receita é reconhecida com margem de lucro nula, uma vez que não há previsão tarifária de remuneração sobre essa atividade;
- (iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios: calculada pelo método dos juros efetivos, com base na taxa regulatória (WACC) e atualizada monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo o valor justo do ativo financeiro vinculável à indenização ao final da concessão, conforme 3.4 - nota explicativa Ativo financeiro da concessão.

3.2.2 Geração de energia renovável

As receitas operacionais das controladas indiretas da Companhia, oriundas da geração de energia renovável, são reconhecidas com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, conforme a transferência da energia gerada aos clientes, nos termos dos contratos firmados. A energia é comercializada por meio do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) ou do Ambiente de Contratação Livre (ACL), ambos registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com preços fixos e volumes mensais contratados, cujas obrigações de desempenho são reconhecidas mensalmente com base na entrega da energia. As receitas incluem também parcelas variáveis previstas contratualmente: os excedentes de geração, quando a energia produzida ultrapassa o contratado, e os ressarcimentos por geração deficitária, quando a produção fica abaixo do contratado, ambos apurados conforme critérios definidos nos contratos, sendo a contraprestação variável mensurada pelo método do valor mais provável, conforme o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.2.3 Saneamento

As receitas da Companhia provenientes da atividade de saneamento da controlada indireta CSA abrangem: (i) serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cuja receita é reconhecida com base no volume consumido aferido, incluindo valores não faturados, de acordo com a contraprestação prevista contratualmente; (ii) outros serviços indiretos de água e esgoto, como ligações de esgoto, instalação de hidrômetros, ligações e religações de água, cujas receitas são reconhecidas no momento da conclusão do serviço; e (iii) receita de construção, relacionada a obras ou melhorias sob contrato de concessão, reconhecida conforme o estágio de execução, incluindo custos incorridos, encargos de financiamentos atribuíveis e margem de lucro, sendo esta última considerada próxima de zero.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.4 Ativo financeiro da concessão

As controladas distribuidoras da Companhia operam sob contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica firmados com a União, na qualidade de poder concedente. Tais contratos estabelecem que: (a) Os serviços a serem prestados, as classes de consumidores atendidas e os padrões de desempenho exigidos; (b) A obrigação de manutenção e devolução da infraestrutura nas mesmas condições originais, demandando investimentos contínuos; (c) O direito à indenização ao final da concessão pelos ativos vinculados não amortizados/depreciados; e (d) A regulação tarifária com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), assegurando a cobertura de custos, amortização dos investimentos e remuneração do capital.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a Companhia adota os seguintes critérios de contabilização:

Ativo financeiro: referente ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos investimentos realizados, mensurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR);

Ativo intangível: referente ao valor residual não indenizável, recuperável mediante a prestação contínua do serviço ao consumidor final.

A infraestrutura utilizada na concessão é recuperada através de:

- (i) faturamento decorrente do consumo de energia durante o prazo da concessão, e
- (ii) indenização por bens reversíveis ao final da concessão.

As controladas reconhecem ativo financeiro da concessão sempre que possuem direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente (indenização). Quando a remuneração se dá parte por ativo financeiro e parte por ativo intangível, os componentes são reconhecidos separadamente com base em seu valor justo inicial, sem reclassificação posterior, salvo alteração no modelo de gestão dos ativos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é atualizado, mensalmente, considerando o IPCA, por ser este um dos principais índices de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. A atualização é registrada contabilmente em receitas operacionais, conforme diretrizes da OCPC 05 – Contratos de Concessão, alinhando-se ao modelo de negócio da Companhia. A Lei nº 12.783/2013 determina que a indenização utilize a metodologia do VNR, considerando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida pela ANEEL. A remuneração inclui também ativos ainda não homologados, estimados com base no IPCA e projeções de glosas fundamentadas em experiências anteriores, conforme práticas da Administração, buscando refletir o valor justo dos ativos. As concessões das controladas da Companhia não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

3.5 Valores a receber (devolver) da Parcela A e outros itens financeiros

A estrutura tarifária de energia elétrica das controladas da Companhia é composta por:

- Parcela A custos não gerenciáveis: incluem encargos e custos com compra e transporte de energia, que são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo poder concedente, sem impacto direto no resultado da Companhia.
- Parcela B (custos gerenciáveis): referem-se a investimentos em infraestrutura, operação, manutenção e remuneração de capital. Essa parcela influencia diretamente o desempenho da Companhia, pois envolve riscos operacionais e não possui garantia de neutralidade tarifária.

As tarifas são definidas com base no modelo tarifário estabelecido pela Lei nº 8.987/1995, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. O modelo prevê:

- Reajuste tarifário anual, para atualização de custos;
- Revisão tarifária periódica a cada cinco anos para os novos contratos de concessão e a cada quatro anos para os antigos contratos, com recomposição da Parcela B e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Durante o processo tarifário, eventuais diferenças entre os custos estimados e os efetivamente incorridos da Parcela A, apurados no ciclo tarifário geram ativos ou passivos setoriais, registrados pelo regime de competência. Esses valores serão compensados financeiramente no ciclo tarifário subsequente ou, em caso de extinção da concessão, incluídos na base de indenização prevista contratualmente.

3.6 Ativos intangíveis

3.6.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38), um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pelas controladas Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Os valores registrados no ativo intangível da controlada Companhia de Saneamento do Amapá - CSA correspondem a valores pagos a título de outorga aos municípios que integram a concessão como condição à exploração da concessão. Esses direitos de concessão são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

3.6.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas distribuidoras da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

3.6.3 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o exercício a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do exercício da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.7 Ativo imobilizado

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo custos diretamente atribuíveis para colocá-los em operação, tais como desmontagem, restauração e encargos financeiros capitalizados em ativos qualificáveis. Deduzem-se a depreciação acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Substituições de componentes são reconhecidas ao custo, desde que haja expectativa de benefícios econômicos futuros e mensuração confiável, com baixa do componente substituído. Os custos de manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ativos são baixados quando não se espera mais benefícios econômicos de seu uso ou quando alienados, sendo os ganhos ou perdas reconhecidas em "Outros" dentro das despesas gerais e administrativas. Bens utilizados na distribuição de energia são vinculados às concessões e sujeitos à regulamentação da ANEEL, não podendo ser livremente alienados ou utilizados como garantia. Esses ativos estão abrangidos pelas políticas contábeis de ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

3.7.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL que, na avaliação da Administração, representam a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas no MCPSE, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o exercício de autorização dos parques.

Unidade de geração eólica – Pás	25 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	30 anos
Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft	20 anos
Unidade de geração eólica – Poste e torre	35 anos
Unidade de geração eólica – Transformador	40 anos
Construção e benfeitorias	50 anos
Máquinas e equipamentos (geral)	26 anos
Móveis e Utensílios	10 anos

3.8 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são um direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face das controladas da Companhia terem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, em que a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.9 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (IFRS 23) - Custo de Empréstimos. Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o exercício de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Tais custos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.10 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que serão recebidas e de que todas as condições a elas vinculadas serão atendidas. Os benefícios relacionados a despesas são reconhecidos no resultado de forma sistemática ao longo do período do benefício. Aqueles vinculados a ativos são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado linearmente ao longo da vida útil estimada dos respectivos ativos. Benefícios não monetários são registrados pelo valor nominal e reconhecidos no resultado ao longo da vida útil do bem, em prestações anuais iguais.

3.10.1 Benefícios fiscais

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) emitiram Laudos Constitutivos que concedem às controladas da Companhia o direito à redução de 75% do imposto de renda, em razão da implantação, modernização e diversificação dos empreendimentos localizados em suas respectivas áreas de atuação.

Benefício Fiscal	Empresa	Vigência
SUDAM	CEA	2023 a 2032
SUFRAMA	CEA	2023 a 2032
SUDENE	Equatorial MA, Equatorial PI, Equatorial AL e Telecom	2023 a 2032
SUDAM	Equatorial Telecom	2024 a 2033
SUDAM	Equatorial PA	2025 a 2034
SUDENE	Vila ES I, Vila ES II, Vila ES III, Vila ES IV, Sertão Solar B. XVI, Sertão Solar B. XVII, Sertão Solar B. XVIII, Rib. Gonçalves I, Rib. Gonçalves II, Vila Piauí 1, Vila Piauí 2, VRGN 1, VRGN 2, Vila Sergipe 1 e Eólica Lanchinha	2025 a 2034

Crédito presumido de ICMS

Em 22 de julho de 2021, a Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ) e a controlada CEA, firmaram o termo de acordo 001/2021 em que o Estado concederá crédito presumido de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor do faturamento bruto dos estabelecimentos da acordante localizados no Estado, no segundo mês anterior ao crédito que deverão ser utilizados, exclusivamente na liquidação de débitos vencidos e vincendos decorrentes do consumo de energia elétrica da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações.

REIDI

A controlada indireta CSA obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), nos termos da Lei nº 11.488/2007, que concede a suspensão de PIS e à COFINS nas aquisições de bens e serviços destinados às obras de infraestrutura, pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme os Atos Declaratórios Executivos DRF nº 185/2024 e nº 16/2022.

3.10.2 Benefícios para reinvestimentos

O benefício fiscal, previsto na Lei nº 5.508/1968, permite o reinvestimento de até 30% do imposto de renda devido, acrescido de 50% de recursos próprios, em projetos nas áreas da SUDAM e da SUDENE, nos termos do Decreto nº 4.213/2002.

Companhia	Autarquia	Instituição Financeira
Equatorial MA, PI e AL	SUDENE	Banco do Nordeste
Equatorial PA	SUDAM	Banco da Amazônia

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.11 Benefícios a empregados

3.11.1 Benefícios pós-emprego e outros benefícios a empregados

As controladas da Companhia reconhecem as obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como despesas de pessoal à medida que os serviços são prestados, registrando passivos pelo montante do pagamento esperado quando houver obrigação legal ou construtiva mensurável.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando incorridas, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 1) Benefícios a Empregados, sendo ativos reconhecidos quando há expectativa de reembolso ou redução em pagamentos futuros.

Já os planos de benefício definido têm suas obrigações líquidas calculadas anualmente por atuário qualificado, considerando o valor presente dos benefícios futuros esperados, deduzidos dos ativos do plano. Reavaliações atuariais (ganhos e perdas), retorno dos ativos (exceto juros) e efeitos do teto são registrados diretamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos são calculados com base na taxa de desconto aplicada ao valor líquido passivo/ativo de benefício definido no início do período. Os juros líquidos e as demais despesas do plano são reconhecidos no resultado. Alterações e liquidações de planos são reconhecidas quando ocorrem.

3.11.2 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a seus administradores e colaboradores e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem como despesa, contra patrimônio líquido ou passivo, os pagamentos baseados em ações à medida que os produtos são recebidos ou os serviços são prestados. O valor justo dos prêmios concedidos a executivos e colaboradores é reconhecido como despesa de pessoal durante o período de aquisição do direito, ajustado conforme a expectativa de cumprimento das condições de serviço e desempenho. Para transações em que os bens ou serviços não são identificáveis, o valor é mensurado pela diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial outorgado e o valor dos bens ou serviços identificáveis. No caso de liquidação em caixa, o passivo é mensurado novamente até sua quitação.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

3.12.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, às alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, a Companhia compensa prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo, com base na melhor estimativa do valor esperado a recolher ou a recuperar, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia compensa ativos e passivos fiscais correntes quando existe direito legalmente executável de compensação e há intenção de liquidar os valores em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 (IFRIC 23) - Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não sejam aceitos.

3.12.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções baseadas nos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado periodicamente e reduzido quando não for mais provável sua realização.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes na data do balanço, aplicáveis no período esperado de reversão das diferenças temporárias.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

3.14 Instrumentos financeiros

3.14.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48 (IFRS 9). As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas avaliam o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores.

Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e de suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.14.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal do Grupo, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.14.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.14.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.14.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Determinadas controladas diretas e indiretas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido a seguir:

(a) *Hedge* de fluxo de caixa e a valor justo

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de valor justo, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas diretamente no resultado do período. Simultaneamente, o valor contábil do item objeto de *hedge* é ajustado pelas variações atribuíveis ao risco objeto da proteção, sendo tais efeitos também reconhecidos no resultado, de forma a refletir a compensação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido.

Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 33.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.14.6 Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 33.3 - Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

3.15 Capital social

3.15.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.15.2 Ações preferenciais não resgatáveis

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.15.3 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

3.16 Distribuição de dividendos

A Companhia reconhece dividendos no passivo circulante quando a distribuição é obrigatória por estatuto ou lei, ou quando aprovada pelos acionistas, em conformidade com o CPC 25 e a ICPC 08 (R1). O estatuto social estabelece a distribuição mínima obrigatória de 25% do lucro líquido anual ajustado pela dedução das constituições no exercício de Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa e Reserva Legal, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre dividendos adicionais e juros sobre o capital próprio. Dividendos adicionais propostos antes da data do balanço permanecem no patrimônio líquido, enquanto propostas após essa data são divulgadas como eventos subsequentes, nos termos da legislação societária vigente.

3.17 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.17.1 Ativos financeiros não derivativos

As controladas da Companhia reconhecem provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato, utilizando matriz de provisão baseada em taxas históricas de perda, ajustadas por informações prospectivas quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são mensuradas, em regra, para a vida inteira dos instrumentos, exceto para títulos de dívida e saldos bancários com baixo risco de crédito ou cujo risco não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, os quais são mensurados com base em perdas esperadas para 12 meses. A avaliação considera informações razoáveis e suportáveis, quantitativas e qualitativas, incluindo experiência histórica, análises de crédito e fatores prospectivos. O prazo máximo considerado na estimativa corresponde ao período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. Ver nota explicativa nº 33.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.17.2 Ativos financeiros com problema de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam a existência de evidências de perda por recuperação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação quando há evidência objetiva de que um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial impactaram negativamente os fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Tais evidências incluem, entre outros fatores, dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, descumprimento de cláusulas contratuais, reestruturações de valores em condições não usuais, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor, bem como o desaparecimento de mercado ativo em decorrência de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.17.3 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas

As controladas distribuidoras da Companhia adotam metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging list*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores. Para a controlada CSA, a estimativa é baseada no histórico de recebimento dos últimos três anos, correspondente ao período de concessão. A metodologia pode ser ajustada por fatores prospectivos relevantes, quando aplicável.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

3.17.4 Ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros, a Companhia e suas controladas avaliam se o valor contábil líquido excede o seu valor recuperável e, quando necessário reconhece uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de uma geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil e é calculado utilizando-se a taxa de desconto antes dos tributos (*pre-tax*).

Para fins de aplicação do CPC 01 (IAS 36), a Companhia e suas controladas são tratadas como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente.

A Companhia projeta os fluxos de caixa gerados pela UGC com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes elaborados pela Administração. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período de concessão da Companhia. A Administração avalia ainda se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa nº 16 - Avaliação de *Impairment*.

3.18 Provisões para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.19 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.20 Questões climáticas

A Companhia e suas controladas consideram questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia e suas controladas monitoram mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Embora, na data-base das demonstrações contábeis, os riscos relacionados ao clima não tenham gerado efeitos significativos na mensuração contábil, a Companhia e suas controladas reconhecem que tais riscos ampliam a incerteza associada às estimativas e pressupostos utilizados e podem influenciar diversos componentes das demonstrações contábeis. Os itens mais diretamente afetados pelas questões climáticas incluem:

- Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, o Grupo considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. O Grupo monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.
- Obrigações de desmobilização: O impacto das legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas é considerado na estimativa do *timing* e dos custos futuros de descomissionamento do segmento de geração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.21 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.21.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia e suas controladas avaliaram essas alterações e normativos e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.21.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam IFRS 1, IFRS 7 (e sua orientação), IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo.	01/01/2026

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	484	543	309.243	303.949
Equivalentes de caixa				
Aplicação direta				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	259	811	1.715.713	842.571
Operações compromissadas	607.855	-	634.871	1.791.145
Fundo de investimento				
Operações compromissadas	-	5.979	-	272.137
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	249	-	78.816
Fundo de investimento aberto	-	215	-	17.746
Subtotal de caixa e equivalentes	608.114	7.254	2.350.584	3.002.415
Total	608.598	7.797	2.659.827	3.306.364

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro 2025 equivale a 100,02 % do CDI (98,12% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Fundos de investimentos				
Cotas de fundos de investimento	932.408	240.613	6.335.460	7.433.271
Cotas de fundos de investimento FIDC	-	-	185.700	128.589
Títulos públicos	-	9.808	-	473.945
Letra financeira	-	2.920	-	139.916
Fundo de investimento aberto	493	235	1.127.302	1.328.611
Recursos vinculados (a)	-	-	173.610	227.047
Total circulante	932.901	253.576	7.822.072	9.731.379
Não circulante				
Recursos vinculados (a)	-	-	724.835	702.741
Total não circulante	-	-	724.835	702.741
Total (b)	932.901	253.576	8.546.907	10.434.120

- (a) Os recursos vinculados referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.
- (b) A variação no exercício decorre, principalmente, do exercício parcial das opções de compra junto ao Itaú, no montante de R\$ 2.000.000, realizado em novembro de 2025. Adicionalmente, o saldo foi impactado pelas movimentações de captações, amortizações de principal e pagamentos de juros relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 18.5 - Movimentação de Empréstimos e Financiamentos e nº 19.3 - Movimentação das Debêntures.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 101,16% do CDI (98,10% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

6.1 Composição dos saldos

	2025				2024			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
Até 90 dias		Mais de 90 dias	Até 90 dias			Mais de 90 dias		
Residencial	1.374.853	1.233.079	2.568.162	5.176.094	1.160.340	1.121.769	2.407.348	4.689.457
Industrial	159.958	26.969	77.463	264.390	146.002	28.131	83.226	257.359
Comercial	518.873	178.737	402.423	1.100.033	467.568	160.557	416.200	1.044.325
Rural	193.186	137.272	404.605	735.063	149.132	125.386	334.078	608.596
Poder público	257.746	87.752	106.744	452.242	210.451	97.734	116.258	424.443
Iluminação pública	84.094	17.264	71.253	172.611	78.770	19.243	92.705	190.718
Serviço público	124.992	60.361	156.003	341.356	105.484	48.307	73.405	227.196
Contas a receber de consumidores faturados	2.713.702	1.741.434	3.786.653	8.241.789	2.317.747	1.601.127	3.523.220	7.442.094
Residencial	643.723	81.709	995.214	1.720.646	736.476	90.480	1.002.898	1.829.854
Industrial	67.563	3.031	32.501	103.095	70.911	5.000	37.429	113.340
Comercial	283.703	13.601	193.987	491.291	328.849	15.737	201.268	545.854
Rural	81.575	7.614	62.602	151.791	75.384	7.047	63.382	145.813
Poder público	370.579	9.097	79.198	458.874	350.152	12.112	90.551	452.815
Iluminação pública	174.432	4.578	9.220	188.230	177.754	5.198	12.511	195.463
Serviço público	139.471	17.413	48.732	205.616	171.600	2.723	10.122	184.445
Parcelamentos (a)	1.761.046	137.043	1.421.454	3.319.543	1.911.126	138.297	1.418.161	3.467.584
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	1.546.475	-	-	1.546.475	1.318.952	-	-	1.318.952
Baixa renda (c)	398.427	-	-	398.427	272.645	-	-	272.645
Outras (d)	1.049.634	15.386	32.562	1.097.582	894.791	4.498	20.687	919.976
Subtotal bruto	7.469.284	1.893.863	5.240.669	14.603.816	6.715.261	1.743.922	4.962.068	13.421.251
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(523.619)	(250.465)	(3.514.168)	(4.288.252)	(511.251)	(243.303)	(3.242.901)	(3.997.455)
Total contas a receber clientes	6.945.665	1.643.398	1.726.501	10.315.564	6.204.010	1.500.619	1.719.167	9.423.796
Circulante				9.491.337				8.538.999
Não circulante				824.227				884.797

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 453.252 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 450.591 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 46.074 (R\$ 23.226 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 31 – Resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, é após o exercício de encerramento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) O saldo de outras são compostos, principalmente, por: montantes de juros moratórios e multas por auto religação dos consumidores das controladas distribuidoras; contratos de venda de energia nos ambientes de contratação regulada (ACR) e livre (ACL) da controlada indireta Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento; a prestação de serviço de telefonia, integração de telecomunicações de *internet* que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos das controladas Equatorial Telecomunicação e Serviços; e aos contratos de venda de energia da controlada Equatorial Renováveis S.A.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2024	Provisões/ Reversões (b)	Baixas	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(2.228.617)	(521.148)	240.524	(2.509.241)
Parcelamentos	(1.580.307)	(93.574)	146.828	(1.527.053)
Contas a receber de consumidores não faturados	(33.805)	(6.356)	-	(40.161)
Outras (a)	(154.726)	(49.496)	(7.575)	(211.797)
Total	(3.997.455)	(670.574)	379.777	(4.288.252)

	2023	Provisões/ Reversões (b)	Baixas	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(3.267.222)	(352.994)	1.391.599	(2.228.617)
Parcelamentos	(1.934.532)	(100.753)	454.978	(1.580.307)
Contas a receber de consumidores não faturados	(36.774)	2.969	-	(33.805)
Outras (a)	(216.890)	(134.871)	197.035	(154.726)
Total	(5.455.418)	(585.649)	2.043.612	(3.997.455)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021.
- (b) A movimentação líquida do exercício, resultou na constituição de provisão, no montante de R\$ 670.574, com impacto de provisão no resultado operacional e no financeiro de R\$ 658.360 e R\$ 12.214, respectivamente, conforme notas explicativas nº 28 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 31 - Resultado financeiro.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	2024	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	2025
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(144.169)	305.678	233.533	(25.214)	-	-	369.828
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	(15.639)	(2.697)	82.104	7.904	-	-	71.672
Rede básica	301.257	33.690	(89.637)	32.890	-	-	278.200
Compra de energia CVA (c)	(528.723)	482.907	1.390.933	31.451	-	-	1.376.568
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	332.367	(141.298)	(239.171)	14.644	-	-	(33.458)
Transporte Itaipu	10.268	14.324	(9.641)	1.253	-	-	16.204
Subtotal	(44.639)	692.604	1.368.121	62.928	-	-	2.079.014
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (e)	201.547	(22.608)	(5.283)	12.054	(28.745)	-	156.965
Neutralidade (f)	(373.980)	(31.242)	427.418	1.834	-	-	24.030
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(402.802)	(142.197)	94.160	(36.448)	-	-	(487.287)
Risco hidrológico (g)	(1.007.754)	-	97.782	(44.380)	-	-	(954.352)
Compensação créditos PIS/COFINS (h)	296.222	-	4.091	(4.278)	-	(295.388)	647
CDE Modicidade Tarifária - Empréstimo (i)	(134.378)	24.096	109.850	(9.310)	(27.166)	-	(36.908)
Reposicionamento Tarifários - RTD	23.194	-	(23.194)	-	-	-	-
Outros (j)	(12.206)	296.877	146.338	266.115	(5.460)	-	691.664
Subtotal	(1.410.157)	124.926	851.162	185.587	(61.371)	(295.388)	(605.241)
Total	(1.454.796)	817.530	2.219.283	248.515	(61.371)	(295.388)	1.473.773
Circulante							
Valores a receber	-						710.572
Valores a devolver	(1.301.652)						(205.506)
Efeito líquido	(1.301.652)						505.066
Não circulante							
Valores a receber	264.381						1.102.886
Valores a devolver	(417.525)						(134.179)
Efeito líquido	(153.144)						968.707
Efeito líquido total	(1.454.796)						1.473.773

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificação	2024
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(6.636)	(248.682)	101.461	9.688	-	-	-	(144.169)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	(57.402)	3.581	42.445	(4.263)	-	-	-	(15.639)
Rede básica	551.798	(179.955)	(115.036)	44.450	-	-	-	301.257
Compra de energia CVA (c)	(1.190.899)	871.203	(109.985)	(99.042)	-	-	-	(528.723)
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	375.980	(192.288)	116.412	32.263	-	-	-	332.367
Transporte Itaipu	33.902	(20.618)	(5.780)	2.764	-	-	-	10.268
Subtotal	(293.257)	233.241	29.517	(14.140)	-	-	-	(44.639)
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (e)	376.934	(67.697)	(92.243)	12.763	(28.210)	-	-	201.547
Neutralidade (f)	(326.712)	192.768	(217.220)	(22.816)	-	-	-	(373.980)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(318.383)	(185.994)	125.083	(23.508)	-	-	-	(402.802)
Risco hidrológico (g)	(918.116)	265.667	(299.002)	(56.303)	-	-	-	(1.007.754)
Compensação créditos PIS/COFINS (h)	56.103	-	1.259.494	7.962	-	(1.174.424)	147.087	296.222
Empréstimo escassez hídrica (f)	(100.444)	-	100.444	-	-	-	-	-
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (i)	(114.127)	167.156	(6.973)	(16.017)	(165.028)	-	611	(134.378)
Reposicionamento Tarifários – RTD	29.351	(30.251)	23.194	900	-	-	-	23.194
Outros (j)	270.595	739.868	(803.488)	8.088	(188.917)	-	(38.352)	(12.206)
Subtotal	(1.044.799)	1.081.517	89.289	(88.931)	(382.155)	(1.174.424)	109.346	(1.410.157)
Total	(1.338.056)	1.314.758	118.806	(103.071)	(382.155)	(1.174.424)	109.346	(1.454.796)
Circulante								
Valores a receber	97.933							-
Valores a devolver	(479.822)							(1.301.652)
Efeito líquido	(381.889)							(1.301.652)
Não circulante								
Valores a receber	16.277							264.381
Valores a devolver	(972.444)							(417.525)
Efeito líquido	(956.167)							(153.144)
Efeito líquido total	(1.338.056)							(1.454.796)

- (a) O saldo da CVA da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE corresponde a custos realizados superiores às coberturas tarifárias previstas pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da REH nº 3.433, de 10 de dezembro de 2024, e da REH nº 3.484, de 15 de julho de 2025. A diferença entre o custo efetivamente incorrido e o valor considerado na tarifa resultou na constituição de ativo regulatório no montante de R\$ 305.678, a ser compensado nos processos tarifários subsequentes, conforme a sistemática da Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A (CVA);
- (b) O saldo da CVA do Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica foi afetado pela constituição negativa da CVA de R\$ 2.697, devido a diferença dos saldos atualizados das CVAs reconhecidas nos processos tarifários de 2025;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no exercício o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, o que explica o principal movimento negativo de R\$ 482.907;
- (d) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário das controladas da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, sendo a principal constituição o valor de R\$ 141.298;
- (e) A constituição do saldo negativo R\$ 22.608 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio superior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras;
- (f) A neutralidade dos encargos corresponde à diferença entre os valores faturados e os valores considerados no processo tarifário anterior, atualizados pela SELIC. No exercício, a constituição líquida foi de R\$ (31.242), composta por R\$ (74.315) relativos ao Efeito de Reajustes e R\$ 43.072 de demais efeitos;
- (g) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 - demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada;
- (h) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS;
- (i) A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia; e
- (j) O saldo de constituição foi afetado, principalmente, pelas constituições do Ativo RTE 2019, quitação da Conta Covid, diferimento Outros, diferimento Escassez Hídrica, além de encargos financeiros relacionados.; o saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações de Quitação da Conta Covid, pela reversão de Créditos de Rescisão Contratual e migração de Consumidores, diferimentos, Neutralidade COVID, além de encargos financeiros relacionados.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) das controladas distribuidoras da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há Revisão Tarifária Periódica (RTP) também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

Abaixo segue resumo, por controlada, do resultado de processos vigentes, em 31 de dezembro de 2025, sendo RTP (4 anos), para Maranhão e Pará, com assinatura do aditivo contratual prevista para 1º semestre de 2026 e RTP (5 anos) para as demais distribuidoras:

Controlada	Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito	Prox.RTP
Equatorial Maranhão	Revisão Tarifária Periódica	28/08/2025	3.512/2025	17,9%	2029
Equatorial Pará	Reajuste Tarifário Anual	07/08/2025	3.507/2025	3,74%	2027
Equatorial Piauí	Reajuste Tarifário Anual	02/12/2025	3.555/2025	13,57%	2028
Equatorial Alagoas	Reajuste Tarifário Anual	03/05/2025	3.450/2025	(6,79%)	2029
CEEE-D	Reajuste Tarifário Anual	22/11/2025	3.547/2025	19,53%	2026
CEA	Reajuste Tarifário Anual	13/12/2024	3.430/2024	13,70%	2026
Equatorial Goiás	Reajuste Tarifário Anual	22/10/2025	3.544/2025	18,55%	2028

A partir de 1º de abril de 2024, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, passaram a ser as definidas no Ábaco de Acionamento das Bandeiras Tarifárias, de acordo com a Resolução homologatória nº 3.306 de 05 de março de 2024. Os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de 18,85 R\$/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, 44,63 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de 78,77 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram o montante de R\$ 1.039.544 (R\$ 766.597 em 31 de dezembro de 2024) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 893.093 (R\$ 539.314 em 31 de dezembro de 2024) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 146.451 (R\$ 227.283 em 31 de dezembro de 2024) recebendo via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifárias – CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

8 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	2025	2024
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	625.275	512.111
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	821.603	961.401
PIS e COFINS	47.332	87.121
Outros	42.744	51.469
Total circulante	1.536.954	1.612.102
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	1.111.893	894.911
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	1.184.498	1.722.349
Outros	66.549	134.838
Total não circulante	2.362.940	2.752.098
Total impostos e contribuições a recuperar	3.899.894	4.364.200

- (a) Referem-se aos créditos tributários reconhecidos em conformidade com a Lei nº 14.385/22, os quais são compensados via PERDCOMP. Ver nota explicativa nº 24 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores para mais detalhes. A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

	2025	
	Valor	%
Circulante	821.603	41%
2027	602.123	30%
2028	582.375	29%
Não circulante	1.184.498	59%
Total	2.006.101	100%

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente, dos contratos de compartilhamento, empréstimos, dividendos, entre outros.

	Notas	Controladora			
		2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Empresas					
Outras contas a receber					
Controladas indiretas					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	7.175	16.975	7.427	17.952
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	7.464	6.776	24.153
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	4.761	4.175	16.004
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(a)	3.312	16.076	21.101	43.915
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	1.963	8.239	9.271	20.936
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.042	28.178	58.045	97.053
Subtotal		14.492	81.693	106.795	220.013
Controlada direta					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	2.551	2.256	7.854
Operações descontinuadas					
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	-	-	-	315
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	-	-	-	155
Total		14.492	84.244	109.051	228.337
Recuperação judicial					
Controladas indiretas					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	138.663	3.289	138.114	12.013
Dividendos a receber					
Controladas diretas					
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(e)	382.302	-	7.429	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(e)	51.396	-	48.678	-
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	(e)	3.975	-	-	-
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	(e)	6.162	-	6.161	-
Equatorial Serviços S.A.	(e)	7.932	-	12.579	-
Coligada					
SABESP	(e)	308.748	-	341.272	-
Operações descontinuadas					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	-	-	745.137	-
Subtotal		760.515	-	1.161.256	-
Total		913.670	87.533	1.408.421	240.350

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado			
		2025		2024	
Empresas		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber					
Outros tipos de partes relacionadas					
Associação para Assinatura de Energia	(f)	3.766	23.407	957	-
Outras contas a receber					
Outros tipos de partes relacionadas					
Associação para Assinatura de Energia	(g)	-	-	632	-
Outras contas a pagar					
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(h)	-	(7.987)	-	-
Instituto Equatorial	(i)	-	(14.258)	-	(20.096)
Fornecedores					
Outros tipos de partes relacionadas					
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(c)	(8.386)	-	(4.179)	-
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial					
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)	(d)	(652.421)	(54.813)	(597.608)	(39.046)
Dividendos a receber					
Coligada					
SABESP	(e)	308.748	-	341.272	-

- (b) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Companhia (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia possui uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (c) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial;
- (d) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial referem-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), de gestão corporativa. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia realizaram doações para o Instituto no montante de R\$ 14.259;
- (e) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia), é detentora de créditos homologados no valor original de R\$ 423.463, que serão quitados da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal;
- (f) Referente aos dividendos a receber do exercício de 2025;
- (g) Os valores com a Associação referem-se ao fornecimento de energia elétrica;
- (h) Referente a despesas com consultoria, taxas e fatura de energia da controlada indireta E-Nova com a Associação;
- (i) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão, CEEE-D e controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas com sua Fundação de Previdência Complementar; e
- (j) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto.

Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas e arrendamentos, compra e venda de bens e materiais *intercompany*, bens cedidos em comodato, prestação de serviços de telecomunicações e de uso do sistema de transmissão, entre outros, cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselhos de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 53.650, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2025 (R\$ 48.800, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas-chave da Administração.

Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 32 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações e pagamento baseado em ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 26 – Planos de incentivo de longo prazo.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	2025	2024
Total Remuneração fixa anual	12.485	22.168
Salário ou Pró-labore	12.152	21.994
Benefícios diretos e indiretos	333	174
Total Remuneração variável	20.083	13.232
Total Remuneração baseada em ações	9.817	12.978
Cessação do cargo	3.122	-
Benefícios pós emprego	140	33
Valor total da remuneração	45.647	48.411

9.2 Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas nas apólices de seguros e fianças sem ônus ou remuneração e nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com remuneração em 1% a.a. sobre o saldo devedor. As garantias estão descritas nas notas explicativas nº 18.3 e 19.4. A partir de 31 de outubro de 2025, a Equatorial S.A. não detém mais responsabilidade pelas garantias anteriormente prestadas em favor da Equatorial Transmissão S.A., em função do fechamento da operação de alienação da totalidade das ações de sua emissão, conforme descrito na nota explicativa 1.3.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Outras contas a receber (Consolidado)

10.1 Composição dos saldos

	2025	2024
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	260.555	142.817
Neutralidade PIS/COFINS (b)	51.318	14.656
Subvenção descontos tarifários (c)	974.658	637.235
Sobra física	6.087	6.087
Uso mútuo de poste	34.318	95.063
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (d)	95.578	35.691
(-) PECLD	(30.676)	(44.566)
Reinvestimento SUDAM/SUDENE	156.421	182.232
Outros	333.293	394.297
Total circulante	1.881.552	1.463.512
Não circulante		
Crédito a receber - Recuperação judicial	24.977	24.977
Sobra física	14.459	14.459
(-) PECLD	(4.124)	(3.013)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (d)	395.956	442.196
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (d)	253.823	304.164
Outros	74.907	71.778
Total não circulante	759.998	854.561
Total de outras contas a receber	2.641.550	2.318.073

- (a) Variação observada no saldo de adiantamento a fornecedores no exercício deve-se ao encerramento contratual de fornecedores estratégicos, o que culminou na contratação de novos fornecedores e, como parte das condições contratuais, foram realizados adiantamentos a esses novos fornecedores, de modo a viabilizar o início da execução contratual.
- (b) O aumento observado refere-se aos valores neutralizados, resultantes da diferença entre os valores de PIS e COFINS apurados e faturados das controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Alagoas, CEEE-D e Equatorial Goiás;
- (c) Os valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 2.420, de 27 de novembro de 2018. O subsídio tarifário CDE, referente à receita de desconto tarifário, apresentou um incremento devido ao aumento de mercado e ao reposicionamento da Parcela A nos processos de reajuste tarifário anual dos anos de 2023 e 2024, conforme as Resoluções Homologatórias da ANEEL nº 3.279, de 17 de outubro de 2023, e nº 3.407, de 15 de outubro de 2024; e
- (d) Ver nota explicativa 10.2. - Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC.

A Lei Estadual nº 17.555/2012 instituiu o FUNAC com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a AXIA Energia. O contrato de compra e venda de ações de 2017, entre Equatorial Goiás, AXIA Energia e CELGPAR, assegurou aos compradores indenização do Estado de Goiás em caso de alterações legais sobre o FUNAC.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 2019, a Lei nº 20.416 alterou as Leis nº 17.555/2012 e 19.473/2016, reduzindo o exercício de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012. Ainda em 2019, a Lei nº 20.468 revogou créditos de ICMS vinculados às contingências. Tais alterações foram questionadas judicialmente pela Companhia, por afrontarem direitos adquiridos e o contrato de venda. Houve decisões liminares favoráveis e desfavoráveis no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) entre 2019 e 2023. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), ainda em 2019, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF, rejeitada em 2021 por razões processuais, sem análise do mérito.

Em maio de 2023, o TJ-GO reconheceu o direito da Companhia ao ressarcimento conforme Leis nº 17.555/12 e 19.473/16. Posteriormente, em dezembro de 2023, o órgão especial do TJ-GO anulou tal decisão, determinando novo julgamento. O processo seguiu para julgamento do incidente pelo plenário do Tribunal de Justiça de Goiás, contudo, por ter sido suspenso, foi retirado de pauta.

A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do *pacta sunt servanda*, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Equatorial Goiás sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da mesma, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC

	2024		2025				
	Saldo inicial	Adições/ Reversões (a)	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (b)	Baixa por recebimento	PECLD (c)	Saldo final
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	1.005.390	(70.858)	(313.935)	-	-	-	620.597
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (b)	(563.194)	-	-	338.553	-	-	(224.641)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	442.196	(70.858)	(313.935)	338.553	-	-	395.956
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	1.070.180	-	313.935	-	(12.627)	-	1.371.488
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (b)	(513.369)	-	-	(143.423)	-	-	(656.792)
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	(216.956)	-	-	-	-	(148.339)	(365.295)
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	339.855	-	313.935	(143.423)	(12.627)	(148.339)	349.401
Total	782.051	(70.858)	-	195.130	(12.627)	(148.339)	745.357

	2023		2024					
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD	Saldo final
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	1.154.836	18.195	(167.641)	-	-	-	-	1.005.390
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (b)	(632.961)	-	-	69.767	-	-	-	(563.194)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	521.875	18.195	(167.641)	69.767	-	-	-	442.196
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	922.189	-	167.641	-	(25.050)	5.400	-	1.070.180
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (b)	(423.514)	-	-	(89.855)	-	-	-	(513.369)
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	(165.818)	-	-	-	-	-	(51.138)	(216.956)
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	332.857	-	167.641	(89.855)	(25.050)	5.400	(51.138)	339.855
Total	854.732	18.195	-	(20.088)	(25.050)	5.400	(51.138)	782.051

- (a) O montante de reversão no valor de R\$ 70.858 (adição de R\$ 18.195 em 31 de dezembro de 2024), refere-se à movimentação líquida, que resultou em uma reversão no montante de R\$ 18.623 (R\$ 15.702 em 31 de dezembro de 2024) e às reversões de atualizações, no montante de R\$ 52.235 (atualização no valor de R\$ 33.897 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao passivo; e
- (b) A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC, no montante total de R\$ 881.433 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.076.563 em 31 de dezembro de 2024), com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juizes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, exercício para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos entre abril de 2012 e janeiro de 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto líquido da referida provisão com atualização, no exercício findo em 31 de

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

dezembro de 2025, foi uma reversão de R\$ 195.130, sendo R\$ 9.184 com impacto no resultado operacional (R\$ 39.231 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 185.946 no resultado financeiro (reversão de R\$ 19.143 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota (c) da nota explicativa nº 28 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 31 - Resultado financeiro; e

- (c) Sobre o saldo de "Créditos Especiais - Aguardando ressarcimento" é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 31 de dezembro de 2025, foi calculada uma provisão de R\$ 148.339 (R\$ 51.138 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 91.271 com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 28 - Custos do serviço e despesas operacionais e R\$ 57.068 com impacto no resultado financeiro, conforme nota explicativa, nº 31 - Resultado financeiro. Para a estimativa, é observado o volume de recebimento x requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais.

11 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas estão conforme a seguir demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Avaliados por equivalência patrimonial:				
Controladas:				
Equatorial Distribuição	10.267.469	8.218.142	-	-
Equatorial Alagoas	1.836.593	1.821.351	-	-
Equatorial Serviços	344.797	210.409	-	-
Equatorial Transmissão (b)	-	11.141.921	-	-
Equatorial Participações	810.691	658.517	-	-
Equatorial Participações II	359.623	399.341	-	-
Equatorial Participações III (a)	(351.288)	(337.901)	-	-
Echoenergia Participações	3.938.119	-	-	-
Echoenergia Crescimento	116.252	-	-	-
Equatorial Renováveis	16.807	-	-	-
Subtotal	17.339.063	22.111.780	-	-
Coligada:				
SABESP	7.555.898	6.769.430	7.555.898	6.769.430
Outros investimentos	-	-	12.391	17.744
Efeito líquido total	24.894.961	28.881.210	7.568.289	6.787.174
Total investimentos	25.246.249	29.219.111	7.568.289	6.787.174
Provisão para perda em investimento (a)	(351.288)	(337.901)	-	-

- (a) Representado pelo investimento indireto na CSA, que apresenta patrimônio líquido negativo. Os ativos relacionados à CSA foram ajustados ao seu valor recuperável, após resultado do teste de *impairment* - ver maiores detalhes na nota explicativa 16; e
- (b) Em 31 de outubro de 2025, o Grupo Transmissão foi vendido, conforme nota explicativa nº 1.3 Fechamento da operação de alienação da Equatorial Transmissão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

11.1 Movimentação dos investimentos em controladas - Controladora

	2024	Aumento/ Redução de capital	Exercício da opção de compra	Baixa de investimento	Reorganiza- ção societária	Dividendos mínimos e adicionais	Impairment mais valia	Resultado de equivalência patrimonial (a)	Resultado de equivalência patrimonial – operação descontinuada	Outros resultados abrangentes	Mudança na participação relativa em controladas	Stock Options/ Matching Shares	Outros (b)	2025
Controladas														
Equatorial Distribuição	8.218.142	-	2.045.200	-	-	(1.736.240)	-	1.930.743	-	59.338	(257.612)	7.898	-	10.267.469
Equatorial Alagoas	1.821.351	-	-	-	-	(181.940)	-	184.639	-	11.529	-	1.014	-	1.836.593
Equatorial Serviços	210.409	111.120	-	-	-	(7.932)	-	33.448	-	705	(2.953)	-	-	344.797
Equatorial Transmissão (c)	11.141.921	(8.317.619)	-	(3.149.884)	-	-	-	(140.216)	470.692	(4.894)	-	-	-	-
Equatorial Participações	658.517	-	-	-	-	(3.975)	-	69.366	-	85.049	766	968	-	810.691
Equatorial Participações II	399.341	-	-	-	-	-	-	(52.033)	-	11.900	-	415	-	359.623
Equatorial Participações III	(337.901)	525.794	-	-	-	-	-	(456.143)	-	-	(83.038)	-	-	(351.288)
Echoenergia Participações	-	51.150	-	-	6.538.026	-	(2.359.265)	(291.675)	-	(117)	-	-	-	3.938.119
Echoenergia Crescimento	-	-	-	-	738.175	-	-	(621.923)	-	-	-	-	-	116.252
Equatorial Renováveis	-	-	-	-	14.979	-	-	1.828	-	-	-	-	-	16.807
Subtotal	22.111.780	(7.629.555)	2.045.200	(3.149.884)	7.291.180	(1.930.087)	(2.359.265)	658.034	470.692	163.510	(342.837)	10.295	-	17.339.063
Coligada														
SABESP	6.769.430	-	-	-	-	(357.234)	-	1.234.817	-	(24.339)	-	-	(66.776)	7.555.898
Efeito líquido total	28.881.210	(7.629.555)	2.045.200	(3.149.884)	7.291.180	(2.287.321)	(2.359.265)	1.892.851	470.692	139.171	(342.837)	10.295	(66.776)	24.894.961
Total de investimentos	29.219.111													25.246.249
Total de provisão para perda em investimento	(337.901)													(351.288)

- (a) O valor de equivalência da coligada SABESP, da controlada direta Equatorial Alagoas e da controlada indireta Echoenergia Participações está líquido da amortização da mais valia e do direito de concessão nos valores de R\$ 34.492, R\$ 38.412 e R\$ 69.917, respectivamente;
- (b) Refere-se a ações em tesouraria; e

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) Para a segregação dos ativos de transmissão, objeto da alienação, foi realizada a redução de capital no montante de R\$ 8.317.619 para a cessão da posição contratual relativa ao SPA Echoenergia, de forma que a Equatorial S.A. fosse a detentora de todos os direitos e obrigações, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2025, para maiores detalhes, ver nota explicativa 1.3 Fechamento da operação de alienação da Equatorial Transmissão.

	2023	Aquisição de Investimento	Aumento de capital	Redução de capital	Reorganizaçã o societária	Dividendos mínimos /JCP	Dividendos adicionais	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Stock options	Matching Shares	2024
Controladas:												
Equatorial Distribuição	7.569.671	-	-	-	-	(7.429)	(1.373.302)	2.069.817	(46.659)	3.463	2.581	8.218.142
Equatorial Alagoas	1.819.331	-	-	-	-	(48.622)	(134.328)	208.460	(24.188)	118	580	1.821.351
Equatorial Serviços	100.712	-	140.027	-	-	(14.799)	-	(14.862)	(677)	8	-	210.409
Equatorial Transmissão	11.186.361	-	-	-	-	(835.457)	-	774.015	17.002	-	-	11.141.921
Equatorial Participações	759.442	-	-	(155.600)	-	-	-	(52.624)	104.737	2.562	-	658.517
Equatorial Participações II	238.722	-	-	-	-	(6.161)	-	160.910	5.609	-	261	399.341
Equatorial Participações III	(225.202)	-	49.015	-	-	-	-	(161.894)	-	180	-	(337.901)
Equatorial Participações IV	100	-	3.803.500	-	(3.803.600)	-	-	-	-	-	-	-
Echoenergia Participações												
Echoenergia Crescimento												
Equatorial Renováveis												
Subtotal:	21.449.137	-	3.992.542	(155.600)	(3.803.600)	(912.468)	(1.507.630)	2.983.822	55.824	6.331	3.422	22.111.780
Coligada:												
SABESP	-	6.869.274	-	-	-	(382.472)	-	262.531	20.097	-	-	6.769.430
Efeito líquido total	21.449.137	6.869.274	3.992.542	(155.600)	(3.803.600)	(1.294.940)	(1.507.630)	3.246.353	75.921	6.331	3.422	28.881.210
Total de investimentos	21.674.339											29.219.111
Total de provisão para perda em investimento	(225.202)											(337.901)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

11.2 Informações das controladas --Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas.

	Participação societária	Balço patrimonial em 2025					Resultado em 2025					
		Circulante		Não circulante			Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido						
Equatorial Distribuição	90,42%	511.972	505.834	11.043.486	-	11.049.624	-	-	2.463.089	4.794	(1.465)	2.466.418
Equatorial Alagoas	77,39%	2.097.635	1.279.268	3.973.911	3.294.143	1.498.135	3.461.962	1.005.452	(393.695)	(257.589)	(71.135)	283.033
Equatorial Serviços	100,00%	93.277	77.374	393.862	65.132	344.633	265.972	126.054	(59.477)	(5.264)	(27.915)	33.398
Equatorial Participações	100,00%	11.436	6.008	805.264	-	810.692	-	-	68.404	1.134	(172)	69.366
Equatorial Participações II	100,00%	469	6.166	365.320	-	359.623	-	-	(52.097)	63	-	(52.034)
Equatorial Participações III	100,00%	198	41	-	352.177	(352.020)	-	-	(456.580)	67	-	(456.513)
Echoenergia Participações	100,00%	960.050	762.468	5.758.732	3.659.193	2.297.121	1.107.353	464.448	(394.009)	(217.208)	(73.360)	(220.129)
Echoenergia Crescimento	100,00%	202.798	182.771	2.245.138	2.173.529	91.636	394.100	93.943	(595.703)	(246.575)	(17.506)	(765.841)
Equatorial Renováveis	100,00%	557.824	426.286	84.574	64.523	151.589	1.654.465	(20.641)	(2.719)	1.090	(9.983)	(32.253)

	Participação societária	Balço patrimonial em 2024					Resultado em 2024					
		Circulante		Não circulante			Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido						
Equatorial Distribuição	74,21%	521.716	488.306	10.317.867	-	10.351.277	-	-	2.723.980	8.252	(2.674)	2.729.558
Equatorial Alagoas	77,39%	1.886.562	1.416.844	3.511.251	2.546.638	1.434.331	3.109.736	887.201	(348.658)	(171.399)	(53.287)	313.857
Equatorial Serviços	100,00%	107.119	88.111	296.826	105.538	210.296	236.835	98.468	(99.128)	(3.748)	(10.475)	(14.883)
Equatorial Transmissão	100,00%	1.318.892	864.496	11.586.113	898.588	11.141.921	-	-	798.410	(24.395)	-	774.015
Equatorial Participações	100,00%	10.614	1.947	649.850	-	658.517	-	-	(63.897)	14.713	(3.441)	(52.625)
Equatorial Participações II	100,00%	472	6.162	405.031	-	399.341	-	-	160.862	48	-	160.910
Equatorial Participações III	100,00%	626	1	-	338.888	(338.263)	-	-	(162.317)	38	24	(162.255)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

11.3 Conciliação dos investimentos

	2025									
	Participação no capital	Patrimônio Líquido	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	Valor do investimento	Intangível de concessão	Stock Options/ Matching Shares	Provisão para perda desvalorização de investimento	Outros	Total do investimento
Controladas										
Equatorial Distribuição (a)	90,42%	11.049.624	2.466.418	1.930.743	9.991.098	-	12.288	-	264.083	10.267.469
Equatorial Alagoas	77,39%	1.498.135	283.033	184.639	1.159.360	676.323	910	-	-	1.836.593
Equatorial Serviços	100,00%	344.633	33.398	33.448	344.633	-	-	-	164	344.797
Equatorial Participações I	100,00%	810.692	69.366	69.366	810.691	-	-	-	-	810.691
Equatorial Participações II	100,00%	359.623	(52.034)	(52.033)	359.623	-	-	-	-	359.623
Equatorial Participações III	100,00%	(352.020)	(456.513)	(456.143)	(352.020)	-	-	352.020	-	-
Echoenergia Participações	100,00%	2.297.121	(220.129)	(283.815)	2.297.121	4.000.263	-	(2.359.265)	-	3.938.119
Echoenergia Crescimento	100,00%	91.636	(14.447)	(765.841)	91.636	-	-	-	24.616	116.252
Equatorial Renováveis	100,00%	151.589	(32.253)	(2.330)	16.807	-	-	-	-	16.807
Subtotal:		16.251.033	2.076.839	658.034	14.718.949	4.676.586	13.198	(2.007.245)	288.863	17.690.351
Coligada										
SABESP	15%	42.401.125	8.462.059	1.234.817	6.360.169	1.195.729	-	-	-	7.555.898
Total		58.652.158	10.538.898	1.892.851	21.079.118	5.872.315	13.198	(2.007.245)	288.863	25.246.249

(a) O resultado de equivalência patrimonial da Companhia é ajustado pelo benefício econômico efetivo sobre o resultado da controlada Equatorial Distribuição, em virtude da distribuição desproporcional de dividendos a ser recebido pelas ações preferenciais. No exercício de 2025, a Companhia tem direito a recebimento de 80% sobre o resultado distribuível do ano de 2025, enquanto os acionistas detentores das ações preferenciais possuem um montante de 20% sobre o resultado distribuível do ano de 2025. Esses montantes são ajustados a cada ano conforme o Acordo de Acionistas. Este procedimento está alinhado com os requerimentos do CPC 36/IFRS 10 item B95 e B96, que afirma que se a controlada tiver ações preferenciais em circulação com direito a dividendos cumulativos, que sejam classificadas como patrimônio líquido, e sejam detidas por acionistas não controladores, a entidade deve calcular sua parcela de lucros e prejuízos após efetuar ajuste para refletir os dividendos sobre essas ações, tenham ou não esses dividendos sido declarados. Na operação, todo e qualquer dividendo distribuído aos acionistas, pela controlada, deverá ser pago, primeiramente ao detentor de ações preferenciais, conforme tabela abaixo:

	2025	2026	2027	2028 a 2029	2030
Ação preferencial A e B	15%	20%	35%	55%	60%
Ação preferencial C	5%	10%	15%	25%	25%
Ação ordinária	80%	70%	50%	20%	15%

(b) Na controlada direta Equatorial Alagoas, o resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 38.412 (R\$ 38.412 em 31 de dezembro de 2024), conforme item 23, letra (a), do ICPC 09 e na coligada SABESP, o resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito da amortização de mais valia no montante de R\$ 34.492 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024									
	Participação no capital	Patrimônio Líquido	Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Intangível de concessão	Stock Options / Matching Shares	Provisão para perda desvalorização de investimento	Outros	Total do investimento
Controladas										
Equatorial Distribuição	74,21%	10.351.277	2.729.558	2.069.817	7.681.426	-	10.528	-	526.188	8.218.142
Equatorial Alagoas	77,39%	1.434.331	313.857	208.460	1.109.984	710.663	704	-	-	1.821.351
Equatorial Serviços	100,00%	210.296	(14.883)	(14.862)	210.296	-	-	-	113	210.409
Equatorial Transmissão	100,00%	11.141.921	774.015	774.015	11.141.921	-	-	-	-	11.141.921
Equatorial Participações I	100,00%	658.517	(52.625)	(52.624)	658.517	-	-	-	-	658.517
Equatorial Participações II	100,00%	399.341	160.910	160.910	399.341	-	-	-	-	399.341
Equatorial Participações III	100,00%	(338.263)	(162.255)	(161.894)	(338.263)	-	-	338.263	-	-
INTESA (Resultado)		-	3.202	2.043	-	-	-	-	-	-
Subtotal:		23.857.420	3.751.779	2.985.865	20.863.222	710.663	11.232	338.263	526.301	22.449.681
Coligada										
SABESP	15%	36.928.054	9.579.563	262.531	5.539.208	1.230.222	-	-	-	6.769.430
Total		60.785.474	13.331.342	3.248.396	26.402.430	1.940.885	11.232	338.263	526.301	29.219.111

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão das controladas distribuidoras está a seguir demonstrada:

	2024	Atual. do ativo financeiro	Transf. Ativo de contrato	Baixas	Reclassificação (a)	Outros	2025
Ativo financeiro – Distribuição	21.011.141	719.476	3.947.504	(43.295)	(383.994)	(29)	25.250.803
Obrigações especiais - Distribuição	(5.146.053)	(30.212)	(1.323.863)	-	380.145	4.936	(6.115.047)
Total	15.865.088	689.264	2.623.641	(43.295)	(3.849)	4.907	19.135.756

	2023	Atual. do ativo financeiro	Transf. Ativo de contrato	Baixas	Reclassificação	Outros	2024
Ativo financeiro - Distribuição	16.907.942	858.485	3.277.793	(35.492)	(16.233)	18.646	21.011.141
Obrigações especiais - Distribuição	(3.882.870)	(255.157)	(989.380)	-	-	(18.646)	(5.146.053)
Total	13.025.072	603.328	2.288.413	(35.492)	(16.233)	-	15.865.088

- (a) Refere-se à adequação adotada pela controlada indireta Equatorial Pará em conformidade com as diretrizes da ANEEL no âmbito do Programa Especial SIGFI, observando os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis. Em decorrência dessa adequação, foram realizadas reclassificações contábeis no valor aproximadamente de R\$ 384 milhões do ativo financeiro para o ativo intangível, e de R\$ 380 milhões de obrigações especiais do passivo financeiro para o passivo intangível, resultando em um efeito líquido negativo de aproximadamente R\$ 4 milhões. Esse ajuste reflete a segregação das baterias do item principal, que, por possuírem taxa de depreciação anual superior, geram um impacto adicional no resultado. Essa reclassificação está alinhada à orientação da ANEEL quanto ao tratamento das baterias instaladas no projeto SIGFI, que passaram a ser consideradas unidades de cadastro independentes, compondo o ativo intangível depreciável conforme os critérios técnicos estabelecidos pela Agência.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

13 Imobilizado (Consolidado)

A composição do ativo imobilizado está apresentada da seguinte forma:

Imobilizado	Vida útil	2025		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	590.613	(47.343)	543.270
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	7.574.078	(1.954.264)	5.619.814
Móveis e utensílios	16 anos	27.728	(3.387)	24.341
Veículos	5 anos	3.155	(1.308)	1.847
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	2.924	(2.026)	898
Imobilizado em andamento	-	350.737	-	350.737
Desmobilização de ativos	-	163	(163)	-
Total		8.549.398	(2.008.491)	6.540.907

Imobilizado	Vida útil	2024		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	583.147	(29.975)	553.172
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	8.284.963	(1.674.267)	6.610.696
Móveis e utensílios	16 anos	27.496	(2.428)	25.068
Veículos	5 anos	5.479	(1.647)	3.832
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	2.911	(1.724)	1.187
Imobilizado em andamento	-	385.707	-	385.707
Desmobilização de ativos	-	163	(163)	-
Total		9.289.866	(1.710.204)	7.579.662

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

13.1 Movimentação do ativo imobilizado

	2024	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) (b)	Efeito da operação descontinuada (a)	Outros	2025
Custo do Imobilizado								
Em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	583.147	-	-	9.882	(2.398)	(18)	-	590.613
Máquinas e equipamentos	8.284.963	11.020	(43.861)	186.510	(863.382)	(1.509)	337	7.574.078
Móveis e utensílios	27.496	-	-	581	(4)	(345)	-	27.728
Veículos	5.479	-	(1.799)	309	(834)	-	-	3.155
Equipamentos de processamento de dados	2.911	-	-	13	-	-	-	2.924
Imobilizado em andamento	385.707	187.784	(15.515)	(197.295)	-	(557)	(9.387)	350.737
Desmobilização de ativos	163	-	-	-	-	-	-	163
Total do custo de imobilizado	9.289.866	198.804	(61.175)	-	(866.618)	(2.429)	(9.050)	8.549.398
	2024	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	Efeito da operação descontinuada (a)	Outros	2025
Depreciação acumulada								
Edificações, obras civis e benfeitorias	(29.975)	(17.368)	-	-	-	-	-	(47.343)
Máquinas e equipamentos	(1.674.267)	(283.587)	3.275	-	-	315	-	(1.954.264)
Móveis e utensílios	(2.428)	(1.108)	-	-	-	149	-	(3.387)
Veículos	(1.647)	(771)	1.110	-	-	-	-	(1.308)
Equipamentos de processamento de dados	(1.724)	(302)	-	-	-	-	-	(2.026)
Desmobilização de ativos	(163)	-	-	-	-	-	-	(163)
Total da depreciação	(1.710.204)	(303.136)	4.385	-	-	464	-	(2.008.491)
Total do imobilizado	7.579.662	(104.332)	(56.790)	-	(866.618)	(1.965)	(9.050)	6.540.907

(a) Efeito de baixa do imobilizado referente a venda do Grupo Transmissão, conforme nota explicativa nº 1.3 Fechamento da operação de alienação da Equatorial Transmissão; e

(b) Reconhecimento de *Impairment* sobre o imobilizado, para maiores detalhes, ver nota explicativa 16 Avaliação de *Impairment*.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	2024
Custo do Imobilizado						
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	113.433	-	-	469.696	18	583.147
Máquinas e equipamentos	6.060.427	8.881	(13.331)	2.152.813	76.173	8.284.963
Móveis e utensílios	4.433	465	(25)	22.623	-	27.496
Veículos	5.317	193	-	-	(31)	5.479
Equipamentos de processamento de dados	4.315	-	-	(1.404)	-	2.911
Imobilizado em andamento	2.613.969	524.036	(51.743)	(2.643.728)	(56.827)	385.707
Desmobilização de ativos	163	-	-	-	-	163
Total do custo de imobilizado	8.802.057	533.575	(65.099)	-	19.333	9.289.866
	2023	Adição	Baixa	Transferências	Reclassificação	2024
Depreciação acumulada						
Edificações, obras civis e benfeitorias	(19.317)	(10.663)	-	5	-	(29.975)
Máquinas e equipamentos	(1.428.499)	(245.471)	98	(395)	-	(1.674.267)
Móveis e utensílios	(1.721)	(716)	9	-	-	(2.428)
Veículos	(891)	(756)	-	-	-	(1.647)
Equipamentos de processamento de dados	(1.834)	(280)	-	390	-	(1.724)
Desmobilização de ativos	(163)	-	-	-	-	(163)
Total da depreciação	(1.452.425)	(257.886)	107	-	-	(1.710.204)
Total do imobilizado	7.349.632	275.689	(64.992)	-	19.333	7.579.662

Os ativos imobilizados das controladas Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento são dados como garantia em face dos financiamentos obtidos. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 18.3 – Garantias.

14 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	2025				Valor líquido
	Taxas anuais*	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	
Distribuição					
Em serviço – Distribuição	4,23%	50.098.143	(22.916.858)	(3.786.596)	23.394.689
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão	3,33%	291.810	(218.760)	-	73.050
Direito de concessão – Equatorial Pará	3,33%	172.904	(170.902)	-	2.002
Direito de concessão – Equatorial Alagoas	3,33%	1.196.831	(270.303)	-	926.528
Direito de concessão – Equatorial Piauí	3,33%	1.714.448	(415.912)	-	1.298.536
Direito de concessão – CEEE-D	4,17%	2.786.062	(522.382)	-	2.263.680
Direito de concessão – CEA	3,33%	1.199.957	(163.326)	-	1.036.631
Subtotal		7.362.012	(1.761.585)	-	5.600.427
Outros		110.226	(19.526)	-	90.700
Subtotal		57.570.381	(24.697.969)	(3.786.596)	29.085.816
Saneamento					
Direito de concessão – CSA (a)	2,88%	735.477	(96.341)	-	639.136
Outros		13.262	2.081	-	15.343
Subtotal		748.739	(94.260)	-	654.479
Geração					
Direito de exploração	6,78%	2.991.127	(3.156.542)	-	(165.415)
Direito de autorização	3,22%	2.385.402	(294.103)	-	2.091.299
Outros		77.327	(13.515)	-	63.812
Subtotal		5.453.856	(3.464.160)	-	1.989.696
Total		63.772.976	(28.256.389)	(3.786.596)	31.729.991

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024				
	Taxas anuais*	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição					
Em serviço – Distribuição	4,23%	44.650.571	(20.296.634)	(3.546.170)	20.807.767
Direito de concessão					
Direito de concessão – Equatorial Maranhão	3,33%	291.810	(203.106)	-	88.704
Direito de concessão – Equatorial Pará	3,33%	172.904	(169.594)	-	3.310
Direito de concessão – Equatorial Alagoas	3,33%	1.196.831	(230.450)	-	966.381
Direito de concessão – Equatorial Piauí	3,33%	1.714.448	(358.832)	-	1.355.616
Direito de concessão – CEEE-D	4,17%	2.786.062	(406.300)	-	2.379.762
Direito de concessão – CEA	3,33%	1.199.957	(123.327)	-	1.076.630
Outros		78.436	(7.505)	-	70.931
Subtotal		52.091.019	(21.795.748)	(3.546.170)	26.749.101
Transmissão					
Em serviço – Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	16.748	(2.996)	-	13.752
Em curso – Transmissão		6.331	-	-	6.331
Subtotal		23.079	(2.996)	-	20.083
Saneamento					
Direito de concessão – CSA (a)	2,88%	949.513	(66.678)	-	882.835
Outros		11.024	(396)	-	10.628
Subtotal		960.537	(67.074)	-	893.463
Geração					
Direito de exploração	6,78%	3.073.437	(590.288)	-	2.483.149
Direito de autorização	3,22%	2.382.702	(217.381)	-	2.165.321
Outros		71.773	(9.209)	-	62.564
Subtotal		5.527.912	(816.878)	-	4.711.034
Total		58.602.547	(22.682.696)	(3.546.170)	32.373.681

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

- (a) O saldo apresentado é composto do valor pago a título de outorga para a exploração da concessão da controlada Concessionária de Saneamento do Amapá – CSA. A amortização iniciou após o exercício de operação assistida, que encerrou em julho de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

14.1 Movimentação do ativo intangível

	2024	Adições	Baixas (a)	Transferências ativo de contrato	Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	Efeito da operação descontinuada (c)	Outros (b)	2025
Distribuição								
Em serviço	44.650.571	-	(535.489)	5.513.032	-	-	471.770,00	50.099.884
(-) Amortização	(20.296.634)	(2.974.983)	408.778	-	-	-	(55.760)	(22.918.599)
Total em serviço	24.353.937	(2.974.983)	(126.711)	5.513.032	-	-	416.010	27.181.285
Obrigações especiais	(6.929.251)	-	-	(433.225)	-	-	(937.185)	(8.299.661)
(-) Amortização	3.383.081	572.927	-	-	-	-	557.057	4.513.065
Total em obrigações especiais	(3.546.170)	572.927	-	(433.225)	-	-	(380.128)	(3.786.596)
Direito de concessão	7.208.332	-	-	-	-	-	-	7.208.332
(-) Amortização	(1.337.929)	(269.976)	-	-	-	-	-	(1.607.905)
Total em direito de concessão	5.870.403	(269.976)	-	-	-	-	-	5.600.427
Outros	70.931	15.836	-	-	-	-	3.933	90.700
Total Distribuição	26.749.101	(2.656.196)	(126.711)	5.079.807	-	-	39.815	29.085.816
Transmissão	20.083	-	-	-	-	(20.083)	-	-
Saneamento								
Direito de concessão	1.213.182	-	-	85.206	(299.242)	-	-	999.146
(-) Amortização	(221.482)	(34.700)	-	-	-	-	-	(256.182)
Total de direito de concessão	991.700	(34.700)	-	85.206	(299.242)	-	-	742.964
Softwares	1.079	-	-	-	-	-	4.275	5.354
(-) Amortização Outros	(396)	(525)	-	-	(1.273)	-	-	(2.194)
Total software	683	(525)	-	-	(1.273)	-	4.275	3.160
Obrigações especiais (b)	(263.669)	-	-	-	-	-	-	(263.669)
(-) Amortização	154.804	5.037	-	-	-	-	-	159.841
Total em obrigações especiais	(108.865)	5.037	-	-	-	-	-	(103.828)
Em curso								
Softwares	9.945	1.396	-	-	-	-	842	12.183
Total Saneamento	893.463	(28.792)	-	85.206	(300.515)	-	5.117	654.479
Geração								
Direito de exploração	3.073.437	-	-	-	(2.359.265)	-	(82.310)	631.862
(-) Amortização	(590.288)	(206.989)	-	-	-	-	-	(797.277)
Direito de autorização	2.385.402	-	-	-	-	-	-	2.385.402
(-) Amortização	(217.381)	(76.722)	-	-	-	-	-	(294.103)
Subtotal	4.651.170	(283.711)	-	-	(2.359.265)	-	(82.310)	1.925.884
Outros	59.864	3.948	-	-	-	-	-	63.812
Total Geração	4.711.034	(279.763)	-	-	(2.359.265)	-	(82.310)	1.989.696
Intangível total	32.373.681	(2.964.751)	(126.711)	5.165.013	(2.659.780)	(20.083)	(37.378)	31.729.991

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	Adições	Baixas	Transferências ativo de contrato	Reclassificação	Outros	2024
Distribuição							
Em serviço	41.240.404	1	(555.114)	3.943.567	21.713	-	44.650.571
(-) Amortização	(18.463.383)	(2.316.742)	484.174	-	-	(683)	(20.296.634)
Total em serviço	22.777.021	(2.316.741)	(70.940)	3.943.567	21.713	(683)	24.353.937
Obrigações especiais	(6.434.956)	-	458	(493.245)	-	(1.508)	(6.929.251)
(-) Amortização	2.950.248	432.833	-	-	-	-	3.383.081
Total em obrigações especiais	(3.484.708)	432.833	458	(493.245)	-	(1.508)	(3.546.170)
Direito de concessão	7.208.332	-	-	-	-	-	7.208.332
(-) Amortização	(1.067.947)	(269.982)	-	-	-	-	(1.337.929)
Total em direito de concessão	6.140.385	(269.982)	-	-	-	-	5.870.403
Outros	52.543	18.916	-	-	-	(528)	70.931
Total Distribuição	25.485.241	(2.134.974)	(70.482)	3.450.322	21.713	(2.719)	26.749.101
Transmissão							
Em serviço	583	-	-	-	9.168	-	9.751
(-) Amortização	(583)	(611)	-	-	-	-	(1.194)
Total em serviço	-	(611)	-	-	9.168	-	8.557
Em curso	12.617	2.742	-	-	(9.028)	-	6.331
Outros	7.489	1	(2)	-	(706)	-	6.782
(-) Amortização	(1.513)	(255)	-	-	181	-	(1.587)
Total outros	5.976	(254)	(2)	-	(525)	-	5.195
Total Transmissão	18.593	1.877	(2)	-	(385)	-	20.083
Saneamento							
Direito de concessão	1.206.773	-	-	6.638	(229)	-	1.213.182
(-) Amortização	(189.193)	(32.003)	-	-	(286)	-	(221.482)
Total de direito de concessão	1.017.580	(32.003)	-	6.638	(515)	-	991.700
Softwares	896	-	-	183	-	-	1.079
(-) Amortização	(149)	(533)	-	-	286	-	(396)
Total software	747	(533)	-	183	286	-	683
Obrigações especiais (b)	(263.669)	-	-	-	-	-	(263.669)
(-) Amortização	149.747	5.057	-	-	-	-	154.804
Total em obrigações especiais	(113.922)	5.057	-	-	-	-	(108.865)
Em curso	-	-	-	(183)	10.128	-	9.945
Total Saneamento	904.405	(27.479)	-	6.638	9.899	-	893.463
Geração Eólica							
Direito de exploração	3.073.437	-	-	-	-	-	3.073.437
(-) Amortização	(381.951)	(208.337)	-	-	-	-	(590.288)
Direito de autorização	2.385.402	-	-	-	-	-	2.385.402
(-) Amortização	(140.658)	(76.723)	-	-	-	-	(217.381)
Subtotal	4.936.230	(285.060)	-	-	-	-	4.651.170
Outros	103.485	10.466	(54.087)	-	-	-	59.864
Total Geração Eólica	5.039.715	(274.594)	(54.087)	-	-	-	4.711.034
Intangível total	31.447.954	(2.435.170)	(124.571)	3.456.960	31.227	(2.719)	32.373.681

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, condutores e transformadores. Estes foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas. O saldo de baixas do exercício decorre, principalmente, das controladas indiretas Equatorial Goiás, Equatorial Pará e CEEE-D;
- (b) Os valores correspondem, principalmente, as adequações do ativo imobilizado em serviço decorrentes da Revisão Tarifária Periódica da controlada indireta Equatorial Maranhão no valor líquido de R\$ 32.016, devolução de preço pago pelo antigo controlador da controlada Echoenergia Participações S.A. no valor de R\$ 82.310, referente ao ajuste de preço pago pela aquisição e o valor de R\$ 3.849 referente às baterias do Projeto SIGFI, que, em atendimento à ANEEL, passaram a ser consideradas unidades de ativo, sendo cada instalação com pelo menos uma bateria registrada, conforme nota (b) da nota explicativa nº 12 Ativo Financeiro da Concessão (Consolidado); e
- (c) Efeito de baixa do intangível referente a venda do Grupo Transmissão, conforme nota explicativa nº 1.3 Fechamento da operação de alienação da Equatorial Transmissão.

15 Ativos de contrato (Consolidado)

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	Distribuição e Saneamento				2025
	2024	Adições (a)	Ativo intangível	Transferências Ativo financeiro	
Em curso	8.197.480	10.706.360	(5.598.238)	(3.947.504)	9.358.098
Obrigações especiais	(2.308.638)	(2.007.408)	433.225	1.323.863	(2.558.958)
Total distribuição	5.888.842	8.698.952	(5.165.013)	(2.623.641)	6.799.140

	Transmissão				2025
	2024	Remuneração	Amortização	Efeito da operação descontinuada (b)	
Em curso	109.378	-	-	(109.378)	-
Em serviço	9.180.767	-	-	(9.180.767)	-
Total transmissão	9.290.145	-	-	(9.290.145)	-
Total ativo de contrato	15.178.987	-	-	-	-

Circulante	1.123.855	-
Não circulante	14.055.132	6.799.140

	Distribuição e Saneamento					2024
	2023	Adições	Ativo intangível	Transferências Ativo financeiro	Reclassificações	
Em curso	6.920.855	8.533.467	(3.950.205)	(3.277.793)	(28.844)	8.197.480
Obrigações especiais	(1.522.417)	(2.268.846)	493.245	989.380	-	(2.308.638)
Total distribuição	5.398.438	6.264.621	(3.456.960)	(2.288.413)	(28.844)	5.888.842

	Transmissão					2024
	2023	Adições	Remuneração	Amortização	Reclassificação	
Em curso	99.452	8.806	2.398	-	(1.278)	109.378
Em serviço	10.073.882	-	1.448.444	(1.185.822)	(1.155.737)	9.180.767
Total transmissão	10.173.334	8.806	1.450.842	(1.185.822)	(1.157.015)	9.290.145
Total ativos de contrato	15.571.772	-	-	-	-	15.178.987

Circulante	1.388.395	1.123.855
Não circulante	14.183.377	14.055.132

- (a) O montante de R\$ 8.698.952 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 7.859.071 impactaram o caixa das controladas e, conforme nota explicativa nº 34.1 - Transações não envolvendo caixa, R\$ 239.070 referem-se às adições em contrapartida de fornecedores das controladas, R\$ 605.578 referem-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas das controladas e R\$ 180.702 deve-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Adicionalmente, as controladas reconheceram o montante de R\$ 185.469 de provisão do estoque, conforme nota explicativa nº 30 Outras despesas operacionais, líquidas; e
- (b) Efeito da baixa do ativo de contrato referente a venda do Grupo Transmissão, conforme nota explicativa nº 1.3 Fechamento da operação de alienação da Equatorial Transmissão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

As controladas da Companhia que atuam no ramo de distribuição de energia avaliaram e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço: (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL. A Companhia e suas controladas realizaram avaliação de perda ao valor recuperável, conforme nota explicativa nº 16 – Avaliação de *impairment* para os ativos com vida útil definida.

16 Avaliação de *impairment* para os ativos com vida útil definida

A Companhia e suas controladas realizaram o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e consideram, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuaram a revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram realizados testes de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovados pela Alta Administração, durante o exercício da Concessão e/ou Outorga das controladas Equatorial Goiás, CEEE-D, CEA, CSA, Echo Crescimento e Echo Participações. Importante ressaltar que as Companhias como um todo são consideradas uma Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Como resultado dessa análise, a Administração concluiu que as UGCs representadas pela CSA e por algumas controladas da Echo Participações, além do investimento realizado pela Equatorial na Echo Participações, apresentaram a necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 3.391.261 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024). As demais UGCs, representadas pelas Companhias Equatorial Goiás, CEEE-D e CEA, submetidas ao teste de *impairment* não apresentaram necessidade de provisão ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A unidade geradora de caixa representada pela CSA apresentou valor recuperável de R\$ 946.946, e foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração durante um período de 32 anos, referente ao prazo remanescente da concessão. Como resultado dessa análise, a Administração reconheceu a redução ao valor recuperável no montante de R\$ 308.806, registrado em outras despesas operacionais, sendo R\$ 5.235 com impacto no imobilizado, R\$ 300.515 com impacto no intangível e 3.056 com impacto no ativo de direito de uso, em 31 de dezembro de 2025 (não houve provisão registrada em 31 de dezembro de 2024).

Algumas unidades geradoras de caixa representadas pelas SPEs controladas pela Echo Participações e Echo Crescimento apresentaram valor recuperável de R\$ 3.957.606, abaixo do valor contábil. O valor recuperável foi apurado com base no cálculo do valor em uso, por meio das projeções de fluxo de caixa calculadas com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração alinhadas ao Planejamento Estratégico e Orçamento 2026–2030, referente aos prazos remanescentes dos contratos de energia e autorizações de funcionamento das geradoras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Como resultado dessa análise, a Administração reconheceu na data-base a redução ao valor recuperável no montante de R\$ 879.781 nas controladas indiretas Echo Participações e Echo Crescimento, registrado em outras despesas operacionais. Desse montante, R\$ 861.381 referem-se a ao imobilizado, sendo R\$ 253.420 na Echo Participações e R\$ 607.961 na Echo Crescimento e R\$ 18.400 referem-se ao direito de uso na Echo Crescimento em 31 de dezembro de 2025 (não houve provisão registrada em 31 de dezembro de 2024).

A mais valia contabilizada na *holding* Equatorial S.A., referente ao excedente pelo valor pago do investimento na Echo Participações, apresentou valor recuperável de R\$ 4.053.163 com base nas projeções de recuperabilidade do investimento calculadas, com redução ao valor recuperável no valor de R\$ 2.359.265 registrado em outras despesas operacionais (não houve provisão registrada em 31 de dezembro de 2024).

16.1 Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos

a) Taxa de desconto

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no exercício entre a data-base e o fim da concessão/outorga, das controladas analisadas.

A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas das Companhias, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC).

Para as controladas indiretas CSA e Echo Participações, o WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação de fatores individuais beta. Os fatores-beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. A taxas de desconto, antes dos impostos, utilizadas foram: 8,49% e 8% para CSA e Echo Participações, respectivamente, e 8,03% para CEA, Equatorial Goiás e CEEE-D.

b) Sensibilidade

As projeções de fluxo de caixa consideraram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade contemplando variações independentes e combinadas nas premissas mais relevantes, a taxa de desconto e a taxa de crescimento. Para a CSA, Echo Crescimento e Echo Participações, verificou-se que, em qualquer combinação de alterações razoavelmente possíveis nessas premissas, o valor presente dos fluxos de caixa seria impactado de forma a resultar em uma perda por redução ao valor recuperável, indicando sensibilidade relevante aos pressupostos utilizados. Para as demais controladas, a análise de sensibilidade não indicou necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável, uma vez que, mesmo diante das alterações consideradas, não houve redução do valor recuperável abaixo do valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

c) Questões climáticas

A Companhia e suas controladas monitoram constantemente os riscos relacionados ao clima, incluindo riscos físicos e riscos de transição, ao medir o valor recuperável. Embora a Companhia e suas controladas não acreditem que suas operações estejam atualmente significativamente expostas a riscos físicos, o valor em uso pode ser impactado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislação e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas.

Mesmo que a Companhia e suas controladas tenham concluído que nenhuma única premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de valor recuperável de 2025, foram incorporadas, nas previsões de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso, expectativas para o seguinte: previsões de enchentes, secas, ondas de calor, vendavais, incluindo padrões de vento e radiação solar alterados, reavaliação das curvas de produção (P50/P90), danos a infraestrutura e interrupção operacional, programa de eficiência e redução de perdas e aumento de custos de manutenção e reparos na infraestrutura devido a alagamento urbano.

d) Outras premissas das controladas distribuidoras (Equatorial Goiás, CEEE-D e CEA)

Receita Operacional Líquida

A projeção da receita operacional líquida da distribuidora é calculada com base no volume de mercado estimado que leva em consideração dados históricos, perspectivas macroeconômicas, climáticas e regulatórias. Considera-se também a tarifa de energia elétrica projetada de acordo com as expectativas dos processos tarifários (anuais ou periódicos) que serão realizados em conformidade com as normas vigentes da ANEEL (órgão regulador), observando as projeções de inflação, nível de eficiência operacional, Receita de construção (CAPEX) e Despesas (OPEX). Considerando as informações de mercado e tarifa de energia elétrica estima-se o montante das deduções que é composto pelos encargos do setor elétrico e os impostos incidentes sobre a receita, conforme legislação fiscal vigente.

Custo do Serviço

As estimativas relacionadas a aquisição de energia consideram os contratos de energia como sendo 102,5% do mercado projetado de energia e as despesas de CVA contabilizadas, sendo reajustadas anualmente pelo IPCA.

As estimativas de encargos consideram o histórico contabilizados nas CVAs e as projeções dependem do tipo de encargo. Os encargos, no geral, são estimados conforme valores definidos em resolução específica.

CDE Conta COVID, Escassez Hídrica, CDE AXIA Energia e Proinfa tem os valores e fluxos de pagamento definidos em resolução, enquanto a CDE Uso considera o valor definido em Consulta Pública e é atualizado anualmente pela inflação e crescimento de mercado das distribuidoras.

Os encargos de ESS e ERR são calculados a partir da média histórica enquanto a TFSEE considera o valor homologado pela ANEEL com réplica da metodologia para cálculos futuros. Encargos de P&D e PEE são calculados como um percentual da ROL, conforme regulamentação.

Custos de transmissão são estimados a partir dos valores históricos realizados de Montante de Uso da Transmissão (MUST) e projeções enviadas para o ONS, enquanto a despesa considera reajuste anual pelo IPCA 12 meses em julho de cada ano, conforme reajuste das transmissoras. Dados de CUSD são calculados a partir do histórico com reajuste da despesa a partir do processo tarifário de cada distribuidora com a qual é realizada o contrato de uso.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Despesas Operacionais (OPEX)

Para a projeção das despesas operacionais considerou-se premissas de crescimento do número de consumidores e a projeção dos indicadores de inflação, além do esforço operacional necessário para adequação e manutenção dos indicadores de DEC e FEC dentro dos patamares regulatórios.

Índice de arrecadação (IAR)

O índice de arrecadação de receita foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança do Grupo Equatorial e os resultados esperados para a realidade de cada distribuidora.

Investimentos (CAPEX)

O CAPEX foi estimado com base nas projeções de Quota de Reintegração Regulatória (QRR) e Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI) homologadas e projetadas de acordo com a metodologia ANEEL para os ciclos tarifários subsequentes.

e) Outras premissas da controlada CSA

Mercado/Receita

A receita da CSA foi projetada em base real (sem inflação), de acordo com as estimativas de crescimento populacional e atingimento dos indicadores de cobertura para a universalização, de acordo com o contrato de concessão, sendo 99% para água em 2030 e 90% para esgoto em 2039 e consumo médio com base histórico Brasil. Crescimento de mercado de acordo com universalização e crescimento populacional do estado. OPEX: Orçamento 2026 e longo prazo conforme crescimento populacional. CAPEX: Orçamento 2026 e longo prazo cumprindo marcos de universalização, após esse momento CAPEX manutenção e vegetativo.

Tarifa

A tarifa da CSA é dada pelo contrato de concessão, não sofrendo alteração na base real (sem inflação), pois todos os componentes para reajuste da tarifa estão atrelados a indicadores de inflação (ICC, IPA, INCC e Custo Energia Elétrica).

Índice de arrecadação (IAR)

O índice de arrecadação da CSA foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança no curto prazo. Para o longo prazo considerou-se dados históricos da Equatorial e benchmarking realizado com o mercado de saneamento.

f) Outras premissas – Echo Participações

As principais premissas consideradas na elaboração dos fluxos de caixa incluem, entre outras:

- Estimativas de geração física de energia, considerando histórico recente e projeções de recurso eólico e solar;
- Impactos esperados de restrições sistêmicas de despacho (*curtailment*), conforme projeções disponíveis do ONS e análises internas;
- preços de energia baseados em curvas de mercado atualizadas, estudos internos e premissas regulatórias vigentes;
- Estrutura de custos operacionais e despesas alinhadas ao orçamento aprovado; e
- Investimentos recorrentes necessários à manutenção da capacidade operacional dos ativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

As premissas adotadas refletem condições econômicas e operacionais consistentes com aquelas observáveis na data-base do teste, não incorporando efeitos de expansões, melhorias significativas de desempenho ou eventos futuros não comprometidos.

17 Fornecedores (Consolidado)

	2025	2024
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (b)	2.426.977	1.741.567
Encargos de uso da rede elétrica	592.932	514.205
Materiais e serviços	1.783.737	2.187.827
Parcelamento Itaipu (a)	58.012	116.024
Outros	108.962	68.413
Subtotal	4.970.620	4.628.036
Não circulante		
Materiais e serviços	23.003	15.485
Parcelamento Itaipu (a)	-	58.012
Subtotal	23.003	73.497
Total	4.993.623	4.701.533

- (a) O valor registrado em 31 de dezembro de 2025, é referente a 6 parcelas restantes do Termo de confissão e repactuação da dívida do repasse de energia de Itaipu - ECF 3286/2016, celebrado entre a Equatorial Goiás, controlada indireta da Companhia, e a AXIA Energia, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao *dólar* R\$ 2,69 do Contrato ECF 3002/2012, totalizando R\$ 901.949. A dívida foi celebrada em reais e vem sendo corrigida pela taxa SELIC calculada *pro rata* die sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal e juros remuneratórios; e
- (b) O saldo em 31 de dezembro de 2025 apresentou um aumento de R\$ 685.410 em relação a 31 de dezembro de 2024, em função das variações nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia e aumento nas despesas do Mercado de Curto Prazo.

O saldo de Fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 35 dias (83 dias em 31 de dezembro de 2024).

17.1 Fornecedores – Risco sacado

As controladas da Companhia, com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, autorizaram a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, as controladas da Companhia realizarão o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pelas controladas da Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. As controladas da Companhia não possuem influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). As controladas da Companhia disponibilizam ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

As controladas da Companhia não possuem operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação das controladas da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual as controladas da Companhia são cotistas. As controladas da Companhia quitam a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores - risco sacado é de R\$ 458.432 (R\$ 321.822 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 3.258.004 para 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.073.984 em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 66 dias (61 dias em 31 de dezembro de 2024).

18 Empréstimos e financiamentos

18.1 Composição do saldo (Controladora)

Custo da dívida (% a.a.)	2025			2024		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)						
CDI + de 0,80% a.a.	-	-	-	-	3.322.244	3.322.244
(-) Custo de captação	-	-	-	-	(26.819)	(26.819)
Total moeda nacional	-	-	-	-	3.295.425	3.295.425

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18.2 Composição do saldo (Consolidado)

	Custo da dívida (% a.a.)	2025			Custo da dívida (% a.a.)	2024		
		Principal e encargos				Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)								
CDI	de 0,80% a.a. até 1,85% a.a.	1.264.769	5.149.958	6.414.727	de 0,98% a.a. até 1,85% a.a.	3.969.399	4.655.660	8.625.059
(-) Custo de Captação		(1.370)	(11.690)	(13.060)		(270)	(424)	(694)
Total moeda estrangeira		1.263.399	5.138.268	6.401.667		3.969.129	4.655.236	8.624.365
Moeda Nacional (R\$)								
PRÉ-FIXADO	de 2,35% a.a. até 6,80% a.a.	69.637	1.568.739	1.638.376	de 2,50% a.a. até 7,57% a.a.	79.407	1.576.684	1.656.091
IPCA	de 0,96% a.a. até 11,00% a.a.	876.761	7.386.592	8.263.353	de 0,96% a.a. até 11,00% a.a.	976.891	10.616.771	11.593.662
CDI	de -0,05% a.a. até 1,62% a.a.	1.191.004	3.233.726	4.424.730	de -0,17% a.a. até 1,62% a.a.	39.577	4.702.244	4.741.821
TJLP	de 0,00% a.a. até 2,88% a.a.	108.493	743.972	852.465	de 0,00% a.a. até 2,88% a.a.	102.399	827.154	929.553
Subtotal		2.245.895	12.933.029	15.178.924		1.198.274	17.722.853	18.921.127
(-) Custo de captação		(6.836)	(77.302)	(84.138)		(6.352)	(99.859)	(106.211)
(-) Ajuste a valor presente (a)		(2.918)	(515.032)	(517.950)		-	(534.710)	(534.710)
Subtotal		(9.754)	(592.334)	(602.088)		(6.352)	(634.569)	(640.921)
Total moeda nacional		2.236.141	12.340.695	14.576.836		1.191.922	17.088.284	18.280.206
Total		3.499.540	17.478.963	20.978.503		5.161.051	21.743.520	26.904.571

- (a) Contrato de empréstimo via recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), entre a controlada Equatorial Piauí e a CCEE, na condição de gestora da RGR. A gestora da RGR concede, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 748/2016, empréstimo à devedora com recursos da RGR, necessário para assegurar a remuneração adequada prevista no art. 11 da Portaria MME nº 388/2016, com o objetivo de criar condições para a continuidade e a prestação adequada do serviço. A controlada indireta Equatorial Piauí reconheceu o ajuste a valor presente de R\$ 674.930 utilizando como data base 30 de junho de 2019, e taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Controlada. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R\$ 517.950 (R\$ 534.710 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18.3 Garantias

Os empréstimos e financiamentos das controladas contam com aval e/ou fiança da Equatorial S.A., na qualidade de controladora e garantidora. Adicionalmente, as operações podem estar garantidas por fiança bancária, conta reserva, recebíveis, direitos creditórios/emergentes, ações e equipamentos e direitos emergentes, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

18.4 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Consolidado

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	3.499.540	17%
2027	4.960.990	24%
2028	2.389.824	11%
2029	1.122.648	5%
2030	1.087.750	5%
De 2031 a 2048	8.519.017	41%
Subtotal	18.080.229	86%
Custo de captação/ajuste a valor presente (não circulante)	(601.266)	-3%
Não circulante	17.478.963	83%
Total	20.978.503	100%

18.5 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	3.295.425	3.295.425
Encargos	459.600	(165.031)	294.569
Transferências	3.130.394	(3.130.394)	-
Amortizações de principal (a)	(3.157.213)	-	(3.157.213)
Pagamentos de juros (a)	(459.600)	-	(459.600)
Custo de transação (b)	26.819	-	26.819
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	-

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Ingressos	-	5.600.000	5.600.000
Encargos	57.213	165.031	222.244
Transferências	2.436.598	(2.436.598)	-
Amortizações de principal	(2.442.787)	-	(2.442.787)
Pagamentos de juros	(57.213)	-	(57.213)
Custo de transação (b)	6.189	(33.008)	(26.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	3.295.425	3.295.425

- (a) Em 28 de março de 2025, foi realizada amortização extraordinária da 3ª Nota Comercial, no montante total de R\$ 1.500.000, dos quais R\$ 1.381.845 correspondem à amortização de principal e R\$ 118.155 ao pagamento de juros. Adicionalmente, em 12 de novembro de 2025, foi efetuado o resgate do saldo remanescente da 3ª Nota Comercial, no valor total de R\$ 2.116.813, sendo R\$ 1.775.368 relativos à amortização de principal e R\$ 341.445 ao pagamento de juros; e
- (b) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.191.922	17.088.284	3.969.129	4.655.236	26.904.571
Ingressos	714.118	3.500.073	-	2.505.573	6.719.764
Encargos	1.384.482	(179.199)	389.066	1.593	1.595.942
Varição monetária, cambial e marcação a valor justo (c)	34.705	312.085	(390.292)	(505.267)	(548.769)
Transferências	5.076.931	(5.076.931)	1.505.825	(1.505.825)	-
Amortizações de principal	(4.686.445)	-	(3.792.909)	-	(8.479.354)
Pagamentos de juros	(1.351.297)	-	(418.095)	-	(1.769.392)
Efeitos da operação descontinuada (d)	(186.896)	(3.279.938)	-	-	(3.466.834)
Custo de transação (a)	33.069	(23.679)	675	(13.042)	(2.977)
Ajuste a valor presente (b)	25.552	-	-	-	25.552
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.236.141	12.340.695	1.263.399	5.138.268	20.978.503

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.301.671	13.533.307	1.472.919	4.500.788	21.808.685
Ingressos	4.235	6.759.775	1.862.000	2.264.130	10.890.140
Encargos	901.403	165.220	416.545	(132)	1.483.036
Varição monetária e cambial	252.544	268.220	645.330	1.025.632	2.191.726
Transferências	3.371.076	(3.371.076)	3.134.130	(3.134.130)	-
Reclassificações	(19.065)	(229.749)	-	-	(248.814)
Amortizações de principal	(4.647.657)	20	(3.181.768)	-	(7.829.405)
Pagamentos de juros	(1.014.608)	-	(380.385)	(20)	(1.395.013)
Custo de transação (a)	17.156	(37.433)	358	(1.032)	(20.951)
Ajuste a valor presente	25.167	-	-	-	25.167
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.191.922	17.088.284	3.969.129	4.655.236	26.904.571

- (a) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição;
- (b) Refere-se à movimentação do ajuste a valor presente das controladas indiretas Equatorial Piauí e Equatorial Goiás que, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição;
- (c) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e
- (d) Efeito de baixa de empréstimos e financiamentos referente a venda do Grupo Transmissão, conforme nota explicativa nº 1.3 Fechamento da operação de alienação da Equatorial Transmissão.

18.6 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e suas controladas possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou ações e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, com o exercício de apuração trimestral nas controladas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Maranhão				
Covenants Empréstimos	Scotiabank			
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,1			
Equatorial Pará				
Covenants Empréstimos	BofA			
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	1,8			
Equatorial Alagoas				
Covenants Empréstimos	Santander	NCE Santander	BofA	Scotiabank
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,8	2,8	2,8	2,8
Equatorial Piauí				
Covenants Empréstimos	Santander	Scotiabank	BofA	
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,5	2,5	2,5	

A Companhia é garantidora nos seguintes empréstimos e financiamentos nos quais a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Equatorial Piauí				
Covenants Empréstimos	Scotiabank			
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6			
CEEE-D				
Covenants Empréstimos	BofA	Citibank	Santander	
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6	2,6	2,6	
CEA				
Covenants Empréstimos	Scotiabank	Citibank		
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6	2,6		
Equatorial Goiás				
Covenants Empréstimos	BofA	Santander	Scotiabank	1ª emissão NC
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6	2,6	2,6	2,6

Os indicadores acima obedecem, fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipuladas nos contratos.

Adicionalmente, aos indicadores mencionados acima, a Companhia e suas controladas possuem *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à *International Finance Corporation* (IFC), cuja apuração é anual, assegurada por auditoria independente. Os contratos com o BNDES preveem a entrega da apuração até 31 de maio do ano subsequente, enquanto os contratos com o IFC exigem a entrega em até 90 dias após o término do exercício social. No âmbito consolidado, todos os contratos com o BNDES e com o IFC preveem como *covenants* financeiros a relação Dívida Líquida/EBITDA, sendo que os contratos mais antigos do BNDES também incluem a relação Dívida Líquida/ (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento das obrigações contratuais previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos, exceto quanto ao atendimento do índice ICSD em determinadas operações contratadas com o BNDES. Para essas situações, foram obtidas autorizações formais (*waivers*) junto ao BNDES, abrangendo as controladas da Serras Holding. Dessa forma, o eventual não atendimento do referido índice nessas operações, no exercício, não caracterizou descumprimento contratual.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Debêntures

19.1 Composição do Saldo (Controladora)

	Custo da dívida (% a.a.)	2025			Custo da dívida (% a.a.)	2024		
		Principal e encargos				Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)								
CDI	0,72% a.a.	66.646	1.500.000	1.566.646	1,70% a.a.	1.570	300.000	301.570
(-) Custo de captação		(970)	(3.152)	(4.122)		(1.570)	(14.109)	(15.679)
Total moeda nacional		65.676	1.496.848	1.562.524		-	285.891	285.891

19.2 Composição do saldo (Consolidado)

	Custo da dívida (% a.a.)	2025			Custo da dívida (% a.a.)	2024		
		Principal e encargos				Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)								
IPCA	de 4,65% a.a. até 9,00% a.a.	55.779	4.986.190	5.041.969	de 4,65% a.a. até 9,00% a.a.	388.478	7.959.287	8.347.765
CDI	de -0,19% a.a. até 1,20% a.a.	915.906	28.034.189	28.950.095	de 0,24% a.a. até 1,80% a.a.	873.618	20.150.716	21.024.334
Subtotal		971.685	33.020.379	33.992.064		1.262.096	28.110.003	29.372.099
(-) Custo de captação		(57.740)	(441.064)	(498.804)		(42.745)	(406.847)	(449.592)
Total		913.945	32.579.315	33.493.260		1.219.351	27.703.156	28.922.507

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

19.3 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	285.891	285.891
Ingressos	-	1.500.000	1.500.000
Encargos	219.891	-	219.891
Transferências	284.204	(284.204)	-
Amortização do principal (a)	(300.000)	-	(300.000)
Pagamento de juros	(154.814)	-	(154.814)
Custo de transação (b)	16.395	(4.839)	11.556
Saldos em 31 de dezembro de 2025	65.676	1.496.848	1.562.524

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	96.672	3.984.321	4.080.993
Encargos	263.293	-	263.293
Amortização do principal	(3.700.000)	-	(3.700.000)
Transferências	3.698.430	(3.698.430)	-
Pagamento de juros	(362.536)	-	(362.536)
Custo de transação (b)	4.141	-	4.141
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	285.891	285.891

- (a) Em 16 de dezembro de 2025, foi efetuado o resgate antecipado da 5ª Emissão de Debêntures, 2ª Série, no valor total de R\$ 300.185, sendo R\$ 300.000 relativos à amortização de principal e R\$ 185 ao pagamento de juros; e
- (b) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Consolidado

	Moeda Nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.219.349	27.703.158	28.922.507
Ingressos	-	12.800.000	12.800.000
Efeitos da operação descontinuada (d)	(134.906)	(1.419.936)	(1.554.842)
Encargos	3.286.378	83.576	3.369.954
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (c)	29.618	347.202	376.820
Transferências	6.766.232	(6.766.232)	-
Amortização do principal (a)	(7.379.500)	-	(7.379.500)
Pagamento de juros (a)	(2.953.486)	-	(2.953.486)
Custo de captação (b)	80.260	(168.453)	(88.193)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	913.945	32.579.315	33.493.260

	Moeda Nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.487.352	23.156.107	24.643.459
Ingressos	-	13.987.672	13.987.672
Encargos	2.513.968	69.683	2.583.651
Variação monetária	38.472	411.499	449.971
Amortização do principal	(9.812.128)	-	(9.812.128)
Reclassificação	166.564	(355.110)	(188.546)
Transferências	9.293.781	(9.293.781)	-
Pagamento de juros	(2.588.083)	-	(2.588.083)
Custo de captação (b)	119.423	(272.912)	(153.489)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.219.349	27.703.158	28.922.507

- (a) No exercício de 2025, as controladas da Equatorial S.A. realizaram os seguintes resgates antecipados de debêntures: (i) Equatorial Maranhão: Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 9ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$ 309.585; (ii) CEA: Em 4 de setembro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 1ª Emissão de Debêntures, no montante total de R\$ 628.090. Em 8 de setembro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 3ª Emissão de Debêntures, no montante total de R\$ 213.915; (iii) Equatorial Alagoas: Em 3 de outubro de 2025, foi realizado o resgate antecipado da 1ª Emissão de Debêntures, 1ª Série, no montante total de R\$ 215.065; (iv) Equatorial Pará: Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu amortização extraordinária da 6ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$ 745.199. Em 15 de outubro de 2025, foi realizado o resgate do saldo remanescente da referida emissão, no montante de R\$ 670.220; (v) Equatorial Goiás: Em 16 de outubro de 2025,

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

ocorreu amortização extraordinária da 4ª Emissão de Debêntures, 1ª Série, no montante de R\$ 700.431. Em 10 de novembro de 2025, foi realizado o resgate do saldo remanescente da referida emissão, no montante de R\$ 1.165.049; (vi) Equatorial Piauí: Em 24 de outubro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 1ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$ 454.414; e (vii) CEEE-D: Em 12 de novembro de 2025, foi realizado o resgate antecipado da 1ª Emissão de Debêntures, 1ª Série, no montante total de R\$ 311.710. Em 16 de dezembro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 4ª Emissão de Debêntures, 1ª Série, no montante total de R\$ 1.001.233;

- (b) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição;
- (c) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e
- (d) Efeito de baixa de Debêntures referente a venda do Grupo Transmissão, conforme nota explicativa nº 1.3 Fechamento da operação de alienação da Equatorial Transmissão.

19.4 Garantias

As debêntures das controladas contam com aval e/ou fiança da Equatorial S.A., na qualidade de controladora e garantidora. Adicionalmente, as operações podem estar garantidas por fiança bancária, conta reserva, recebíveis, direitos creditórios/emergentes, ações e equipamentos e direitos emergentes, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

19.5 Cronograma de amortização da dívida

Controladora

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	65.676	4%
2028	500.000	32%
2029	500.000	32%
2030	500.000	32%
Subtotal	1.500.000	96%
Custo de captação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(3.152)	-
Não circulante	1.496.848	96%
Total	1.562.524	100%

Consolidado

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	913.945	3%
2027	794.032	2%
2028	3.636.159	11%
2029	5.698.000	17%
2030	5.271.709	16%
Até 2031 até 2052	17.620.481	52%
Subtotal	33.020.381	98%
Custo de captação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(441.066)	(1%)
Não circulante	32.579.315	97%
Total	33.493.260	100%

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

19.6 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas possuem garantias reais, fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros com o exercício de apuração trimestral:

Equatorial S.A.				
Covenants debêntures	7ª debêntures			
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6			
Equatorial Pará				
Covenants debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	1,8	1,8	1,8	1,8
Equatorial Maranhão				
Covenants debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures	12ª debêntures	
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,1	2,1	2,1	
Equatorial Piauí				
Covenants debêntures	3ª debêntures	4ª debêntures	5ª debêntures	
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,5	2,5	2,5	
Equatorial Alagoas				
Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures		
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,8	2,8		

A Companhia é garantidora nas seguintes emissões, na qual a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Covenants debêntures	CEEE-D (1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª debêntures)	CEA (2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª debêntures)	CSA (2ª debêntures)	EQTL GO (3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª debêntures)	BARREIRAS (1ª debêntures)
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento das obrigações contratuais previstas nas emissões de debêntures, exceto quanto ao atendimento do índice ICSD em operações específicas, as quais foram obtidas autorizações formais (*waivers*) junto aos respectivos debenturistas para o índice ICSD nas debêntures da Ribeiro Gonçalves Holding e da Serras Holding. Dessa forma, o eventual não atendimento desse índice nas referidas emissões, no exercício, não caracterizou descumprimento contratual.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	2025	2024
Circulante		
ICMS	751.502	535.349
ICMS parcelamento – Equatorial Pará e CEEE-D	152.235	123.172
PIS e COFINS	244.892	232.664
Encargos sociais e outros	96.879	81.231
Outros	211.632	204.325
Total circulante	1.457.140	1.176.741
Não circulante		
ICMS	99.368	88.395
ICMS parcelamento – Equatorial Pará e CEEE-D	2.631.171	2.633.104
Outros	190.953	296.208
Total não circulante	2.921.492	3.017.707
Total impostos e contribuições a recolher	4.378.632	4.194.448

O saldo ICMS parcelamento oriundo da controlada CEEE-D está de acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, em que a CEEE-D cedeu e transferiu à sua antiga controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação ocorreu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação que, em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado.

Do saldo remanescente, R\$ 18.421 refere-se a parcelamentos ordinários e R\$ 2.739.136 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa "REFAZ Energia Elétrica"), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.418.630	-	1.418.630
Multa	309.958	(185.975)	123.983
Juros	1.010.548	(606.329)	404.219
Total	2.739.136	(792.304)	1.946.832

Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	2025	
	Valor	%
Circulante	152.235	5%
2026	4.736	-
2027	125.582	5%
2028	115.648	4%
2029	124.595	4%
2030	128.769	5%
Após 2030	2.131.841	77%
Não circulante	2.631.171	95%
Total ICMS parcelamento	2.783.406	100%

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

21.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos (Consolidado)

	2025	2024
Prejuízo fiscal	1.743.217	1.937.516
Base negativa	582.396	653.428
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	811.526	473.567
PECLD	1.037.004	884.068
Provisão para participação nos lucros	63.569	59.536
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	(761.048)	(703.185)
Provisão para pagamento baseado em ações	47.829	35.334
Receita /Custo de Construção - CPC 47/IFRS 15	5.401	(1.567.815)
Arrendamentos - CPC 06 (R2) /IFRS 16	980	957
Intangível - Concessão - Aquisição Equatorial Pará	24.900	24.700
Contingências e encargos da dívida - Aquisição EQTL PA, AL e PI	50.187	54.305
<i>SWAP</i>	191.319	(76.040)
Provisão laudo atuarial	171.315	170.210
AIC Reversível	67.913	67.913
Atualização do ativo financeiro VNR	(1.317.724)	(1.105.629)
Ajuste a valor presente	(192.749)	(206.259)
Reavaliação bens da concessão	(18.637)	(24.200)
Depreciação acelerada	(435.298)	(471.935)
Opção de compra de ações	(744)	(27.849)
Provisão para perdas de estoques	64.285	26.548
Contratos de comercialização	43.684	47.509
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida	(147.669)	-
Outras diferenças temporárias	37.196	120.419
Imposto diferido líquido	2.068.852	373.098
Ativo diferido líquido	3.402.456	3.179.400
Passivo diferido líquido	(1.333.604)	(2.806.302)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

21.2 Movimentação dos tributos diferidos (Consolidado)

	Saldo em 2024	Reconhecimento no resultado	Outros resultados abrangentes (a)	Baixa	Reclassificação	Efeito operação descontinuada (b)	Saldo em 2025	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	1.937.516	(160.738)	-	(450)	23.621	(56.732)	1.743.217	1.743.217	-
Base negativa	653.428	(44.521)	-	(162)	(23.621)	(2.728)	582.396	582.396	-
Provisão para riscos judiciais	473.567	337.959	-	-	-	-	811.526	811.526	-
PECLD	884.068	152.936	-	-	-	-	1.037.004	1.037.004	-
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	366.031	(66.344)	-	-	-	-	299.687	299.687	-
Provisão para participação nos lucros	59.536	5.585	-	-	-	(1.552)	63.569	63.569	-
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	(703.185)	(57.863)	-	-	-	-	(761.048)	5.451	(766.499)
Provisão para pagamento baseado em ações	35.334	12.495	-	-	-	-	47.829	48.507	(678)
Receita /Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	(1.567.815)	653	-	-	-	1.572.563	5.401	5.401	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	957	23	-	-	-	-	980	980	-
Contingências e encargos da dívida - aquisição EQTL PA, AL e PI <i>SWAP</i>	54.305	(4.118)	-	-	-	-	50.187	50.187	-
	(76.040)	426.582	(159.223)	-	-	-	191.319	191.319	-
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida	-	(147.669)	-	-	-	-	(147.669)	-	(147.669)
Provisão para perdas de estoques	26.548	37.737	-	-	-	-	64.285	64.285	-
Provisão laudo atuarial	170.210	468	637	-	-	-	171.315	171.315	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(1.105.629)	(212.095)	-	-	-	-	(1.317.724)	-	(1.317.724)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(328.404)	15.763	-	-	-	-	(312.641)	-	(312.641)
Depreciação acelerada	(471.935)	36.637	-	-	-	-	(435.298)	-	(435.298)
Ajuste a valor presente	(206.259)	13.510	-	-	-	-	(192.749)	28.441	(221.190)
Intangível - Concessão - aquisição Equatorial Pará	24.700	200	-	-	-	-	24.900	24.900	-
Contratos de comercialização	47.509	5.804	-	-	-	(9.629)	43.684	146.863	(103.179)
Opção de compra de ações	(27.849)	27.105	-	-	-	-	(744)	-	(744)
AIC Reversível	67.913	-	-	-	-	-	67.913	67.913	-
Reavaliação bens da concessão	(24.200)	5.563	-	-	-	-	(18.637)	-	(18.637)
Outras diferenças temporárias	82.792	(33.450)	-	-	-	808	50.150	79.819	(29.669)
Diferido líquido	373.098	352.222	(158.586)	(612)	-	1.502.730	2.068.852	5.422.780	(3.353.928)
Ativo diferido líquido	3.179.400						3.402.456		
Passivo diferido líquido	(2.806.302)						(1.333.604)		

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	Reconheci- mento no resultado	Outros resultados abrangentes	Baixa	Reclassifi- cação	2024	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	1.543.222	590.215	-	(94.755)	(11.444)	2.027.238	2.027.238	-
Base negativa	495.335	224.162	-	(33.744)	(24)	685.729	685.729	-
Provisão para riscos judiciais	495.350	(30.209)	-	-	-	465.141	465.141	-
Perdas / Reversão estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	219.635	(124.305)	-	-	-	95.330	128.974	(33.644)
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	359.201	6.830	-	-	-	366.031	366.031	-
Provisão para participação nos lucros	25.648	8.378	-	-	82	34.108	34.108	-
Receita /Custo de Construção - CPC 47/IFRS 15	(1.536.917)	(221.795)	-	-	190.160	(1.568.552)	4.011	(1.572.563)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	8.943	(65)	-	-	-	8.878	8.878	-
Contingências e encargos da dívida - aquisição EQTL PA, AL e PI	56.550	(2.245)	-	-	-	54.305	54.305	-
SWAP	111.022	(340.975)	159.586	-	-	(70.367)	98.256	(168.623)
Provisão para perda de estoque	(3.252)	184	-	-	-	(3.068)	-	(3.068)
Provisão laudo atuarial	179.185	697	(5.997)	-	-	173.885	173.885	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(889.534)	(188.639)	-	-	-	(1.078.173)	-	(1.078.173)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(359.932)	47.289	-	-	-	(312.643)	-	(312.643)
Depreciação acelerada	(508.742)	36.807	-	-	-	(471.935)	-	(471.935)
Ajuste a valor presente AVP	(220.040)	8.419	-	-	-	(211.621)	19.538	(231.159)
Intangível - Concessão- Aquisição EQTL Pará	24.501	199	-	-	-	24.700	24.700	-
Contratos de comercialização	220	47.289	-	-	-	47.509	156.492	(108.983)
Opção de compra de ações	(75.135)	47.286	-	-	-	(27.849)	-	(27.849)
AIC Ressarcíveis	67.913	-	-	-	-	67.913	67.913	-
Reavaliação bens da concessão	(38.569)	25.521	-	-	-	(13.048)	-	(13.048)
Outras diferenças temporárias	134.004	(54.570)	-	-	153	79.587	96.059	(16.472)
Diferido líquido	88.608	80.473	153.589	(128.499)	178.927	373.098	4.411.258	(4.038.160)
Ativo diferido líquido	2.729.099					3.179.400		
Passivo diferido líquido	(2.640.491)					(2.806.302)		

- (a) Para fins de consolidado, além do saldo de R\$ 158.586, deve ser incluído o valor positivo de R\$ 1.592, correspondente ao reflexo do diferido de *Swap* da coligada SABESP, totalizando R\$ 156.994; e
- (b) Efeito de baixa dos tributos diferidos referente a venda do Grupo Transmissão, conforme nota explicativa nº 1.3 Fechamento da operação de alienação da Equatorial Transmissão.

21.3 Expectativa de recuperação - Ativo fiscal diferido (Consolidado)

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, considerando a projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração das controladas estimam que a realização dos créditos fiscais diferidos, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Equatorial Maranhão	406.828	-	-	-	406.828
Equatorial Pará	656.574	-	-	-	656.574
Equatorial Alagoas	34.418	36.754	38.071	430.414	539.657
Equatorial Piauí	69.689	73.443	69.393	464.287	676.812
Equatorial Goiás	39.311	167.598	325.621	2.388.347	2.920.877
Equatorial Serviços	82	-	-	-	82
Ativo bruto das controladas	1.206.902	277.795	433.085	3.283.048	5.200.830
PPA – Equatorial Pará, Alagoas e Piauí e Echo Participações	12.840	12.840	12.840	183.430	221.950
Total	1.219.742	290.635	445.925	3.466.478	5.422.780

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

21.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

Controladora	2025		2024	
			(reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	1.179.847	1.179.847	1.888.245	1.888.245
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	(294.962)	(106.186)	(472.061)	(169.942)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	438.010	157.682	538.654	193.915
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(5.987)	(3.012)	86.537	29.765
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	-	(66)	(24)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(106.258)	(38.253)
Outras adições (reversões) permanentes	(116.610)	(41.122)	(5.849)	(664)
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	20.451	7.362	40.957	14.797
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	-	-	(66)	(24)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	20.451	7.362	41.023	14.821
Alíquota efetiva	2%	1%	2%	1%
Consolidado				
	2025		2024	
			(reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	2.455.004	2.455.004	2.743.305	2.743.305
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(613.751)	(220.950)	(685.826)	(246.897)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (P&D)	5.506	1.983	-	-
Atualização de Indébito tributário	57.698	20.762	-	-
Juros sobre capital próprio	(67.425)	(24.273)	-	-
Incentivo PAT	15.719	-	7.075	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	486	-	450	-
(+) IRPJ Subvenção Governamental	680.863	-	825.755	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	15.380	7.210	342.954	126.164
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(378.351)	(136.206)	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	184.700	65.324	83.824	103.628
Outras adições (reversões) permanentes	(26.667)	(9.773)	(312.642)	(87.661)
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	(125.842)	(295.923)	261.590	(104.766)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	(383.314)	(390.673)	61.099	(226.077)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	257.472	94.750	200.491	121.311
Alíquota efetiva	(5%)	(12%)	10%	(4%)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

21.5 Impostos diferidos não reconhecidos

Determinadas controladas indiretas da Companhia não constituíram impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois estão em fase de afirmação do exercício de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas indiretas CEEE-D, CEA e CSA apresentaram o saldo de R\$ 4.723.445 (R\$ 4.196.438 em 31 de dezembro de 2024) a realizar na rubrica de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	2025		2024	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	12.726.134	3.181.533	12.063.985	3.015.996
Base negativa de CSLL	12.726.079	1.145.348	12.062.788	1.085.651
Diferenças temporárias	1.166.363	396.564	278.798	94.791
Total de tributos diferidos	26.618.576	4.723.445	24.405.571	4.196.438

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

22 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial – Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Pine S/A e Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras).

Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação à sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Para esta última apelação, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo, que, desde então, está sem movimentação. Quanto está apelação for concluída, espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22.1 Composição da dívida

	2025	2024
Circulante		
Outras concessionárias	5.695	5.695
Credores financeiros (a)	27.821	27.751
Partes relacionadas	113.359	70.121
Total circulante	146.875	103.567
Não circulante		
Outras concessionárias	83.854	83.853
Credores financeiros (a)	308.158	335.871
Partes relacionadas	640.349	640.349
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	(101.287)	(112.862)
(-) Ajuste a valor presente (b)	(46.004)	(52.292)
Total não circulante	885.070	894.919
Total	1.031.945	998.486

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo era composto por: R\$ 32.770 de empréstimos e financiamentos e R\$ 13.234 de outras concessionárias (R\$ 37.545 de empréstimos e financiamentos e R\$ 14.747 de outras concessionárias em 31 de dezembro de 2024).

22.2 Cronograma de pagamento

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	146.875	14%
2027	113.919	11%
2028	111.140	11%
2029	103.536	10%
2030	103.341	10%
De 2031 até 2034	600.425	58%
Subtotal	1.032.361	100%
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(147.291)	(14%)
Não circulante	885.070	86%
Total	1.031.945	100%

22.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	2024	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	2025
Outras concessionárias	74.801	5.027	-	-	(5.027)	1.514	76.315
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	597.608	43.239	-	-	-	11.574	652.421
Credores financeiros	326.077	8.027	(1.392)	(26.321)	(7.957)	4.775	303.209
Total	998.486	56.293	(1.392)	(26.321)	(12.984)	17.863	1.031.945

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	2024
Outras concessionárias	73.288	5.042	-	-	(5.042)	1.513	74.801
Partes relacionadas	545.166	40.866	-	-	-	11.576	597.608
Credores financeiros	333.059	10.494	17.372	(28.514)	(11.109)	4.775	326.077
Total	951.513	56.402	17.372	(28.514)	(16.151)	17.864	998.486

23 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais (Consolidado)

As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração analisou as demandas judiciais e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	2.139.569	203.685	2.362.711	225.108
Fiscais	197.310	218.131	179.250	212.585
Trabalhistas	2.254.018	339.950	2.680.259	410.220
Regulatórias	118.357	2.204	41.851	2.027
Ambientais	40.480	-	36.944	-
Total	4.749.734	763.970	5.301.015	849.940
Circulante	1.551.426	24.063	609.143	13.636
Não circulante	3.198.308	739.907	4.691.872	836.304

Movimentação dos processos no exercício

	2024	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Reclassificação (5)	2025
Cíveis	2.362.711	410.645	(388.642)	(690.661)	445.516	-	2.139.569
Fiscais	179.250	1.477	(1.685)	(454)	(6.738)	25.460	197.310
Trabalhistas	2.680.259	595.535	(430.823)	(1.055.338)	464.385	-	2.254.018
Regulatórias	41.851	12.437	(8.086)	(3.196)	13.284	62.067	118.357
Ambientais	36.944	-	(45)	-	3.581	-	40.480
Total	5.301.015	1.020.094	(829.281)	(1.749.649)	920.028	87.527	4.749.734

	2023	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Reclassificação (5)	2024
Cíveis	2.528.840	250.754	(268.711)	(242.339)	94.167	-	2.362.711
Fiscais	137.384	37.807	(270)	(19)	4.348	-	179.250
Trabalhistas	2.770.168	204.537	(292.857)	(155.996)	154.407	-	2.680.259
Regulatórias	320.371	77.176	(155.122)	(145.539)	7.424	(62.459)	41.851
Ambientais	33.554	200	(9)	-	3.199	-	36.944
Total	5.790.317	570.474	(716.969)	(543.893)	263.545	(62.459)	5.301.015

(1) Contingências provisionadas no exercício;

(2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(3) Reversões realizadas no exercício;

(4) Engloba as atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic e as reversões das referidas atualizações quando aplicável; e

(5) Refere-se à reclassificação de multas regulatórias que estavam inicialmente registradas no grupo de "Outras contas a pagar" das controladas indiretas Equatorial Pará e CEEE-D, pois as discussões ainda ocorriam em âmbito administrativo. Diante da judicialização da matéria, houve a necessidade de reclassificação para o grupo de "Provisão para riscos judiciais".

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são partes em processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cíveis	2.542.117	4.222.158
Fiscais	591.260	703.309
Trabalhistas	363.591	1.151.300
Regulatórias	11	11
Total	3.496.979	6.076.778

a) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, nas controladas da Companhia, os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, inadimplência de Governo, cobranças indevidas, acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacam-se:

Na controlada indireta Equatorial Goiás:

- Processo 0006678-32.2006.4.01.3500, que tem como objeto o suposto repasse inferior de encargos tarifários arrecadados junto aos usuários (encargo de capacidade emergencial), no montante de R\$ 32.021 (R\$ 46.643 em 31 de dezembro de 2024). Em dezembro de 2024, houve o julgamento do recurso de apelação, mantendo os termos da sentença que condenou a Equatorial Goiás ao pagamento de R\$ 2.187. Opostos embargos de declaração pela Equatorial Goiás, também improvido. Apresentado recurso especial, o qual foi inadmitido em 07 de outubro de 2025. Foi interposto agravo em RESP, o qual está pendente de julgamento; e
- Processo 0387465-77.2009.8.09.0051, que tem como objeto a execução de título extrajudicial proposta em desfavor da Equatorial Goiás, visando o recebimento da quantia de R\$ 28.869, no montante de R\$ 158.915 (R\$ 145.798 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente o processo está suspenso até julgamento de Ação Civil Pública junto ao STJ.

Na controlada indireta CEEE-D: ação indenizatória movida por Banco Master (Banco Máxima) em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 266.898 (R\$ 244.282 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes. O pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Na controlada indireta Equatorial Piauí:

- Três ações judiciais movidas contra a Companhia alegam suposto descumprimento contratual, totalizando R\$ 120.384 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente, dois processos encontram-se em fase recursal e um em fase de instrução; e
- Processo relacionado a suposta compensação de valores a maior na Transação de Crédito Tributário firmada com o Estado e, em razão disso, requer a devolução das quantias supostamente adimplidas a maior, bem como a repetição do indébito desses valores, no montante de R\$ 56.505 (R\$ 53.505 em 31 de dezembro de 2024), considerando-se o posicionamento do Poder Judiciário em processo similar. Atualmente o processo encontra-se em fase de instrução.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda, em 31 de dezembro de 2025, é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 2.542.117 (R\$ 4.222.158 em 31 de dezembro de 2024), para as quais não foram constituídas provisões.

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível destacam-se:

Na controlada indireta Equatorial Goiás: Processos nº 0165203-98.2001.8.09.0051 e nº 0370546-95.2006.8.09.0090 que tratam de ações que discutem a devolução de valores de cotas de ICMS utilizados para pagamento de faturas de energia elétrica por entes municipais, no âmbito de convênio firmado entre a Associação Goiana de Municípios, a Equatorial Goiás, o Estado de Goiás e o Banco do Estado de Goiás, posteriormente declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal em razão da ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste. Os valores envolvidos somam R\$ 623.953 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 578.028 em 31 de dezembro de 2024). Em ambos os processos foram proferidas sentenças de total improcedência dos pedidos em 2024, tendo sido interpostos recursos pelas partes. Atualmente, os processos encontram-se sobrestados em razão de temas submetidos à repercussão geral no STF, aguardando definição da controvérsia.

Na controlada indireta Equatorial Pará:

- Processo relacionado à ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, em face da Equatorial Pará, requerendo a condenação da Concessionária a indenização por danos materiais e morais coletivos em reconhecimento da prática ilícita de prestar o serviço público de fornecimento de energia de modo ineficiente à coletividade de Município de Canaã dos Carajás no montante de R\$ 100.000; e
- Processo relacionado à ação indenizatória coletiva movida pela *Cred New* Recuperação de Ativos e Serviços Ltda. por quebra de contrato, no montante de R\$ 192.792 (R\$ 192.792 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Na controlada indireta Equatorial Piauí:

- Processo nº 0000196-96.2001.4.01.4000, que tem como objeto suposto descumprimento contratual. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal apenas no tocante ao cabimento de honorários advocatícios decorrentes do acordo já homologado judicialmente, no montante de R\$ 23.639 (R\$ 22.452 em 31 de dezembro de 2024); e
- Processo nº 0037357-09.2015.4.01.3400, que tem como objeto a suposta ausência de implementação das contribuições previdenciárias ao plano de benefícios de previdência complementar dos empregados, no montante de R\$ 240.733 (R\$ 225.268 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente o processo está pendente de julgamento de agravo protocolado pela empresa após a sentença declarar a incompetência da Justiça Federal.

b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, os processos fiscais mais significativos envolvem repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacam-se:

Na controlada indireta Equatorial Pará:

- Processo de PIS e COFINS sobre a receita financeira no montante de R\$ 84.355, onde a Equatorial Pará obteve decisão judicial favorável para anular os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que reintroduziu as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras. Apesar desta decisão, os valores de tais tributos foram depositados em juízo. Considerando que o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do aumento de tais alíquotas, em sede de repercussão geral (Tema 939), os valores poderão ser convertidos em renda, exceto os valores que a Equatorial Pará depositou em excesso, os quais já foram reconhecidos pela União, e encontra-se em fase de recuperação.
- A Equatorial Pará efetuou depósitos judiciais referente ao processo de nº 0816370-67.2020.8.10.000 no montante de R\$ 18.101, em que a Equatorial Pará figura como parte autora em ação declaratória que visa o reconhecimento do direito à retribuição pelo serviço de lançamento, cobrança e arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) em favor do Município de São Luís no percentual de 5% sobre o total dos valores arrecadados. Atualmente, o processo aguarda conclusão para julgamento dos recursos na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Na controlada direta Equatorial Alagoas: A Equatorial Alagoas realizou um depósito judicial no valor de R\$ 9.713 referente aos impostos PIS/COFINS na apuração de fevereiro de 2024. Por meio de um Mandado de Segurança foi solicitado a aplicação da regulamentação da Instrução Normativa nº 2.168 de 28 de dezembro de 2023, com o objetivo de recuperar 50% desse valor (em caixa) e compensá-lo com prejuízo fiscal. No entanto, não houve decisão até a data de vencimento do tributo.

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 591.260 (R\$ 703.309 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foram constituídas provisões.

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível destacamos:

Na controlada indireta CEEE-D: Os assuntos de estorno dos créditos do PIS e da COFINS sobre perdas não técnicas de energia elétrica injetada, no âmbito federal; e contribuição de iluminação pública, no valor aproximado de R\$ 20.000, no âmbito municipal. Este último, embora classificado como possível, tem viés remoto, devido a negociação em curso entre as partes.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, os processos trabalhistas mais significativos envolvem ações por ex-empregados contra as controladas da Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, responsabilidade solidária, programa de desligamento, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

Na controlada indireta Equatorial Goiás:

- Processo nº 0012044-14.2017.5.18.0007, movido pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás, discute a concessão de intervalo intrajornada inferior a duas horas, com fundamento no art. 71, §4º, da CLT (antes da Reforma Trabalhista), bem como a aplicação do divisor 200 para 1.685 substituídos no montante de R\$ 246.378 (R\$ 620.986 em 31 de dezembro de 2024). A ação transitou em julgado em 19 de dezembro de 2023, iniciando-se a fase de execução em 2024. Posteriormente, a Equatorial Goiás ajuizou ação rescisória, obtendo decisão para suspender o andamento da execução até o julgamento da demanda. Ao final, foi homologado acordo no valor de R\$ 240.000, com pagamento previsto entre 2026 e 2028, com a consequente renúncia ao prosseguimento da ação rescisória; e
- Processo 0010799-06.2015.5.18.0017, referente a diferença salarial, que pleiteia o desvio de função dos eletricitistas ao de eletrotécnico para 513 substituídos, no montante de R\$ 314.748 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), atualmente o processo encontra-se em execução. Em janeiro de 2025, foi interposto agravo de instrumento. Atualmente, aguarda-se o julgamento. Processo retirado de pauta em razão do pedido de vistas. Homologado acordo no valor de R\$300.000 para pagamento entre os anos 2026 e 2028, a começar em junho de 2026.

Na controlada indireta CEEE-D: ações reclamatórias em trâmite e ajuizadas por ex-empregados contra a CEEE-D, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 363.591 (R\$ 1.151.300 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foram constituídas provisões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível destacamos:

Na controlada indireta Equatorial Pará:

- Processo relacionado à reclamação trabalhista ajuizada por empregado de empresa terceirizada vítima de acidente de trabalho requerendo a condenação subsidiária da concessionária ao pagamento de indenização pelos danos morais e materiais no montante de R\$ 1.300; e
- Processo relacionado à reclamação trabalhista movida pelos familiares de empregado de empresa parceira vítima de acidente de trabalho fatal requerendo a condenação subsidiária da concessionária ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no montante de R\$ 8.820.

Na controlada indireta Equatorial Piauí:

- Processo nº 0000384-73.2021.5.22.0006 que tem objeto o pedido cumprimento do plano de cargos e salário da AXIA Energia – PCR 2010 em relação às promoções por maturidade. Os pedidos foram julgados procedentes para que sejam implantadas 05 promoções por antiguidade para os representados. A Equatorial Piauí recorreu e seu recurso está pendente de apreciação, no montante de R\$ 58.312 (R\$ 55.073 em 31 de dezembro de 2024);
- Processo nº 0001992-20.2018.5.22.0004 que tem como autor o Ministério Público do Trabalho e como objeto o pedido de anulação das demissões após a privatização e como pedido subsidiário a extensão do PDV (Plano de Demissão Voluntária) para os empregados que foram demitidos sem justa causa e os que pediram demissão até o início da vigência do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021 e dano moral coletivo, no montante de R\$ 7.001 (R\$ 6.480 em 31 de dezembro de 2024); e
- Processo nº 0000510-40.2023.5.22.0108 (Doença Ocupacional), que tem como objeto pedido indenizatório em virtude de suposta incapacidade por doença ocupacional, no montante de R\$ 2.708.

d) Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2025, os processos regulatórios mais significativos envolvem, principalmente, a termos de notificação e auto de infração da ANEEL, bem como penalidade de medição de fronteira na CCEE. As controladas da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, possuem processos regulatórios, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, no montante de R\$ 11, (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2024), com base na avaliação da gerência jurídica, para as quais não foram constituídas provisões.

e) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2025, os processos ambientais mais significativos envolvem Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual para compelir a controlada indireta CEEE-D promover a descontaminação ambiental dos imóveis denominados Horto Florestal Renner e Fábrica de Postes Barreto, ambos localizados do Município de Triunfo-RS.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

As controladas da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não possuem processos ambientais, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração.

24 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais.

Em atendimento a essa decisão e conforme a Lei nº 14.385/22, as controladas da Companhia reconheceram créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica são repassados integralmente aos consumidores.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324 e, em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento ratificando a constitucionalidade da referida Lei. Contudo, foram opostos embargos de declaração pela ABRADEE, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão, tais como a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido, a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial, entre outros pontos de ambiguidade.

Nesse sentido, a Administração monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

Os saldos passivos são amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021–FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária ocorridos a cada ciclo. Os valores passivos constituídos pelas controladas da Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do exercício, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	2025	2024
Saldo inicial	2.129.698	3.217.696
Atualização monetária	128.021	99.306
Compensação	(299.383)	(1.177.650)
Saldo final	1.958.336	2.139.352

	2025				Total
	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	CEEE-D	Equatorial Goiás	
Circulante	3.992	-	86.609	367.877	458.478
Não circulante	-	159.065	154.801	1.185.992	1.499.858
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.992	159.065	241.410	1.553.869	1.958.336

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024						Total
	Equatorial Maranhão	Equatorial Pará	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	CEEE-D	Equatorial Goiás	
Ativo (a)							
Circulante (nota explicativa nº 8)	41.369	99.907	496	27.909	189.207	602.118	961.006
Não circulante (nota explicativa nº 8)	-	-	-	-	248.037	1.542.600	1.790.637
PIS e COFINS a recuperar	41.369	99.907	496	27.909	437.244	2.144.718	2.751.643
Passivo							
Circulante	-	9.654	-	-	-	204.611	214.265
Não circulante	-	-	-	156.802	230.478	1.537.807	1.925.087
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	9.654	-	156.802	230.478	1.742.418	2.139.352

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é R\$ 22.169.281 (R\$ 12.466.882 em 31 de dezembro de 2024), o capital autorizado é de 1.500.000.000 de ações e sua composição de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2025		2024	
	ON	%	ON	%
Opportunity	126.397.320	10,04%	126.397.320	10,10%
GIC	-	-	58.445.504	4,70%
Squadra Investimentos	57.650.288	4,58%	57.650.288	4,60%
Canada Pension Plan	57.556.847	4,57%	57.556.847	4,60%
BlackRock	57.299.125	4,55%	57.299.125	4,60%
Demais minoritários	960.116.217	76,26%	891.909.633	71,40%
Total	1.259.019.797	100%	1.249.258.717	100%

No exercício de 2025, a Companhia aprovou R\$ 9.702.399 de aumento de capital decorrente de aportes em dinheiro, relacionados tanto à subscrição privada quanto ao exercício de opções de compra de ações, além de aumento mediante capitalização de reservas. No total, R\$ 202.399 foram aportados em dinheiro, sendo R\$ 111.165 provenientes de subscrição privada, com a emissão de 4.275.569 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e R\$ 91.234 decorrentes do exercício das opções previstas no Quinto Plano de Opção de Compra de Ações, com a emissão de 5.485.511 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Adicionalmente, foi aprovado aumento de capital de R\$ 9.500.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização da Reserva para Investimento e Expansão (R\$ 9.300.000) e da Reserva Legal (R\$ 200.000).

25.2 Reservas de capital

Esta reserva é constituída, em parte, pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1) /IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, e, majoritariamente, pelos efeitos de alterações na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era de R\$ 1.798.082 (R\$ 2.124.228 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

25.3 Reservas de lucros

	2025	2024
Reserva legal (26.3.1)	169.629	313.061
Reserva para investimento e expansão (26.3.2)	1.100.104	10.302.561
Reserva de lucros a realizar	-	1.009.810
Reserva de dividendos adicionais	-	558
Reserva de incentivos fiscais reflexa (26.3.3)	547.000	-
Total de reservas de lucros	1.816.733	11.625.990

25.3.1 Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era R\$ 169.629 (R\$ 313.061 em 31 de dezembro de 2024).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

25.3.2 Reserva para investimento em expansão

Essa reserva estatutária prevista no artigo 27 § 2º, itens IV e V do Estatuto Social, que faz referência ao artigo 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia na aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, saneamento e renováveis. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era R\$ 1.100.104 (R\$ 10.302.561 em 31 de dezembro de 2024).

25.3.3 Reserva de incentivos fiscais reflexa

As controladas da Companhia usufruem incentivos fiscais de redução parcial do imposto de renda concedidos pela SUDAM, classificados como subvenções governamentais nos termos do CPC 07 (R1). Esses incentivos são reconhecidos inicialmente como redução da despesa tributária e, posteriormente, transferidos de lucros acumulados para a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

A Companhia reconhece reflexamente essas subvenções na proporção de sua participação no capital das controladas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de incentivos fiscais totalizava R\$ 547.000 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

25.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial era R\$ 91.155 (R\$ 45.066 em 31 de dezembro de 2024), contemplando, principalmente, efeitos de benefícios pós-emprego e de instrumentos financeiros derivativos. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício, integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

25.5 Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações detidas pela Companhia. Em 15 de maio de 2024, a Companhia aprovou Programa de Recompra de Ações com o objetivo prioritário atender ao Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano de *Matching Shares*"). A operação foi aprovada e limitada à 5,0% do total de Ações em Circulação. Para referência, à época, o número correspondia a 57.021.094 ações ordinárias de emissão da Companhia, com duração máxima de 18 meses, contados a partir de 15 de maio de 2024 a 14 de novembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha ações ordinárias em tesouraria no montante de R\$ 123.712 (R\$ 58.348 em 31 de dezembro de 2024).

	Milhares de ações	R\$
Em 1º de janeiro de 2024	1.962	58.348
Recompra de ações próprias	419	14.503
Ações em tesouraria vendidas	(683)	(21.995)
Resultado com alienação de ações	(802)	1.548
Recompra de ações próprias por equivalência patrimonial	-	71.308
Em 31 de dezembro de 2025	896	123.712

25.6 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	1.678.352	2.811.675
Denominador (em milhares)		
1. Média ponderada de ações no cálculo do LPA básico	1.258.124	1.247.297
2. Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.258.677	1.247.297
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$	1,33401	2,25421
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$	1,33343	2,25421
	2025	2024
(i) Fator de diluição		
3. Quantidade de Ações <i>Stock Options</i> (5º Plano)	1.692	4.887
4. Diluição	553	-
Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.258.677	1.247.297
	2025	2024
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$ (operações em continuidade)	0,95989	1,55857
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$ (operações em continuidade)	0,95947	1,55857
		(reapresentado)
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$ (operações descontinuadas)	0,37412	0,69565
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$ (operações descontinuadas)	0,37396	0,69565

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

25.7 Dividendos a pagar (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.678.352	2.811.675
(-) Reserva de incentivos fiscais reflexa	(547.000)	-
(-) Reserva legal	(56.568)	(140.584)
Lucro líquido ajustado	1.074.784	2.671.091
Dividendos mínimos obrigatórios (calculado 25%)	268.696	667.773
Base para distribuição de dividendos	268.696	667.773
Dividendos propostos		
Juros sobre capital próprio	142.544	322.164
Dividendos	-	345.609
Juros sobre capital próprio da realização da reserva de investimento e expansão	126.152	-
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	268.696	667.773
(+) IRRF sobre juros sobre capital próprio	25.155	-
(+) IRRF sobre juros sobre capital próprio da realização da reserva de investimento e expansão	10.108	-
(+) Realização da reserva de lucros a realizar	-	319.154
(+) Juros sobre capital próprio - reversão da reserva de lucros a realizar	934.901	-
(+) IRRF sobre juros sobre capital próprio - reversão da reserva de lucros a realizar	74.909	-
(+) Juros sobre capital próprio - realização da reserva de investimento e expansão	623.338	-
(+) IRRF sobre juros sobre capital próprio - realização da reserva de investimento e expansão	49.945	-
(+) Dividendos adicionais propostos	-	558
(=) Total dividendos	1.987.052	987.485
% sobre o lucro ajustado	185%	37%

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos em reunião do Conselho de Administração em 25 de março de 2026, estando sujeitos a aprovação da assembleia geral ordinária.

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	507.356
Dividendos adicionais 2023 aprovados em 2024 (0,01 centavos por ação)	8.885
Pagamento de dividendos (0,44 centavos por ação)	(516.194)
Dividendos mínimos obrigatórios 2024 (0,70 centavos por ação)	667.773
Imposto de renda retido na fonte (JSCP)	(25.338)
Dividendos reservas de lucros a realizar 2024 (0,70 centavos por ação)	319.154
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (0,70 centavos por ação)	961.636
Dividendos adicionais 2024 aprovados em 2025 (0,01 centavos por ação)	558
Pagamento de dividendos (0,70 centavos por ação)	(1.647.233)
Dividendos mínimos obrigatórios 2025 (0,21 centavos por ação)	268.696
Reversão da reserva de lucros a realizar (JSCP) (1,58 centavos por ação)	1.009.810
Realização da reserva de investimento e expansão (JSCP) (1,58 centavos por ação)	708.546
Imposto de renda retido na fonte (JSCP)	(160.117)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (1,58 centavos por ação)	142.737

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

26 Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

26.1.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o exercício

	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	2025	2025	2024	2024
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	4.887.168	-	21.625.168	-
Exercidas durante o exercício	(344.550)	-	-	-
Encerramento durante o exercício	(2.850.418)	-	(16.738.000)	-
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	-	-	80.800	19,55
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	-	-	668.200	23,63
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	354.700	22,67	650.500	23,00
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	80.000	22,64	95.000	22,98
Existentes ao fim do exercício 6ª Outorga	882.500	25,73	995.000	26,04
Existentes ao fim do exercício 7ª Outorga	375.000	30,11	375.000	30,45
Existentes ao fim do exercício 8ª Outorga	-	-	2.022.668	32,15
Existentes ao fim do exercício	1.692.200	-	4.887.168	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2025 era de 4,13 anos (3,74 anos, em 31 de dezembro de 2024). Não houve novas outorgas durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Premissas	2025	2024
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	12,53	8,49
	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Rendimento de dividendos (%)	31,46	29,62
Volatilidade esperada (%)	10,85	10,69
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	4,13	3,74
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	30,98	30,58
Média ponderada do preço das ações (R\$)	<i>Black-Scholes</i>	<i>Black-Scholes</i>
Modelo utilizado		

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Foi reconhecida uma despesa no resultado da Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 2.282 (despesa de R\$ 23.317 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

26.1.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia e as suas controladas fizeram jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

Companhia e suas controladas

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	2025	2025	2024	2024
<i>Em ações</i>				
Cancelamento/transferência (a)	(595.296)	31,60	(314.035)	-
Existentes em 1º de janeiro	3.818.496	-	4.113.753	33,32
Outorgadas durante o exercício	2.391.981	-	18.778	-
Pagamentos	(1.062.500)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	4.552.681	38,59	3.818.496	31,60

- (a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma despesa de R\$ 80.145 para a Companhia e suas controladas, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 1.699 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

26.1.3 Plano de Outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do exercício de carência.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Companhia e suas controladas

	Número de opções	Valor justo médio ponderado	Número de opções	Valor justo médio ponderado
	2025	2025	2024	2024
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	482.849	31,12	-	-
Outorgadas durante o exercício	(10.608)	-	-	-
Encerradas durante o exercício	682.640	32,22	482.849	-
Existentes ao fim do exercício 1º Plano	472.241	31,12	482.849	-
Existentes ao fim do exercício 2º Plano	682.640	32,22	-	-
Existentes ao fim do exercício	1.154.881	31,77	482.849	31,12

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 9.943 (R\$ 4.721 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	2025	2024 (reapresentado)
Distribuição		
Receita de distribuição	40.336.597	38.390.745
Remuneração financeira WACC	1.645.513	1.555.013
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	3.036.813	1.433.564
Subvenção CDE – outros (b)	2.820.683	2.197.639
Subtotal Fornecimento de energia elétrica	47.839.606	43.576.961
Suprimento de energia elétrica (c)	1.051.852	653.661
Receita pela disponibilidade - uso da rede (d)	3.562.001	2.905.118
Receita de construção (e)	10.601.331	8.377.887
Atualização do ativo financeiro	689.264	603.328
Outras receitas	1.479.576	1.277.602
Subtotal	17.384.024	13.817.596
Subtotal distribuição	65.223.630	57.394.557
Saneamento		
Abastecimento de água e serviços de esgoto	107.984	95.871
Receita de construção	105.029	155.580
Outras receitas	6.603	6.646
Subtotal saneamento	219.616	258.097
Geração		
Receita com venda de energia (f)	1.573.050	1.239.423
Outras receitas	17.209	18.845
Subtotal geração	1.590.259	1.258.268
Outros		
Receita de comercialização (g)	2.705.119	733.937
Outras receitas	210.923	104.106
Subtotal outros	2.916.042	838.043
Receita operacional bruta	69.949.547	59.748.965
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(8.516.981)	(7.790.990)
PIS e COFINS corrente	(4.276.237)	(3.808.517)
PIS e COFINS diferido	(10.064)	1.405
Encargos do consumidor	(413.363)	(368.840)
ISS	(16.862)	(14.923)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (h)	(4.151.794)	(3.678.719)
Penalidades DIC/FIC e outras	(483.949)	(315.707)
Outros	(6.493)	(11.921)
Deduções da receita operacional	(17.875.743)	(15.988.212)
Receita operacional líquida	52.073.804	43.760.753

- (a) A variação dos ativos e passivos regulatórios deve-se, principalmente, por: (i) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL; (ii) variações dos financeiros amortizados; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente de reativo excedente pertencente às distribuidoras; (v) efeito da CVA da Bandeira Faturada;
- (b) Refere-se ao reconhecimento da receita correspondente ao reembolso do desconto tarifário concedido aos consumidores, efetuado por meio do subsídio regulatório;
- (c) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido a distribuidora ter disponibilizado mais energia para venda no Mercado de Curto Prazo no exercício de 2025 em comparação ao ano anterior. Assim, houve um aumento da disponibilidade de suprimento para a venda no mercado de curto prazo;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

- (d) No exercício, a variação nesta linha de receitas deve-se, principalmente, devido as migrações de clientes livres ocorridas, os quais representaram um aumento de 61,6% dessa classe, impactando em um aumento do uso da rede em torno de 7,3% até 31 de dezembro de 2025;
- (e) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa nº 28 - Custos do serviço e despesas operacionais;
- (f) A variação refere-se, principalmente, a controlada indireta Echoenergia Crescimento, que no ano anterior começou sua operação a partir do mês de junho, totalizando uma receita de R\$ 19.588 correspondente a 1 mês do 1º semestre de 2024, enquanto neste ano findo em 31 de dezembro de 2025 totalizou uma receita de R\$ 413.668;
- (g) A variação da receita está relacionada, principalmente, a controlada indireta Equatorial Renováveis. Em 2024, as empresas que possuem operação de venda de energia para a Equatorial Renováveis, estavam no início de suas atividades, com produção de 572.442 MWh, enquanto em 2025 a geração aumentou para 875.596 MWh. Esse crescimento resultou em maior volume de energia disponível para comercialização pela Equatorial Renováveis junto ao mercado. Além disso, a estratégia da companhia em 2025 foi potencializar o resultado por meio da comercialização, o que se refletiu no desempenho com clientes varejistas, que evoluiu de R\$ 733.705 em 2024 para R\$ 2.705.119 em 2025. Adicionalmente, devido à melhora no PLD, em 2025 foi registrada uma receita de R\$ 99.893 referente à marcação a mercado, enquanto em 2024 havia sido apurado um custo de R\$ 29.747; e
- (h) A variação apresentada refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE, conforme a Resolução Homologatória nº 3.484, de 15 de julho de 2025 de R\$ 1.244.075 e redução de R\$ 770.814 decorrente da quitação integral dos empréstimos das Contas Covid e Escassez Hídrica, conforme disposto no Despacho nº 3.056, de 9 de outubro de 2024, que interrompeu a cobrança dessas cotas a partir da competência de setembro de 2024.

28 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(538.948)	(208.754)	(703.369)	-	(1.451.071)
Material	(145.532)	(32.084)	(16.585)	-	(194.201)
Serviços de terceiros	(1.438.765)	(910.498)	(594.072)	-	(2.943.335)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(23.578.031)	-	-	-	(23.578.031)
Custo de construção – Distribuição (b)	(10.601.331)	-	-	-	(10.601.331)
Custo de construção – Saneamento	(105.029)	-	-	-	(105.029)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(658.360)	(658.360)
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC (c)	-	-	104.436	(91.271)	13.165
Provisão para riscos judiciais (d)	-	-	52.062	-	52.062
Depreciação/Amortização	(1.810.901)	-	(1.327.751)	-	(3.138.652)
Subvenção CCC	(94.133)	-	-	-	(94.133)
Outros	(153.878)	(29.654)	(56.834)	9.747	(230.619)
Total	(38.466.548)	(1.180.990)	(2.542.113)	(739.884)	(42.929.535)

	2024 (reapresentado)				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(473.180)	(211.301)	(523.903)	-	(1.208.384)
Material	(136.026)	(64.320)	(23.018)	-	(223.364)
Serviços de terceiros	(1.189.643)	(945.374)	(634.631)	-	(2.769.648)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(19.563.903)	-	-	-	(19.563.903)
Custo de construção – Distribuição (b)	(8.377.887)	-	-	-	(8.377.887)
Custo de construção – Saneamento	(155.580)	-	-	-	(155.580)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(594.680)	(594.680)
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC (c)	-	-	(39.231)	(51.138)	(90.369)
Provisão para riscos judiciais (d)	-	-	(4.482)	-	(4.482)
Depreciação/Amortização	(1.918.372)	-	(590.517)	-	(2.508.889)
Subvenção CCC	(75.627)	-	-	-	(75.627)
Outros	(332.769)	(37.110)	(66.822)	15.296	(421.405)
Total	(32.222.987)	(1.258.105)	(1.882.604)	(630.522)	(35.994.218)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Ver abertura dos custos da Energia comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 29;
- (b) A variação do custo de construção - distribuição foi impactado fortemente pelo processo de revisão tarifária, quando ocorreu volume maior de investimentos e de obras capitalizadas no exercício incremental, a fim de reconhecer as obras finalizadas na base de remuneração das controladas da Companhia;
- (c) Para fins de consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, além do valor proveniente da reversão da despesa de provisão do FUNAC no valor de R\$ 9.184, foi contabilizada a reversão da despesa referente a realização de processos do FUNAC contidos no PPA no valor de R\$ 30.990; e
- (d) Saldo corresponde, principalmente, as contabilizações das reversões de despesa referente a realização de processos contidos no PPA da Controlada indireta Equatorial Goiás.

29 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	2025		2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	41.424	(10.862.020)	41.582	(9.735.801)
Contratos Eletronuclear	1.654	(523.041)	1.673	(538.620)
Contratos cotas de garantias (f)	6.617	(2.055.777)	7.951	(1.927.666)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(935.080)	-	(1.219.068)
Energia bilateral	253	(111.183)	260	(103.795)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(1.724.525)	-	(798.486)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	909	(601.722)	918	(481.455)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	1.894.931	-	1.795.164
Itaipu	3.748	(1.066.036)	3.866	(995.851)
Geração distribuída (d)	-	(3.133.087)	-	(1.311.491)
Subtotal	54.605	(19.117.540)	56.250	(15.317.069)
Encargos de uso do sistema de distribuição (e)	-	(4.460.491)	-	(4.246.834)
Total	54.605	(23.578.031)	56.250	(19.563.903)

(*) informação não auditada.

- (a) Compreende os custos com os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado (CCEAR) e Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSD). Para o exercício, houve redução no volume contratado em 0,38%, embora a despesa tenha crescido em 11,57% devido o despacho térmico dos contratos por disponibilidade, com preço médio do exercício em R\$ 262,22/MWh em relação a 2024 de R\$ 234,13/MWh;
- (b) A diminuição nas despesas associadas ao ESS em comparação ao exercício anterior deve-se a redução do acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, acrescido de menores despesas com o Encargo de Energia de Reserva cuja finalidade é aumentar a Segurança no Fornecimento de Energia Elétrica ao Sistema Interligado Nacional, ocasionando diminuição dos pagamentos associado a este encargo;
- (c) A energia de curto prazo apresentou variação de R\$ 926.039 no acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2025, em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo exercício de 2024;
- (d) Os valores referem-se ao impacto da contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia (kWh) gerada por consumidores de GD, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar;
- (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 e Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão); e
- (f) As variações são decorrentes das despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física e os Efeitos dessa Contratação na Liquidação CCEE, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve redução no volume contratado em 16,78 %, embora a despesa tenha crescido em 28,15 % devido as usinas que antes pertenciam ao grupo AXIA Energia terem sido repactuadas em 2024, tendo seus preços de venda ajustados, aumentando assim o preço médio do exercício em R\$ 310,68/MWh em relação ao exercício findo em 30 de dezembro de 2024 de R\$ 242,44/MWh.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

30 Outras despesas operacionais, líquidas (Consolidado)

	2025	2024 (reapresentado)
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	8.168	22.964
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	89.598	217.763
Outras receitas operacionais (b)	2.366.412	80.397
Total de outras receitas operacionais	2.464.178	321.124
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (d)	(615.877)	(478.762)
Indenização por danos a terceiros	(34.362)	(23.138)
Provisão para perda de estoque (e)	(275.067)	(103.345)
Baixa de recebíveis incobráveis (c)	(65.976)	(272.514)
Outras despesas operacionais	(192.035)	(315.652)
Perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)(f)	(3.547.852)	-
Total de outras despesas operacionais	(4.731.169)	(1.193.411)
Total outras despesas operacionais líquidas	(2.266.991)	(872.287)

- (a) A variação decorre principalmente, da movimentação de saldo na controlada indireta CEEE-D. A distribuidora avalia periodicamente seus estoques/obras no intuito de identificar se existem materiais de baixa rotatividade, constituindo uma provisão para perda como uma forma de demonstrar o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado trata-se em sua maioria de itens obsoletos, morosos e/ou danificados. Para os materiais que não havia expectativa de benefício econômico, a distribuidora realizou a capitalização da obra contemplando a reversão dos itens;
- (b) A variação é decorrente, principalmente, pelo ganho na venda do Grupo transmissão no valor de R\$ 2.249.306, conforme nota explicativa nº 1.3;
- (c) A variação é decorrente, principalmente, devido no exercício anterior, onde foram realizadas baixas de títulos vencidos, do contas a receber, acima de 5 anos nas controladas Distribuidoras;
- (d) O aumento na conta de Perdas no resultado do exercício decorre, principalmente, da controlada indireta Equatorial Pará, devido a baixa de um adiantamento a fornecedor, cuja continuidade contratual foi interrompida, não havendo expectativa de recuperação do valor. Adicionalmente, foram registradas baixas de ativos que apresentaram avarias e deixaram de ser utilizados nas operações, sendo desativados ao longo do exercício. Esses ativos não foram reaproveitados, o que justificou o reconhecimento da perda;
- (e) A variação é decorrente, principalmente, na movimentação de saldo na controlada indireta Equatorial Goiás. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi constituída provisão referente à regularização do estoque de materiais, em decorrência da adequação dos saldos à posição física apurada; e
- (f) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e as controladas diretas Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento e a controlada indireta CSA, reconheceram perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sobre o imobilizado e intangível, para maiores detalhes ver nota explicativa nº 16 Avaliação de *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

31 Resultado financeiro

Controladora

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros (a)	95.773	141.062
PIS/COFINS sobre receita financeira	(9.135)	(18.297)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	-	103.146
Rendimento de aval (e)	84.244	228.337
Outras receitas financeiras	15.677	23.413
Total de receitas financeiras	186.559	477.661
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (c)	(557.674)	(495.867)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(34.519)	(242.223)
Outras despesas financeiras	(41.065)	(84.566)
Total de despesas financeiras	(633.258)	(822.656)
Resultado financeiro líquido	(446.699)	(344.995)

Consolidado

	2025	2024
		(reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros (a)	1.532.738	1.042.763
PIS/COFINS sobre receita financeira	(139.968)	(107.385)
Valores a receber/devolver parcela A	597.153	255.214
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	440.016	1.737.726
Acréscimo moratório de energia vendida	534.875	483.484
Receita financeira de AVP	59.651	78.050
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (d)	1.277.258	176.609
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores - nota explicativa nº 23	22.709	5.020
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber - nota explicativa nº 6.2	5.551	13.672
Outras receitas financeiras	446.887	537.020
Total de receitas financeiras	4.776.870	4.222.173
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (c)	(4.957.369)	(4.016.364)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(2.492.733)	(568.042)
Valores a receber/devolver parcela A	(348.638)	(358.285)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (d)	(1.137.822)	(2.348.791)
Despesa financeira de AVP	(105.725)	(101.276)
Atualização de eficiência e contingências	(408.645)	(229.878)
Descontos concedidos	(102.067)	(119.349)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber - nota explicativa nº 6.2	(17.765)	(4.641)
Perda esperada sobre componentes financeiros de créditos (f)	(57.068)	-
Encargos de geração distribuída	-	(14.701)
<i>Impairment</i> - Créditos especiais - FUNAC- nota explicativa nº 10.2	185.946	19.143
Outras despesas financeiras	(1.016.892)	(895.693)
Total de despesas financeiras	(10.458.778)	(8.637.877)
Resultado financeiro líquido	(5.681.908)	(4.415.704)

- (a) Na controladora, a redução nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, da diminuição do saldo médio de caixa e aplicações financeiras em relação ao mesmo exercício do ano anterior. No Consolidado, houve um aumento nos rendimentos financeiros, impulsionado pelo desempenho mais favorável do CDI no acumulado até dezembro de 2025 que atingiu 14,32%, frente aos 10,88% registrados no mesmo exercício de 2024;
- (b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 11,14%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por sua vez, registrou-se receita financeira decorrente da desvalorização do real, com alta de 27,91%. Na controladora, o principal impacto decorre do resultado das opções de compra vinculadas à participação na Equatorial Energia Distribuição S.A., que, no exercício geraram despesa;
- (c) Na Controladora, o aumento nos encargos da dívida deve-se, principalmente, à elevação do saldo de endividamento durante a maior parte do exercício de 2025. No Consolidado, o aumento dos encargos reflete o crescimento de 14,0% no saldo médio da dívida em relação ao mesmo exercício do ano anterior. Contribuiu também para esse resultado a variação do CDI, principal indexador das dívidas da Companhia e de suas controladas, que passou de 10,88% acumulado até dezembro de 2024 para 14,32% no acumulado até dezembro de 2025;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

- (d) No acumulado até 31 de dezembro de 2025, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 11,14% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025. Em contrapartida, no acumulado até 31 de dezembro de 2024, a variação cambial gerou uma despesa, decorrente da alta de 27,91% no valor do dólar. Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do *hedge a valor justo*. Além disso, houve impacto da elevação do IPCA, que passou de 2,68% no acumulado até dezembro de 2024 para 3,59% no acumulado até dezembro de 2025. Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge a valor justo*;
- (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Companhia (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e
- (f) Referente a PECLD sobre a atualização financeira calculada sobre o saldo de Créditos Especiais – Aguardando ressarcimento, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.2 - Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC.

32 Benefício pós-emprego (Consolidado)

32.1 Características dos planos de aposentadoria

As controladas distribuidoras são patrocinadoras de Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e pela Fundação Família Previdência, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, conforme descritos a seguir:

Plano	Modalidade	Administradora	Patrocinadoras	Tipo de Benefícios	Principais Benefícios
Equatorial CD	CD + BD (risco)	EQTPREV	EQTL PA, EQTL MA, EQTL PI, EQTL AL, CEEE-D, EQTL GO	Contributivo	Aposentadorias; Pensão por morte
Plano CD Equatorial Alagoas	CD + BD (risco)	EQTPREV	EQTL AL	Contributivo	Invalidez; Pecúlio por morte
Equatorial BD	BD	EQTPREV	EQTL PA, EQTL MA, EQTL PI, EQTL AL, EQTL GO	Contributivo	Pensão; Abono; Aposentadorias; Auxílios
Contribuição Variável Equatorial	Contribuição Variável	EQTPREV	EQTL PI e EQTL GO	Contributivo	Aposentadorias; Pensão; Auxílios
Celpa OP	Contribuição Variável + BD na inatividade	EQTPREV	EQTL PA	Contributivo	Renda mensal; Pecúlio; Contribuições
Celpa R	BD (não contributivo)	EQTPREV	EQTL PA	Não contributivo	Auxílio-doença; Invalidez; Pensão; Abono
Plano Único	BD	Fundação Família Previdência	CEEE-D	Contributivo	Aposentadorias; Pensão; Auxílios
Plano CEEEPREV	CD + BD (parcial)	Fundação Família Previdência	CEEE-D	Contributivo	Aposentadorias; Pensão; Auxílios; Abono

32.2 Características dos outros benefícios

As controladas distribuidoras dispõem de outros benefícios, além de planos de saúde e odontológico que são oferecidos aos seus empregados e ex-empregados, conforme descrito a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

a) FGTS

O FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) tem por objetivo proteger o trabalhador demitido sem justa causa, com a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

O empregador, mensalmente, deposita 8% da remuneração bruta (incluindo horas extras e adicionais pagos) em contas bancárias em nome de cada funcionário. O saldo da conta é reajustado com uma taxa de juros de 3% ao ano, acrescido da inflação. Em caso de rescisão com o empregado sem justa causa, o empregador é obrigado a pagar um adicional de 40% do saldo acumulado do FGTS.

b) Resolução nº 10/1989

A Controlada Equatorial Pará possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Equatorial.

c) Planos de Saúde e Odontológico

A Equatorial, por meio de suas controladas, oferece aos empregados, ex-empregados e dependentes diversos planos de saúde e odontológicos, conforme a região:

Controlada	Plano	Operadora	Tipo de Cobertura	Público-Alvo
Equatorial Alagoas	Unimed (Qualicorp)	Qualicorp Adm. de Benefícios	Saúde	Empregados, ex-empregados e dependentes
Equatorial Alagoas	Odontoprev (Qualicorp)	Qualicorp Adm. de Benefícios	Odontológico	Empregados, ex-empregados e dependentes
Equatorial Goiás	CELGSAÚDE	Vivacom Planos de Saúde	Saúde	Empregados e dependentes
Equatorial Maranhão	Bradesco Saúde	Bradesco Saúde	Saúde	Empregados e dependentes
Equatorial Maranhão	Odontoprev	Odontoprev S/A	Odontológico	Empregados e dependentes
Equatorial Pará	Unimed Nacional	Central Nacional Unimed (CNU)	Saúde – Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia	Empregados, ex-empregados e dependentes (exceto diretores e gerentes)
Equatorial Pará	Uniodonto	Uniodonto Belém	Odontológico	Empregados, ex-empregados e dependentes
Equatorial Piauí	Assistência Médica Humana	Humana Assistência Médica Ltda.	Saúde	Empregados e dependentes
Equatorial Rio Grande do Sul (CEEE-D)	Unipart	Unimed Porto Alegre	Saúde	Empregados e dependentes
Equatorial Rio Grande do Sul (CEEE-D)	Odonto Master I	Uniodonto Porto Alegre	Odontológico	Empregados e dependentes

32.3 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido (controladas distribuidoras da Companhia)

A conciliação dos ativos e passivos demonstra o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço das controladas da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (passivo ou ativo atuarial) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2025.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

32.4.1 Ativos do plano

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao exercício durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

	2025					2024				
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Total	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Total
Ativos do plano incluem:										
Títulos Públicos	2.844.458	2.413.362	416.571	53.402	5.727.793	2.395.394	1.935.920	376.589	50.078	4.757.981
Fundos de Investimentos	4.119.661	811.807	387.635	16.369	5.335.472	2.812.017	1.074.596	364.326	19.745	4.270.684
Outros	1.115.075	356.032	39.100	17.860	1.528.067	1.058.765	350.044	38.174	16.343	1.463.326
Ativo total	8.079.194	3.581.201	843.306	87.631	12.591.332	6.266.176	3.360.560	779.089	86.166	10.491.991

32.5 Obrigação do benefício definido (Controladas distribuidoras da Companhia)

(a) Premissas atuariais

	2025					2024				
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros
Taxa de inflação	4%	4%	4%	4%	3%	5%	5%	6%	5%	4%
Taxa de desconto real	8%	7%	7%	7%	5%	8%	8%	9%	8%	7%
Taxa de desconto nominal	12%	12%	12%	12%	8%	12%	11%	10%	12%	6%
Futuros aumentos salariais	4%	4%	4%	0%	3%	5%	5%	5%	5%	3%
Futuros aumentos de pensão	4%	4%	4%	4%	3%	5%	5%	5%	5%	2%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	BR-EMSb 2015 Segregada por Sexo	AT 2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissa	Análise de sensibilidade	2025					
		Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(60.633)	(64.973)	(15.860)	(28.691)	(395)	(170.552)
	Redução de 0,5%	65.177	69.330	14.808	33.092	418	182.825
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	33.530	52.698	10.802	30.726	426	128.182
	Redução de 1 ano	(34.355)	(53.235)	(10.892)	(30.011)	(426)	(128.919)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	32.839	-	32.839
	Redução de 0,5%	-	-	-	(28.629)	-	(28.629)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	290	-	-	-	-	290

Premissa	Análise de sensibilidade	2024					
		Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(62.800)	(65.790)	(15.273)	(24.955)	(460)	(169.278)
	Redução de 0,5%	67.459	70.292	16.357	28.964	488	183.560
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	32.328	50.433	11.318	27.872	454	122.405
	Redução de 1 ano	(33.233)	(51.046)	(11.412)	(27.109)	(456)	(123.256)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	28.761	-	28.761
	Redução de 0,5%	-	-	-	(24.918)	-	(24.918)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	332	-	-	-	-	332

Embora as análises não levem em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito dos planos, elas fornecem uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. Quando consideramos a análise de sensibilidade da taxa de desconto para o plano CD e Equatorial CD as variações são irrelevantes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

32.6 Fluxo de Caixa (Controladas distribuidoras da Companhia)

	2025					
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
1 Fluxo de caixa no exercício						
Contribuições do empregador	56.080	47.596	3.188	19.274	7.971	134.109
Contribuição do participante	6.731	33.669	71	274	-	40.745
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	162.271	271.806	51.655	19.000	-	504.732
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	9.901	9.901
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte						
Contribuições do empregador	68.543	47.597	2.971	22.959	6.426	148.496
Contribuição do participante	12.902	37.892	28	264	-	51.086
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	184.201	292.695	48.439	22.695	-	548.030
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	8.375	8.375
	2024					
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
1 Fluxo de caixa no exercício						
Contribuições do empregador	46.765	82.228	6.545	17.877	7.256	160.671
Contribuição do participante	452	31.455	-	-	-	31.907
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	157.862	421.315	6.745	17.877	-	603.799
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	9.228	9.228
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte						
Contribuições do empregador	47.031	82.449	6.270	19.273	7.971	162.994
Contribuição do participante	751	35.395	-	-	-	36.146
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	179.358	465.103	6.456	19.273	-	670.190
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	10.056	10.056

33 Instrumentos financeiros

33.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 18.6 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 19.6 – *Covenants* das debêntures.

33.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos (*Swap*) para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia, através de suas controladas, possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia e suas controladas adotam a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os *swaps* contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa. Já os *swaps* contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de valor justo.

33.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão identificados conforme a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora			2025		2024	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa - depósitos bancários	-	Custo amortizado	484	484	543	543
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	608.114	608.114	7.254	7.254
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	932.901	932.901	253.576	253.576
Instrumentos financeiros derivativos - opção de compra de ações (a)	3	Valor justo por meio do resultado	2.190	2.190	81.909	81.909
Total do ativo			1.543.689	1.543.689	343.282	343.282

Passivo			2025		2024	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	4.138	4.138	4.751	4.751
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	-	-	3.295.425	3.493.297
Debêntures	-	Custo amortizado	1.562.524	1.579.445	285.891	303.469
Total do passivo			1.566.662	1.583.583	3.586.067	3.801.517

Consolidado			2025		2024	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	309.243	309.243	303.949	303.949
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	2.350.584	2.350.584	3.002.415	3.002.415
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	8.546.907	8.546.907	10.434.120	10.434.120
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	10.315.564	10.315.564	9.423.796	9.423.796
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	1.813.458	1.813.458	264.381	264.381
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	349.930	349.930	349.930	349.930
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	24.027	24.027	776.141	776.141
Instrumentos financeiros derivativos - opção de compra de ações (a)	3	Valor justo por meio do resultado	2.190	2.190	81.909	81.909
Ativo financeiro de concessão - Distribuidoras	3	Valor justo por meio do resultado	19.135.756	19.135.756	15.865.088	15.865.088
Compromissos futuros	2	Valor justo por meio do resultado	243.233	243.233	155.990	155.990
Total do ativo			43.090.892	43.090.892	40.657.719	40.657.719

Passivo			2025		2024	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	4.993.623	4.993.623	4.701.533	4.701.533
Fornecedores - risco sacado (convênio)	-	Custo amortizado	458.432	458.432	321.822	321.822
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	18.176.834	18.236.053	26.904.571	27.773.567
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	2.801.669	2.801.669	-	-
Debêntures	-	Custo amortizado	24.158.665	23.707.289	28.922.507	28.387.383
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	9.334.595	9.334.595	-	-
Valores a pagar da recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.031.945	1.170.608	998.486	1.321.193
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	339.685	339.685	1.719.177	1.719.177
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	635.151	635.151	156.765	156.765
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	100.132	112.884	103.855	116.300
AICs Ressarcíveis (b)	3	Valor justo por meio do resultado	14.948	14.948	22.424	22.424
Compromissos futuros	2	Valor justo por meio do resultado	146.151	146.151	158.716	158.716
Total do passivo			62.191.830	61.951.088	64.009.856	64.678.880

- (a) Em 05 de novembro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), com a interveniência e anuência da controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Equatorial Distribuição"), regulando os termos e condições gerais para a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social; e
- (b) O montante do ressarcimento devido à AXIA Energia, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí provisionou o montante de R\$ 14.948 (R\$ 22.424 em 31 de dezembro de 2024). Após a homologação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à AXIA Energia.

33.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é realizar hedge de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de swaps de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas utilizam contratos de swap para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de hedge de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

33.4.1 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido. A Companhia e suas controladas utilizam o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia e suas controladas adotam índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante notional, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

33.4.2 Controladora (Opção de compra)

Em 05 de novembro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), com a interveniência e anuência da controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Equatorial Distribuição"), regulando os termos e condições gerais para a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social. Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um novo acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização do investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe C e adicional de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição.

Com a conclusão do novo investimento, o Itaú Unibanco S.A. passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais (Classe A, B e C) representativas de 25,79% do capital social total da Equatorial Distribuição, e a Equatorial S.A., por sua vez, sendo titular da totalidade das ações ordinárias representativas de 74,21% do capital social da Equatorial Distribuição.

Em 11 de novembro de 2025, a Companhia realizou o exercício parcial das opções de compra junto ao Itaú, no montante de R\$ 2.000.000, sendo R\$ 392.000 na Classe A e R\$ 1.608.000 na Classe B. Com o exercício parcial das opções de compra, a Equatorial S.A. passou a ser titular de parte das ações preferenciais (Classe A, B e C) representativas de 90,42% do capital social total da Equatorial Distribuição, e o Itaú Unibanco S.A., por sua vez, sendo titular da totalidade das ações ordinárias representativas de 9,58% do capital social da Equatorial Distribuição.

A Companhia detém um direito de recompra da totalidade das ações preferenciais (Classes A, B e C) da Equatorial Distribuição que pode ser exercida entre 30 de junho de 2025 a 31 de março de 2030. O preço da compra, se a opção for exercida, serão: (i) Classe A: o valor de R\$ 1.000.000 corrigido por 100% do CDI desde 11 de novembro de 2019 até a data de exercício da opção, menos os dividendos recebidos pelo acionista minoritário corrigidos por 100% do CDI da data do pagamento até a data de exercício da opção de compra; (ii) Classe B: o valor de R\$ 2.103.000 corrigido por 101% do CDI desde 23 de março de 2023 até a data de exercício da opção, menos os dividendos recebidos pelo acionista minoritário corrigidos por 101% do CDI da data do pagamento até a data de exercício da opção de compra, considerando um aporte adicional no valor de R\$ 300.000, em 22 de dezembro de 2023; e (iii) Classe C: o valor de R\$ 1.000.000 corrigido por 105% do CDI desde 22 de dezembro de 2023 até 10 novembro de 2025, e corrigido por 100% do CDI a partir de 11 de novembro de 2025, até a data do exercício da opção de compra. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, estando no controle da Companhia o exercício ou não deste direito.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Equatorial S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Equatorial Distribuição, foram disciplinados por meio de acordo de investimento e acordo de acionistas celebrados entre as partes.

A desproporcionalidade dos dividendos em relação à participação no capital social levaria a Companhia a exercer a opção mesmo em cenários na qual o valor das ações reduzisse, ou seja, em situações nas quais a Companhia obtivesse prejuízo no exercício da *call*. Tal efeito não é capturado tradicionalmente no cálculo de uma opção de compra.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, que podem ser assim resumidos:

Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
		2025	2024
Opção de compra de ações Itaú Unibanco	100% a 101% do CDI	2.190	81.909
Ativo não circulante		2.190	81.909

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

(a) Mensuração a valor justo

A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra, caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pela correção de cada classe, reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante da posição favorável do valor justo das opções de compra (derivativo embutido) era R\$ 2.190 (R\$ 81.909 em 31 de dezembro de 2024), reconhecido como instrumento financeiro de nível 3, conforme segue:

Técnicas de valorização	Valor justo - opção de compra de ações (resultado) em 2025	Inputs significativos não observáveis	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
Método de fluxo de caixa descontado	2.190	Dividendos (*)	+10% (aumento no valor justo de R\$173.313) -10% (redução no valor justo de R\$173.313)

(*) Projeção de dividendos a serem recebidos pelas ações PN da controlada Equatorial Distribuição S.A. até 31 de março de 2030.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

33.4.3 Consolidado

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (R\$)	Amortização	Tipo de hedge	Tipo	Juros	Indexadores	2025	2024
Equatorial Maranhão	Scotiabank	19/02/2021	19/02/2025	US\$ 66.500	R\$350.000	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 1,48% a.a./ CDI + 1,65% a.a.	-	18.797
Equatorial Maranhão	Citibank	17/11/2023	09/05/2025	US\$ 80.000	R\$389.600	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 0,79% a.a./ CDI + 1,29% a.a.	-	101.781
Equatorial Maranhão	XP	04/10/2024	15/09/2036	-	R\$550.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI + 0,285% a.a.	(38.277)	(47.240)
Equatorial Maranhão	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	US\$ 73.684	R\$420.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(19.887)	22.552
Equatorial Maranhão	Scotiabank	30/01/2025	28/01/2028	US\$ 18.000	R\$106.920	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 5,2780% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(13.733)	-
Equatorial Maranhão	Scotiabank	19/02/2025	18/02/2028	US\$ 32.683	R\$186.223	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 5,2710% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(15.169)	-
Equatorial Maranhão	Bradesco	25/04/2025	15/08/2043	-	R\$420.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,72% a.a./ CDI + 0,12% a.a.	(8.655)	-
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	US\$ 186.237	R\$1.000.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 5,67% a.a./ CDI + 1,35% a.a.	-	130.711
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	US\$ 13.763	R\$73.900	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 5,67% a.a./ CDI + 1,35% a.a.	-	9.659
Equatorial Pará	Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	US\$ 50.000	R\$300.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Anual	USD + 6,0118% a.a./ CDI + 1,09% a.a.	(26.053)	1.611
Equatorial Pará	BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	R\$1.475.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	(43.575)	(31.906)
Equatorial Pará	Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	R\$1.300.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,025% a.a.	(46.792)	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	US\$ 53.571	R\$300.000	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 2,27% a.a./ CDI + 1,77%	(8.629)	12.316
Equatorial Piauí	Santander	07/12/2022	16/11/2026	US\$ 28.184	R\$146.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Trimestral	USD + 6,24% a.a./ CDI + 1,62% a.a.	7.558	24.870
Equatorial Piauí	Bank of America	27/12/2023	27/01/2025	US\$ 70.000	R\$342.300	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	USD + 7,0235% a.a./ CDI + 1,38% a.a.	-	78.946
Equatorial Piauí	XP	04/10/2024	15/09/2036	US\$ 0	R\$300.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	USD + 6,8091% a.a./ CDI + 0,41% a.a.	(20.573)	(25.354)
Equatorial Piauí	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	US\$ 31000	R\$177.630	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(10.823)	6.957
Equatorial Piauí	Itau	28/03/2025	15/08/2043	US\$ 0	R\$260.000	Mensal	Fluxo de Caixa	Juros	Mensal	IPCA + 7,52% a.a./ CDI + 0,05% a.a.	(1.203)	15.035
Equatorial Piauí	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	US\$ 49.123	R\$280.000	Bullet	Valor Justo	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(13.257)	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	08/08/2025	08/08/2028	US\$ 58.929	R\$330.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 4,8680% a.a./ CDI + 1,00% a.a.	(25.322)	-
Equatorial Piauí	XP	05/09/2025	15/08/2043	-	R\$460.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,52% a.a./ CDI - 0,05% a.a.	(28.788)	-
Equatorial Piauí	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,07% a.a.	6.876	-
Equatorial Piauí	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,1962% a.a./ CDI - 0,16% a.a.	6.259	-
CEEE-D	Itau	23/12/2022	15/12/2029	-	R\$250.000	Bullet	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./ CDI + 1,08% a.a.	(14.577)	7.242
CEEE-D	Citibank	30/06/2023	27/01/2027	US\$ 120.000	R\$583.800	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 1,09% a.a./ CDI + 1,85% a.a.	68.685	141.670
CEEE-D	Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	US\$ 48.000	R\$233.760	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Anual	USD + 6,7882% a.a./ CDI + 1,8475% a.a.	20.643	55.256
CEEE-D	XP	19/06/2024	15/05/2036	-	R\$250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,5596% a.a./ CDI + 0,29% a.a.	(26.431)	(24.062)
CEEE-D	BTG	04/10/2024	15/09/2036	-	R\$420.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI + 0,24% a.a.	(28.972)	(35.450)
CEEE-D	Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	R\$300.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,020% a.a.	(3.806)	-
CEEE-D	Bradesco	22/07/2025	15/08/2043	-	R\$430.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,3350% a.a.	(4.029)	-
Telecom	Bocom	28/12/2021	28/12/2026	US\$ 3.495	R\$20.000	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Libor + 2,07% a.a./ CDI + 1,71% a.a.	(918)	1.183
CEA	Scotiabank	29/12/2021	29/12/2026	US\$ 43.867	R\$250.000	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 2,52% a.a./ CDI + 1,85% a.a.	(9.414)	1.706
CEA	Sumitomo Mitsui	07/02/2022	07/02/2025	US\$ 47.081	R\$250.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + 3,05% a.a./ CDI + 1,48% a.a.	-	31.397
CEA	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 36.000	R\$179.280	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 0,84% a.a./ CDI + 1,38% a.a.	11.360	37.863
CEA	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 24.240	R\$120.720	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 0,84% a.a./ CDI + 1,38% a.a.	7.649	25.496
CEA	ABC	20/12/2024	15/12/2036	-	R\$250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,9091% a.a./ CDI + 0,51% a.a.	(7.310)	(4.371)
CEA	BNP	11/07/2025	11/07/2027	-	R\$600.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Anual	EUR + 3,61% a.a./ CDI + 0,9245% a.a.	(40.443)	-
CEA	Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	R\$150.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,020% a.a.	(5.403)	-
CEA	Bradesco	02/07/2025	15/08/2043	-	R\$217.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,70% a.a./ CDI + 0,5850% a.a.	(6.820)	-
CEA	Citibank	25/08/2025	24/08/2028	US\$ 47.421	R\$260.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 1,10% a.a./ CDI + 0,99% a.a.	(10.059)	-
Equatorial Alagoas	Santander	26/10/2022	05/10/2026	US\$ 52.318	R\$276.500	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Trimestral	US\$ + 6,45% a.a./ CDI + 1,62% a.a.	5.891	40.490
Equatorial Alagoas	1ª Debêntures	28/10/2022	15/10/2034	-	R\$100.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,3618% a.a./ CDI + 0,74% a.a.	(12.145)	(1.624)
Equatorial Alagoas	Bank of America	06/09/2023	05/09/2025	US\$ 40.486	R\$200.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Anual	USD + 6,9529% a.a./ CDI + 1,50% a.a.	-	47.509
Equatorial Alagoas	Citibank	07/11/2023	06/05/2025	US\$ 50.000	R\$244.750	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 0,77% a.a./ CDI + 1,29% a.a.	-	62.493
Equatorial Alagoas	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	US\$ 17.452	R\$100.000	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(6.092)	3.917
Equatorial Alagoas	Scotiabank	29/11/2024	29/11/2027	US\$ 90.000	R\$522.900	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	USD + 6,7670% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(32.631)	17.511

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (R\$)	Amortização	Tipo de hedge	Juros	Indexadores	2025	2024
Equatorial Alagoas	Scotiabank	08/08/2025	08/08/2028	R\$23.214	R\$130.000	Semestral	Valor Justo	Bullet	USD + 4,8680% a.a./ CDI +1,00% a.a.	(9.975)	-
Equatorial Alagoas	BTG	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$250.000	Semestral	Fluxo de Caixa	Anual	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,19% a.a.	(7.443)	-
Equatorial Alagoas	Itaú	28/03/2025	15/08/2043	-	R\$260.000	Mensal	Fluxo de Caixa	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,21% a.a.	(320)	-
Equatorial Alagoas	XP	30/10/2025	15/08/2043	-	R\$84.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,18% a.a.	637	-
									EUR + EURIBOR + 1,50% a.a./CDI + 0,80% a.a.	(3.608)	-
Equatorial Alagoas	BBVA	30/12/2025	30/12/2030	R\$25.590	R\$167.028	Semestral	Valor Justo	Bullet		(3.899)	-
Equatorial Alagoas	Bank of America	30/12/2025	30/12/2030	R\$30.000	R\$167.217	Semestral	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + Sofr + 1,80% a.a./ CDI + 0,82% a.a.	(3.899)	-
Equatorial Alagoas	BNP Paribas	29/05/2025	15/09/2032	US\$ 100.000	R\$569.360	Semestral	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + Sofr + 2,10% a.a./CDI + 1,19% a.a.	(41.122)	-
Echoenergia	Safra	26/08/2024	22/10/2024	US\$ 27.143	R\$150.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + 7,62% / CDI + 1,75% a.a.	-	6.326
Echoenergia	Santander	27/09/2024	22/10/2024	US\$ 27.534	R\$150.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + 7,00% / CDI + 1,41% a.a.	-	7.799
Echoenergia Participacoes	Safra	23/09/2025	23/09/2027	US\$ 18.802	R\$100.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + 5,60% / CDI + 0,90% a.a.	478	-
Equatorial Serviços	Bocom	17/06/2024	17/06/2027	US\$ 14.799	R\$80.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + Sofr + 2,76% a.a./ CDI +1,48% a.a.	698	10.850
Equatorial Goiás	XP	13/06/2024	15/05/2036	-	R\$950.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,4895% a.a./ CDI + 0,30% a.a.	(95.869)	(97.179)
Equatorial Goiás	Bank of America	22/07/2024	22/07/2027	US\$ 70.000	R\$383.600	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 6,0824% a.a./ CDI +1,20% a.a.	(13.639)	34.102
Equatorial Goiás	BTG	08/10/2024	15/09/2036	-	R\$800.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,27% a.a.	(58.034)	(69.483)
Equatorial Goiás	Bradesco	29/04/2025	15/08/204	-	R\$300.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI +0,36% a.a.	(7.403)	-
Equatorial Goiás	Scotiabank	18/08/2025	18/08/2028	US\$ 35.000	R\$188.825	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 4,6370% a.a./ CDI +,00% a.a.	(8.131)	-
Equatorial Goiás	Itaú	26/08/2025	15/08/2043	-	R\$610.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,29% a.a.	(3.516)	-
Equatorial Goiás	Itaú	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$750.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,07% a.a.	17.452	-
Equatorial Goiás	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$750.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,063% a.a.	17.435	-
Subtotal (Controladas)										(611.124)	619.376
Subtotal (Companhia - nota explicativa nº 33.4.1)										2.190	81.909
Total (Companhia e controladas)										(608.934)	701.285
Ativo circulante										19.470	368.191
Ativo não circulante										6.747	489.859
Passivo circulante										(14.283)	(865)
Passivo não circulante										(620.868)	(155.900)
Efeito líquido total										(608.934)	701.285

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	2025		2024		2025	2024	
			Valor nominal	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Alterações no valor de instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA (a)	
Equatorial Maranhão	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	1.683.143	-	(95.721)	120.044	(24.154)	61.448	(49.476)
Equatorial Pará	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	3.075.000	-	(116.420)	110.126	(51)	51.069	(37.706)
Equatorial Piauí	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.753.630	-	(87.902)	112.770	-	46.768	(36.815)
CEEE-D	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.467.560	11.513	-	144.656	-	87.002	(89.138)
Telecom	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	20.000	-	(918)	1.183	-	312	(347)
CEA	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.027.000	8.244	(68.684)	92.091	-	11.902	5.609
Equatorial Alagoas	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	2.437.005	3.094	(113.801)	170.296	-	10.510	(38.214)
Echoenergia Crescimento	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	14.125	-	(2.354)	4.835
Echoenergia Crescimento	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	14.600
Echoenergia Crescimento	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	705
Echoenergia Participações	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	100.000	478	-	-	-	(5.011)	-
Equatorial Transmissão	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(786)
Equatorial Serviços	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	80.000	698	-	10.850	-	566	(678)
Equatorial Goiás	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	4.732.425	-	(151.705)	-	(132.560)	165.929	(174.076)
Total			19.375.763	24.027	(635.151)	776.141	(156.765)	428.141	(401.487)

(a) Além do saldo de R\$ 428.141 deve ser considerado o valor negativo de R\$ 25.929, correspondente ao reflexo de *Swap* da coligada SABESP

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

33.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Os riscos são apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber das controladas distribuidoras) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado no montante de R\$ 608.598 e R\$ 2.659.827, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 7.797 e R\$ 3.306.364 em 31 de dezembro de 2024). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* acima AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber - segmento de distribuição

As contas a receber das controladas distribuidoras da Companhia compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

As controladas distribuidoras da Companhia estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência e, conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. As políticas de cobrança estabelecidas nas controladas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1000/2021 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As controladas distribuidoras da Companhia registraram uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de esperadas referentes ao contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 6.2 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.17.2.1 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (segmento de distribuição e saneamento)

Faixa (em dias)	Saldo contábil	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
	bruto Parcelamentos			bruto Faturados		
A Vencer	1.761.046	3,15% a 33,12%	373.730	2.713.657	1,79 % a 25,20%	73.638
Vencido 1 a 30	63.247	16,12% a 42,63%	20.141	1.201.056	3,18% a 36,16%	71.874
Vencido 31 a 60	38.842	27,35% a 51,98%	16.665	344.887	14,52% a 38,03%	61.407
Vencido 61 a 90	34.954	33,50% a 56,15%	17.768	195.490	24,49% a 46,66%	59.401
Vencido 91 a 180	93.086	37,83% a 64,56%	52.411	370.444	30,2% a 52,15%	144.911
Vencido 181 a 360	167.135	43,47% a 76,1%	104.130	573.236	36,16% a 55,26%	266.522
Acima de 360	1.161.233	49,70% a 100%	942.208	2.843.019	38,97% a 100%	1.866.482
Total	3.319.543		1.527.053	8.241.789		2.544.235

Aging de parcelamentos saldos a vencer (segmento de distribuição)

	2025				Total
	2026	2027	2028	Após 2028	
Residencial	318.951	211.385	87.606	25.781	643.723
Industrial	53.608	7.068	3.327	3.560	67.563
Comercial	66.544	45.759	27.511	143.889	283.703
Rural	33.444	18.156	8.690	21.285	81.575
Poder público	79.470	72.981	57.738	160.390	370.579
Iluminação pública	48.669	38.329	27.437	59.997	174.432
Serviço público	76.746	20.399	14.019	28.307	139.471
Total a vencer	677.432	414.077	226.328	443.209	1.761.046

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias (segmento de distribuição)

	2025					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	
Residencial	147.263	184.412	181.762	230.719	156.918	901.074
Industrial	3.820	4.364	8.939	6.442	4.228	27.793
Comercial	25.268	30.245	31.554	44.824	31.192	163.083
Rural	9.674	10.095	9.200	11.859	8.646	49.474
Poder público	7.453	11.646	8.855	7.556	4.773	40.283
Iluminação pública	1.024	2.027	580	1.119	666	5.416
Serviço público	40.957	3.414	1.253	1.758	1.178	48.560
Total a vencer	235.459	246.203	242.143	304.277	207.601	1.235.683

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

PECLD Outros (segmento de distribuição)

Faixa (em dias)	Total	%Taxa média ponderada da perda	Saldo PECD outros total
A Vencer	135.499	1,79 % a 25,20%	3.998
Vencido 1 a 30	41.032	3,18% a 36,16%	2.437
Vencido 31 a 60	14.761	14,52% a 38,03%	2.634
Vencido 61 a 90	6.806	24,49% a 46,66%	2.015
Vencido 91 a 180	16.727	30,2% a 52,15%	6.460
Vencido 181 a 360	19.506	36,16% a 55,26%	9.239
Acima de 360	202.130	38,97% a 100%	150.020
Total	436.461		176.803

PECLD não faturados (segmento de distribuição)

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A Vencer	1.546.475	-2,60%	(40.161)
Total	1.546.475	-2,60%	(40.161)

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia, bem como das suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(iv) Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e de controladas em cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com mais detalhes sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas explicativas nº 18 - Empréstimos e financiamentos, nº 19 - Debêntures e nº 22 - Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial.

A Companhia e suas controladas têm obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e de suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia, bem como às suas controladas, estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 2,3 em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.562.524	2.143.954	-	220.671	182.954	1.740.329
Subtotal - Debêntures	1.562.524	2.143.954	-	220.671	182.954	1.740.329
Fornecedores	4.138	4.138	4.138	-	-	-
Total	1.566.662	2.148.092	4.138	220.671	182.954	1.740.329

Consolidado

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários SEM garantia	5.985.124	8.700.120	1.202.922	1.986.982	2.786.982	1.624.366	1.098.868
Empréstimos bancários COM garantia	14.993.379	23.122.785	661.671	2.044.759	2.567.190	6.531.363	11.317.802
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	20.978.503	31.822.905	1.864.593	4.031.741	5.354.172	8.155.729	12.416.670
Títulos de dívida emitidos sem garantia	22.601.523	40.353.293	237.098	2.252.409	2.362.722	19.913.893	15.587.171
Títulos de dívida emitidos COM garantia	10.891.737	19.709.581	77.515	1.014.250	1.606.444	7.933.726	9.077.646
Subtotal - Debêntures	33.493.260	60.062.874	314.613	3.266.659	3.969.166	27.847.619	24.664.817
Títulos de dívida emitidos sem garantia	994.647	1.636.396	100	54.782	109.601	496.595	975.318
Títulos de dívida emitidos COM garantia	37.298	40.036	2.501	26.303	11.232	-	-
Subtotal - Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	1.031.945	1.676.432	2.601	81.085	120.833	496.595	975.318
Passivo de arrendamento financeiro	100.132	100.132	2.163	11.227	12.989	16.000	57.753
Fornecedores	4.978.285	4.978.285	1.766.388	3.101.204	94.644	-	16.049
Fornecedores - risco sacado	458.432	458.432	415.298	43.134	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	5.436.717	5.436.717	2.181.686	3.144.338	94.644	-	16.049
Total	61.040.557	99.099.060	4.365.656	10.535.050	9.551.804	36.515.943	38.130.607

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que, normalmente, não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 - Empréstimos e financiamentos e nº 19 - Debêntures, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia e suas controladas buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(d) Risco de preço na venda de energia elétrica

As controladas do segmento de renováveis da Companhia vendem energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. Parcela substancial da energia vendida está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição das controladas do segmento de renováveis da Companhia à variação de preços.

(e) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição ao câmbio da controlada Equatorial Maranhão era 16,9% (22,5% em 31 de dezembro de 2024), da Equatorial Pará era 3% (17,7% em 31 de dezembro de 2024), da Equatorial Piauí era 23,5% (35% em 31 de dezembro de 2024), da Equatorial Alagoas era 59,5% (57,9% em 31 de dezembro de 2024), da CEEE-D era 11,6% (18,4% em 31 de dezembro de 2024), da CEA era 24,7% (31,5% em 31 de dezembro de 2024), e da Equatorial Telecomunicações era 100% (100% em 31 de dezembro de 2024) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira).

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As controladas possuem dívidas em moeda estrangeira com swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 33.2 - Instrumentos financeiros derivativos.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Consolidado					
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial					
			Impacto no resultado					
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Passivos financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(6.246.434)	(6.757.506)	(8.446.883)	(10.136.259)	(5.068.130)	(3.378.753)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	EUR	(167.871)	(184.478)	(230.598)	(276.717)	(138.359)	(92.239)	
Impacto no resultado do exercício				(1.735.496)	(3.470.992)	1.735.496	3.470.992	
Swap - Ponta Ativa	US\$	6.300.584	6.816.087	8.520.108	10.224.130	5.112.065	3.408.043	
Swap - Ponta Ativa	EUR	168.583	182.376	27.970	273.564	136.782	91.188	
Impacto em outros resultados abrangentes			(25.968)	(77.069)	(154.138)	77.069	154.138	
Impacto no resultado do exercício			527.678	1.735.497	3.470.993	(1.735.497)	(3.470.993)	
Impacto líquido no resultado do exercício			-	-	-	-	-	
Referência para passivos financeiros			Taxa projetada	Taxa em 31/12/2025	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)			5,95	5,50	7,44	8,93	4,46	2,98
Euro EUR/R\$ (12 meses)			7,11	6,47	8,89	10,67	5,33	3,56

(f) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia e de suas controladas.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foi demonstrada em cinco cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.541.015	1.753.983	1.807.225	1.860.467	1.700.741	1.647.499
Impacto no resultado do exercício				53.242	106.484	(53.242)	(106.484)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.566.646)	(1.783.156)	(1.837.284)	(1.891.411)	(1.729.028)	(1.674.901)
Total de passivos financeiros							
Impacto no resultado do exercício				(54.128)	(108.255)	54.128	108.255
Impacto líquido no resultado do exercício total				(54.128)	(108.255)	54.128	108.255
		Consolidado					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	10.897.491	12.403.524	12.780.032	13.156.541	12.027.016	11.650.507
Impacto no resultado do exercício				376.508	753.017	(376.508)	(753.017)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(31.431.814)	(35.775.691)	(36.861.660)	(37.947.629)	(34.689.722)	(33.603.752)
	TJLP	(852.464)	(929.186)	(948.366)	(967.547)	(910.005)	(890.825)
	IGP-M	(416.438)	(433.970)	(438.353)	(442.736)	(429.587)	(425.204)
	IPCA	(20.338.791)	(21.093.360)	(21.282.002)	(21.470.645)	(20.904.718)	(20.716.076)
Total de passivos financeiros							
Impacto no resultado do exercício				(1.298.175)	(2.596.350)	1.298.175	2.596.350
Swap - Ponta Passiva							
	CDI	6.618.565	7.533.250	7.761.922	7.990.593	7.304.579	7.075.907
Impacto em outros resultados abrangentes				4.326	8.653	(4.326)	(8.653)
Impacto no resultado do exercício (swap)				1.932.693	3.865.386	(1.932.693)	(3.865.386)
Impacto líquido no resultado do exercício total				(1.073.829)	(2.147.659)	1.073.829	2.147.659
Referência para ativos e passivos financeiros							
		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2025	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		13,82%	14,32%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%
SELIC (% 12 meses)		13,82%	14,32%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%
TJLP (% 12 meses)		9,00%	8,67%	11,25%	13,50%	6,75%	4,50%
IGP-M (% 12 meses)		4,21%	-1,05%	5,26%	6,32%	3,16%	2,11%
IPCA (%12 meses)		3,71%	4,46%	4,64%	5,57%	2,78%	1,86%

Fonte: B3 e Santander

(g) Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 19 - Empréstimos e financiamentos e nº 19 - Debêntures.

Em consideração aos contratos sujeitos à recuperação judicial da controlada Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

(h) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) - Comercialização

O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um exercício prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade.

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro de 2022 houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o exercício tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2021. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses.

(i) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento- Tarifas

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia e de suas controladas, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia, bem como suas controladas, justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(j) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e de suas controladas transmissoras e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as controladas transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso as controladas transmissoras expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Risco regulatório: caso as controladas transmissoras da Companhia não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

(k) Risco ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

33.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia e suas controladas entendem que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures e o financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia repassados pelo Banco do Brasil.

34 Demonstrações dos fluxos de Caixa

34.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Controladora	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Dividendos a receber	2.238.835
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos	268.696
Total	2.507.531
Consolidado	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	2.623.641
Transferências entre ativo contratual e intangível	5.165.013
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores	239.070
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento	605.578
Total atividades de investimentos	8.633.302
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos, juros e mútuos	180.702
<i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa	428.143
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	9.314
Constituição de dividendos mínimos	268.696
Total atividades de financiamento	886.855
Total	9.520.157

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

34.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Controladora				2025
	2024	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	
Empréstimos e financiamentos	3.295.425	(3.157.213)	(459.600)	321.388	-
Debêntures	285.891	1.195.161	(154.814)	236.286	1.562.524
Dividendos a pagar	961.636	(2.645.506)	-	1.826.607	142.737
Ações em tesouraria	(58.348)	7.492	-	(72.856)	(123.712)
Capital social	12.466.882	202.399	-	9.500.000	22.169.281
Total	16.951.486	(4.397.667)	(614.414)	11.811.425	23.750.830

	Consolidado					2025	
	2024	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo		Outros (**)
Empréstimos e financiamentos	26.904.571	(1.796.311)	(1.766.399)	-	-	(2.363.358)	20.978.503
Debêntures	28.922.507	5.252.047	(2.953.486)	-	-	2.272.192	33.493.260
Instrumentos financeiros derivativos	156.765	-	(314.355)	-	(402.212)	1.194.953	635.151
Compromissos futuros	158.716	-	-	-	-	(12.565)	146.151
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	998.486	(26.321)	(12.984)	-	-	72.764	1.031.945
Passivo de arrendamento	103.855	(21.794)	(5.172)	9.314	-	13.929	100.132
Dividendos a pagar	1.509.104	(5.372.847)	-	-	-	4.200.629	336.887
Capital social	12.466.882	202.399	-	-	-	9.500.000	22.169.281
Ações em tesouraria	(58.348)	7.492	-	-	-	(72.856)	(123.712)
Total	71.162.538	(1.755.335)	(5.052.396)	9.314	(402.212)	14.805.688	78.767.598

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

35 Operações descontinuadas

Em 04 de abril de 2025, a Companhia aprovou o plano de desinvestimento no Grupo Transmissão, anunciando para o mercado o evento por meio de fato relevante. Em 31 de outubro de 2025, a transação foi concluída após o atendimento de condições precedentes e a Companhia passou a apresentar o resultado do segmento de transmissão como operações descontinuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Os resultados das operações descontinuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025				Total
	SPEs de 1 a 6 e SPE 8	Equatorial Subholding	Equatorial Transmissão	Eliminações	
Operações descontinuadas					
Receita operacional líquida	1.105.522	-	-	-	1.105.522
Custos dos serviços prestados	(70.824)	-	-	-	(70.824)
Lucro bruto	1.034.698	-	-	-	1.034.698
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	(10.658)	-	(218.502)	28.322	(200.838)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	547.030	(547.030)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.509)	-	261	-	(2.248)
Total de receitas (despesas) operacionais	(13.167)	-	328.789	(518.708)	(203.086)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social					
	1.021.531	-	328.789	(518.708)	831.612
Receitas financeiras	122.074	-	82.383	-	204.457
Despesas financeiras	(313.201)	-	(80.696)	-	(393.897)
Resultado financeiro	(191.127)	-	1.687	-	(189.440)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social					
	830.404	-	330.476	(518.708)	642.172
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(45.748)	-	-	-	(45.748)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(116.103)	-	-	(9.629)	(125.732)
Impostos sobre o lucro	(161.851)	-	-	(9.629)	(171.480)
Lucro líquido do exercício	668.553	-	330.476	(528.337)	470.692

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024 (Reapresentado)				Total
	SPEs de 1 a 6 e SPE 8	Equatorial Subholding	Equatorial Transmissão	Eliminações	
Operações descontinuadas					
Receita operacional líquida	1.605.922	-	-	-	1.605.922
Custos dos serviços prestados	(86.726)	-	-	-	(86.726)
Lucro bruto	1.519.196	-	-	-	1.519.196
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	(14.281)	-	(315.431)	37.763	(291.949)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	862.753	(862.753)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(878)	-	251.085	-	250.207
Total de receitas (despesas) operacionais	(15.159)	-	798.407	(824.990)	(41.742)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social					
	1.504.037	-	798.407	(824.990)	1.477.454
Receitas financeiras	120.066	-	92.370	(33.254)	179.182
Despesas financeiras	(420.765)	-	(116.765)	33.254	(504.276)
Resultado financeiro	(300.699)	-	(24.395)	-	(325.094)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social					
	1.203.338	-	774.012	(824.990)	1.152.360
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(43.355)	-	-	-	(43.355)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(229.114)	-	-	(12.215)	(241.329)
Impostos sobre o lucro	(272.469)	-	-	(12.215)	(284.684)
Lucro líquido do exercício	930.869	-	774.012	(837.205)	867.676

Conforme previsto no CPC 31/IFRS 5 - CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, as demonstrações do resultado referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram ajustadas e reapresentadas para fins de comparabilidade, de modo a refletir o segmento operacional do Grupo Transmissão como operações descontinuadas.

	2024	Reclassificação	2024 (reapresentado)
Operações em continuidade			
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	43.737.626	23.127	43.760.753
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	1.629.049	(1.629.049)	-
Receita operacional líquida	45.366.675	(1.605.922)	43.760.753
Energia elétrica comprada para revenda	(19.563.903)	-	(19.563.903)
Custo de construção	(8.538.882)	5.415	(8.533.467)
Custo da operação	(4.206.928)	81.311	(4.125.617)
Custos de energia elétrica, construção e operação	(32.309.713)	86.726	(32.222.987)
Lucro bruto	13.056.962	(1.519.196)	11.537.766
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(1.258.105)	-	(1.258.105)
Despesas gerais e administrativas	(2.174.553)	291.949	(1.882.604)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(630.522)	-	(630.522)
Resultado da equivalência patrimonial	264.761	-	264.761
Outras despesas operacionais, líquidas	(622.080)	(250.207)	(872.287)
Total de receitas (despesas) operacionais	(4.420.499)	41.742	(4.378.757)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social			
	8.636.463	(1.477.454)	7.159.009
Receitas financeiras	4.401.355	(179.182)	4.222.173
Despesas financeiras	(9.142.153)	504.276	(8.637.877)
Resultado financeiro	(4.740.798)	325.094	(4.415.704)

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.895.665	(1.152.360)	2.743.305
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(208.333)	43.355	(164.978)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	80.473	241.329	321.802
Impostos sobre o lucro	(127.860)	284.684	156.824
Lucro das operações em continuidade	3.767.805	(867.676)	2.900.129
Operações descontinuadas			
Resultado das operações descontinuadas	-	867.676	867.676
Lucro líquido do exercício	3.767.805	-	3.767.805
Resultado atribuível aos:			
Acionistas da controladora	2.811.675	-	2.811.675
Acionistas não controladores	956.130	-	956.130
Lucro líquido do exercício	3.767.805	-	3.767.805

Nas demonstrações do resultado da controladora, o resultado de equivalência patrimonial do Grupo Transmissão, que totalizou R\$ 470.692 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 867.676 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024), foi reclassificado e passa a ser apresentado como resultado de operações descontinuadas.

As demonstrações dos fluxos de caixa das operações descontinuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
	Grupo Transmissão	
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(1.157.423)	834.964
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	187.190	(125.971)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	85.453	(613.273)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.034.711	938.991
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	149.931	1.034.711
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(884.780)	95.720

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

36 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Desta forma, os segmentos econômicos em que atua são: Distribuição, Geração, Serviçosⁱ, Saneamento e Administraçãoⁱⁱ, cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

	2025						Total
	Distribuição	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		
					Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	47.840.268	1.501.453	2.842.168	206.367	-	(316.452)	52.073.804
Custos e despesas operacionais	(37.289.328)	(1.614.416)	(2.717.836)	(512.369)	(595.911)	288.130	(42.441.730)
Depreciação/amortização	(2.415.076)	(305.412)	(28.244)	(5.271)	(793)	-	(2.754.796)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	8.135.864	(418.375)	96.088	(311.273)	(596.704)	(28.322)	6.877.278
Receita financeira	4.481.071	156.785	27.489	6.345	192.713	(87.533)	4.776.870
Despesa financeira	(9.079.193)	(620.568)	(33.280)	(181.132)	(632.138)	87.533	(10.458.778)
Resultado financeiro	(4.598.122)	(463.783)	(5.791)	(174.787)	(439.425)	-	(5.681.908)
Resultado de participações societárias	-	24.817	(12.109)	-	4.245.220	(2.998.294)	1.259.634
Imposto de renda e contribuição social	(294.686)	(94.076)	(59.179)	-	26.176	-	(421.765)
Lucro líquido do exercício	3.243.056	(951.417)	19.009	(486.060)	3.235.267	(3.026.616)	2.033.239
	2024 (Reapresentado)						Total
	Distribuição	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		
					Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	41.643.354	1.204.621	954.736	246.590	-	(288.548)	43.760.753
Custos e despesas operacionais	(32.747.982)	(550.418)	(945.924)	(279.921)	(409.557)	251.646	(34.682.156)
Depreciação/amortização	(1.901.174)	(266.918)	(14.091)	(2.473)	307	-	(2.184.349)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	6.994.198	387.285	(5.279)	(35.804)	(409.250)	(36.902)	6.894.248
Receita financeira	3.789.133	98.631	64.343	9.512	500.904	(240.350)	4.222.173
Despesa financeira	(7.279.893)	(510.889)	(90.139)	(175.629)	(821.677)	240.350	(8.637.877)
Resultado financeiro	(3.490.760)	(412.258)	(25.796)	(166.117)	(320.773)	-	(4.415.704)
Resultado de participações societárias	-	-	(55.095)	-	5.300.308	(4.980.452)	264.761
Imposto de renda e contribuição social	121.762	(19.076)	(7.740)	-	49.663	12.215	156.824
Lucro líquido do exercício	3.625.200	(44.049)	(93.910)	(201.921)	4.619.948	(5.005.139)	2.900.129

Equatorial S.A. e Consolidado



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025							Total
	Distribuição	Geração	Serviços ⁱ e Comercialização	Saneamento	Conciliação			
					Administração ⁱⁱ	Eliminações		
Ativos operacionais	87.271.320	13.030.328	1.400.878	1.038.059	40.341.531	(33.478.173)	109.603.944	
Passivos operacionais	71.464.546	6.641.308	692.028	1.400.530	2.722.073	(1.644.489)	81.275.997	

	2024							Total
	Distribuição	Transmissão	Geração	Serviços ⁱ e Comercialização	Saneamento	Conciliação		
						Administração ⁱⁱ	Eliminações	
Ativos operacionais	80.886.233	10.599.606	14.093.660	988.564	1.243.226	55.617.228	(47.016.425)	116.412.092
Passivos operacionais	66.054.982	6.617.459	6.585.649	549.684	1.667.205	7.290.748	(2.241.221)	86.524.506

ⁱ"Serviços" diz respeito às atividades de serviços fornecidos pela Equatorial Serviços S.A., Equatorial Telecomunicações S.A., Equatorial Renováveis S.A., E-Nova Geração Distribuída S.A., Equatorial Geração Distribuída SPE S.A. e Equatorial Engenharia e Construções S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 11.2 - Informações das controladas; e

ⁱⁱ"Administração" refere-se aos serviços de Administração Central decorrentes da operação de *holding*, bem como compartilhamento de pessoal e infraestrutura, fornecidas pelas empresas Equatorial Energia Distribuição S.A., Equatorial Participações e Investimentos S.A., Equatorial Participações e Investimentos II S.A., Equatorial Participações e Investimentos III S.A. e Equatorial S.A. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 11.2 - Informações das controladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

36.1 Receita operacional por segmento

	2025					Total
	Distribuição	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações	
Suprimento de energia elétrica	1.051.853	-	-	-	-	1.051.853
Fornecimento de energia elétrica	47.839.606	-	2.705.119	-	-	50.544.725
Receita de construção	10.601.331	-	-	105.029	-	10.706.360
Receita pela disponibilidade - uso da rede	3.582.062	-	-	-	(20.061)	3.562.001
Receita com venda de energia	-	1.573.050	-	-	-	1.573.050
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	107.984	-	107.984
Outras receitas	2.168.839	17.209	480.424	6.603	(269.501)	2.403.574
Total da receita bruta	65.243.691	1.590.259	3.185.543	219.616	(289.562)	69.949.547

	2024 (Reapresentado)					Total
	Distribuição	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações	
Suprimento de energia elétrica	653.662	-	-	-	-	653.662
Fornecimento de energia elétrica	42.913.060	-	733.937	-	-	43.646.997
Receita de construção	8.377.887	-	-	155.580	-	8.533.467
Receita pela disponibilidade - uso da rede	2.928.911	-	-	-	(23.793)	2.905.118
Receita com venda de energia	-	1.239.423	-	-	-	1.239.423
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	95.871	-	95.871
Outras receitas	2.544.830	18.845	344.890	6.646	(240.784)	2.674.427
Total da receita bruta	57.418.350	1.258.268	1.078.827	258.097	(264.577)	59.748.965

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Receita operacional distribuição

A Companhia optou evidenciar as informações por segmentos econômicos por Unidade Federativa em que atua no setor de distribuição* de energia:

	2025							
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Goiás	Amapá	Total
Receita operacional líquida	6.976.919	12.223.744	4.414.531	3.461.962	6.237.147	12.711.891	1.814.074	47.840.268
	2024							
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Goiás	Amapá	Total
Receita operacional líquida	6.212.072	10.861.897	3.679.591	3.109.736	5.339.988	10.855.406	1.584.664	41.643.354

* As controladas distribuidoras possuem sedes operacional e administrativa nas respectivas Unidades Federativas em que atuam.

37 Compromissos futuros

37.1 Compromissos futuros de energia

A controlada direta, Echoenergia Crescimento e a controlada indireta Equatorial Renováveis, operam no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmaram contratos de compra e venda de energia bilateralmente com suas contrapartes. Estas transações resultaram em ganhos e perdas para o Grupo, que foram reconhecidas pelos seus valores justos no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, os contratos de venda e compra de energia futura (*trading*) totalizam os montantes, respectivamente, de R\$ 243.233 e R\$ 146.150, em recebíveis e obrigações.

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladas				
Echoenergia Crescimento	7.662	6.735	8.260	5.981
Equatorial Renováveis	235.571	139.416	147.730	152.735
Total	243.233	146.151	155.990	158.716
Circulante	171.622	117.971	141.530	129.082
Não circulante	71.611	28.180	14.460	29.634

37.2 Contratos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2029*
Energia contratada	2026 a 2046	15.823.902	15.565.225	16.327.492	196.451.979
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2046	59.003.959	59.095.082	59.874.837	604.512.684

(*) estimado em 09 anos após 2029.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2029*
Sistema isolado	2026 a 2027	736.608	580.125	205.242	864.939
Sistema isolado (MhW)	2026 a 2027	314.155	227.802	102.814	440.896
Encargos de uso do sistema de transmissão (CUST/CCT) e distribuição (CUSD)	2026 a 2046	119.931	124.575	129.236	268.157
Contratos de operação e manutenção	2026 a 2046	125.435	140.575	149.118	922.376

(*) estimado em 11 anos após 2029.

38 Eventos subsequentes

Equatorial Distribuição

Aumento de capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de janeiro de 2026, a Companhia aprovou aumento de seu capital social no montante de R\$ 434.000, mediante a emissão de novas ações ordinárias, integralmente subscritas pela controladora Equatorial S.A., elevando o capital social de R\$ 5.493.218 para R\$ 5.927.218, com a correspondente alteração do Estatuto Social.

Declaração de dividendos

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de janeiro de 2026, foram declarados e pagos dividendos privilegiados à conta de reservas de lucros, com base em balanço de 30 de setembro de 2025, no montante total de R\$ 434.000, destinados aos titulares de ações preferenciais Classes A e B.

Equatorial S.A.

Conclusão do exercício da opção de compra das ações preferenciais classe A e B da Companhia Equatorial Distribuição S.A. do acionista Itaú Unibanco S.A. pela Equatorial S.A.

Em 05 de janeiro de 2026, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a conversão de 233.174.756 (duzentas e trinta e três milhões, cento e setenta e quatro mil, setecentas e cinquenta e seis) ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo 87.644.582 (oitenta e sete milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e duas) ações preferenciais classe A e 145.530.174 (cento e quarenta e cinco milhões, quinhentas e trinta mil, cento e setenta e quatro) ações preferenciais classe B, todas elas nominativas e sem valor nominal, em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária.

O capital social da Equatorial Distribuição passará a ser, portanto, de R\$ R\$ 5.927.218, dividido em 5.052.680.389 (cinco bilhões, cinquenta e duas milhões, seiscentas e oitenta mil, trezentas e oitenta e nove) ações ordinárias e 236.406.620 (duzentos e trinta e seis milhões, quatrocentas e seis mil e seiscentas e vinte) ações preferenciais.

De acordo com o Acordo de Acionistas, as Ações Preferenciais terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, em cada exercício social, aos seus acionistas, considerando a partir do exercício de 2026:

- 10% (dez por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

- b) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027; e
- c) 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 em diante.

Equatorial Pará

Liberação de recurso da 11ª (Décima Primeira) Emissão de Debêntures

Em 13 de fevereiro de 2026, foi realizada a liberação dos recursos referentes à 11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em série única, no montante total de R\$ 800.000. A emissão possui prazo de 12 anos, com juros semestrais e amortização anual a partir do 9º ano, sendo remunerada à taxa de IPCA + 6,57% a.a., com operação de swap para CDI – 0,7875% a.a.

Aumento de capital

Em 25 de março de 2026 conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 145, mediante a capitalização parcial do saldo da Reserva Legal, sem emissão de novas ações, nos termos do §1º do artigo 169 da Lei das S.A.

Equatorial Piauí

Liberação de recurso da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures

No dia 13 de fevereiro de 2026, ocorreram as liberações de recursos da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$ 600.000. A emissão possui prazo de 12 anos, juros semestrais e amortização anual no 9º ano, 10º ano, 11º ano e 12º ano, sendo remunerada à taxa de IPCA + 6,57% a.a., com operação de swap para CDI – 0,7875% a.a.

Aumento de capital social

Em 25 de março de 2026, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 206.336, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R\$ 20.554, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 107.607 e da Reserva Estatutária no valor de R\$ 78.175, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

Equatorial Goiás

Liberação de recurso da 12ª (Décima Segunda) Emissão de Debêntures

No dia 13 de fevereiro de 2026, ocorreram as liberações de recursos da 12ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$ 1.600.000. A emissão possui prazo de 12 anos, juros semestrais e amortização anual no 9º ano, 10º ano, 11º ano e 12º ano, sendo remunerada à taxa de IPCA + 6,57% a.a., com operação de swap para CDI -0,7875% a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Alagoas

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2026, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 142, decorrentes do resultado do exercício.

Aumento de capital social

Em 25 de março de 2026, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a proposta para o aumento de capital no valor de R\$ 641.780, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R\$ 36.000, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

Conselho de Administração

Eduardo Parente Menezes
(Presidente)

Guilherme Mexias Aché
(Vice-Presidente)

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Tania Sztamfater Chocolat

Tiago de Almeida Noel

Tinn Freire Amado

Dennis Herszkowicz

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Paulo Roberto Franceschi

Adilson Celestino de Lima

Ricardo Bertucci

Comitê de Auditoria Estatutário

Tiago de Almeida Noel
(Coordenador)

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Diretor-Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Relações com Investidores

Humberto Luís Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Silva Sobral Neto
(Diretor)

Fernanda Verzenhassi Sacchi
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Marcos Antônio Souza de Almeida
(Diretor)

José Ailton Rodrigues
(Diretor)

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente Corporativo de Gestão Tributária,
Normas e Relatórios Contábeis
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

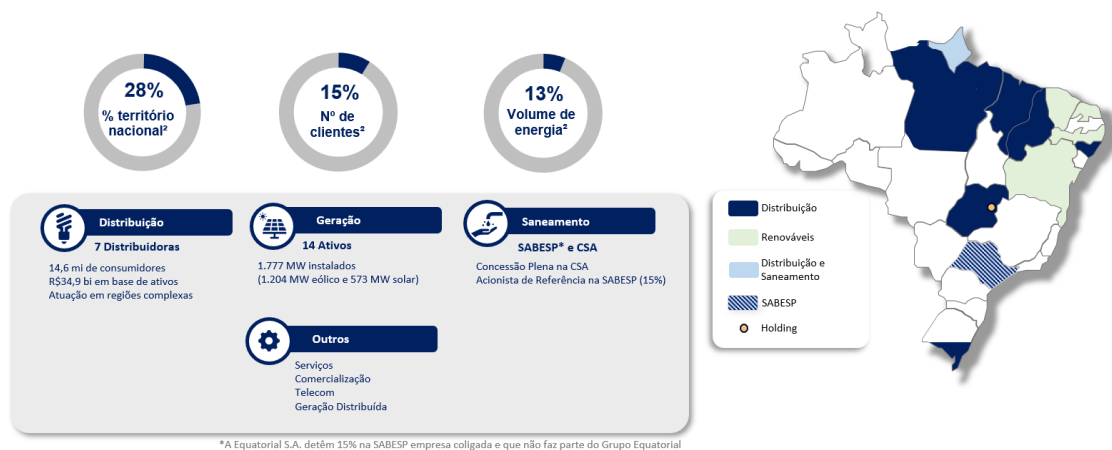
Relatório da Administração 2025

A Administração da EQUATORIAL S.A. (“Equatorial”), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

Em 04 de abril de 2025, a Companhia aprovou o plano de desinvestimento no Grupo Transmissão (Equatorial Transmissão e transmissoras), anunciando para o mercado o evento por meio de fato relevante. Em outubro de 2025, a Companhia concluiu o processo de venda, tendo sido atingidos os pré-requisitos do CPC 31 / IFRS 5 - Operação Descontinuada passou a apresentar o resultado do Grupo Transmissão como operações descontinuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025. E, para efeito de comparabilidade, conforme exigido pelo CPC 31/IFRS 5, as demonstrações do resultado para o exercício em 31 de dezembro de 2024, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas para apresentar o segmento operacional representado pelo Grupo Transmissão como operações descontinuadas.

01. Perfil da Companhia

Visão geral



A Equatorial S.A. é uma *holding* brasileira que tem por objeto a participação social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem, preponderantemente, no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas, e em outros setores.

No segmento de distribuição de energia, a Equatorial opera as distribuidoras dos Estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Amapá, parte do Rio Grande do Sul (CEEE-D – 72 municípios de 497) e Goiás (237 municípios de 246).

No segmento de geração de energia, em 03 de março de 2022, foi concluída a aquisição de 100% das ações da Echoenergia Participações S.A., marcando a entrada do grupo no segmento de Geração Renovável. A Echoenergia possui ativos eólicos na região Nordeste com 1,2 GW de capacidade instalada e ativos solares, com 573 MW de capacidade instalada, totalizando cerca de 1,8 GW de geração renovável no Grupo.

Em 2021, a Equatorial ingressou no segmento de saneamento, vencendo o leilão da concessão de saneamento do Amapá, com 80% da Companhia de Saneamento do Amapá (“CSA”), com o início das operações de forma não assistida em 13 de julho de 2022. Em 2025, a Equatorial aumentou a sua participação acionária na CSA para 92,06%.

Em 2024, a Companhia deu mais um passo importante neste segmento, sagrando-se como Investidor de Referência no processo competitivo para aquisição de 15% das ações da SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

No segmento de prestação de serviços, a Equatorial detém 100% da Equatorial Serviços. Adicionalmente a Equatorial Serviços detém 100% de participação na Equatorial Telecomunicações e na Enova, esta última, uma empresa com foco em oferecer soluções técnicas em eficiência energética e em geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, inclusive por meio da geração distribuída.

2. Destaques de 2025

- ▶ Receita Operacional líquida, sem receita de construção, e Ebitda Societário do Grupo Equatorial atingiram neste ano R\$ 41,367 bilhões (+17,4% vs 2024) e R\$ 11,276 bilhões (-1,0% vs 2024), respectivamente.
- ▶ *Closing* da venda da Equatorial Transmissão: contabilização de ganho de capital de R\$ 2,2 bilhões.
A operação gerou um *equity value* + redução de capital que totalizou R\$ 6,4 bilhões, que juntamente com o caixa, foram direcionados para: (i) pré-pagamento de dívidas na holding e CSA (inclui nota comercial da SABESP), R\$ 2,7 bilhões; (ii) resgate antecipado das classes A e B das ações preferenciais da Equatorial Distribuição, R\$ 2,6 bilhões e (iii) distribuição de JCP, R\$ 1,8 bilhão.
- ▶ Com o *closing* da operação de Transmissão todo o resultado apurado por este segmento até a data da alienação, ou seja, até outubro de 2025 foi classificado para a linha de Operações Descontinuadas.
- ▶ Equivalência Patrimonial da SABESP, R\$ 1,235 bilhão no ano.
- ▶ Contabilização da RTE PI de 2019, efeito de R\$ 212 milhões no EBITDA e R\$ 188 milhões no resultado financeiro.
- ▶ Qualidade da Operação – Atingimento do DEC contratual da CEEE-D e DEC regulatório de Alagoas.
- ▶ Aumento consolidado no Mercado Fio B de 3,1% em 2025, comparado ao ano de 2024.
- ▶ Perdas totais de 18,1%, estando consolidadas abaixo do nível regulatório em 0,8 p.p, com a metodologia atualizada pela CP09.
- ▶ Investimentos consolidados totalizaram cerca de R\$ 10,985 bilhões em 2025 e não considera o segmento de transmissão.
- ▶ Relação Dívida Líquida/EBITDA consolidado na visão *covenants*, encerrou o ano em 2,6x (ex-ganho de capital da venda da Transmissão a relação Dívida Líquida/EBITDA é de 3,0x).
- ▶ Disponibilidade e Aplicações do período atingiram R\$ 11,2 bilhões, 2,5x da dívida de curto prazo.
- ▶ Declaração total de JCP no montante de R\$ 1,987 bilhões (R\$ 1,58/ação), dos quais R\$ 1,819 bilhão já foram pagos (R\$ 1,45/ação), representando um *payout* de 185% (Lucro distribuível de R\$ 1,075 bilhão).
- ▶ Capitalização de reservas de lucros em R\$ 9,5 bilhões¹.
- ▶ R\$ 19,5 bilhões captados em 2025, com alongamento do prazo médio da dívida de 5,4 anos, em 2024, para 6 anos e o *spread* médio, somente das dívidas em CDI, reduziu em 40 bps (CDI + 1,12% a.a para CDI + 0,71% a.a).
- ▶ Aprovação de novo pleito para o benefício SUDAM na Equatorial PA, com prazo aprovado até 2034.
- ▶ Registro de *Impairment* de R\$ 3.547 milhões, sendo: R\$ 3.239 milhões referente à Echoenergia, dos quais R\$ 2.359 milhões são mais valia na holding e R\$ 879 milhões nos ativos Echo Crescimento e Echo Participações e R\$ 309 milhões da CSA.

¹na data da declaração a Companhia possuía 1.258.238.581 ações em circulação

03. Mensagem do Presidente

Em 2025, o Grupo Equatorial consolidou mais um ciclo marcado pela excelência operacional e pela disciplina na alocação de capital – pilares que sustentam nossa trajetória de crescimento e geração consistente de valor. Ao longo do ano, reforçamos nossa atuação como uma plataforma de *multi-utilities*, com presença nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia, além de saneamento. Mesmo diante de um cenário econômico e setorial desafiador, mantivemos foco rigoroso na execução com segurança e na visão de longo prazo, entregando resultados sólidos e fortalecendo os fundamentos do nosso negócio.

A segurança sempre será um valor inegociável para nós. Isso significa que, independentemente do momento, ela estará presente em todas as nossas decisões e comportamentos, permeando toda a empresa. Em 2025, com a intensificação do programa Jornada de Segurança, realizamos mais de 82 mil inspeções de campo (+61% vs 2024) e alcançamos avanços significativos em nossos indicadores de segurança operacional, em que nossa Taxa de Frequência (TF) reduziu 23% no grupo e a Taxa de Gravidade, 58%, com nossas Distribuidoras tendo valores abaixo da média do setor elétrico.

Fazem parte deste compromisso a saúde e bem-estar não só de quem faz a nossa empresa, mas também das comunidades com as quais interagimos. Assim, expandimos o Movimento VC+ Seguro, que este ano alcançou 50 milhões de pessoas através de ações de comunicação com divulgações em TV, rádio e comunicação digital, além de alocarmos recursos para iniciativas educacionais e culturais voltadas para crianças e adolescentes. Evoluímos ao longo dos últimos anos, mas o caminho ainda é longo e desafiador, por isso seguimos firmes em nossa jornada de fortalecimento da cultura de segurança.

No segmento de distribuição, mantivemos o ritmo acelerado no processo de turnaround das concessões CEA, CEEE-D e Equatorial Goiás, além de avanços relevantes nos demais ativos do portfólio. Ao longo do ano, nossas sete distribuidoras, operaram dentro dos limites regulatórios de FEC, e cinco encerraram o período dentro dos limites de DEC, refletindo o amadurecimento das concessões. A distribuidora de Goiás ainda se encontra em processo de convergência ao limite definitivo do DEC, cumprindo a meta estabelecida junto à ANEEL e com trajetória consistente de melhoria do indicador. Em especial para a CEEE-D cumpre destacar o alcance do limite pactuado no contrato de concessão.

Mais do que números, esses resultados refletem nossa capacidade de execução e o compromisso permanente em colocar o cliente no centro da nossa estratégia. Esse direcionamento também esteve presente na preparação para a COP 30, realizada em Belém (PA). Investimos cerca de R\$ 95 milhões em iniciativas voltadas à confiabilidade e à segurança do sistema elétrico, assegurando condições adequadas para a realização do evento e promovendo melhorias estruturais que permanecem como legado para a infraestrutura da cidade.

Os avanços operacionais e estratégicos também se refletiram no desempenho financeiro da companhia. Encerramos 2025 com um EBITDA Ajustado de R\$ 12,2 bilhões, resultado 11,6% maior que o ano anterior, o que evidencia a evolução consistente dos nossos indicadores de desempenho, a disciplina na gestão de custos e a força estrutural do segmento das empresas do grupo, com destaque para o segmento de distribuição.

Um marco relevante em nossa estratégia de otimização de portfólio foi o desinvestimento dos ativos de transmissão, em uma transação avaliada em R\$ 9,4 bilhões. A operação fortalece nossa estrutura de capital, amplia a liquidez e cria espaço para direcionarmos recursos às principais avenidas de crescimento da companhia. Esse movimento reafirma a Equatorial como uma das mais eficientes alocadoras de capital do setor de *utilities* brasileiro.

Para preparar o Grupo para os próximos ciclos de crescimento e ampliar a confiabilidade do sistema para nossos clientes, realizamos investimentos consolidados da ordem de R\$ 11,0 bilhões ao longo do ano. Os recursos foram direcionados principalmente para a expansão da rede, modernização da infraestrutura e melhoria contínua da qualidade do atendimento. Adicionalmente, destinamos R\$ 552 milhões a iniciativas de inovação. A aceleração da digitalização e a adoção de novas tecnologias são fundamentais para elevar nossa produtividade, aprimorar a experiência do cliente e sustentar nossa competitividade no longo prazo.

No mesmo período, investimos R\$ 144 milhões em projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e do Programa de Eficiência Energética (PEE), e mais R\$ 108 milhões em projetos sociais (Capacitação, Cultura, Esporte, Empreendedorismo e Geração de Renda) tanto por leis de incentivo Estaduais (R\$ 56 milhões), quanto Federais (R\$ 33 milhões), assim como em investimento direto através de nosso Instituto Equatorial (R\$ 17 milhões), reforçando nosso compromisso com a inovação, a eficiência operacional, a responsabilidade social e a sustentabilidade.

Sob a perspectiva do cliente, avançamos de forma consistente em 2025. Registramos evolução no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), alcançando o melhor resultado histórico do Maranhão e o melhor desempenho dos últimos cinco anos no Piauí, Alagoas e em Goiás.

No âmbito do mercado, conquistamos o primeiro lugar em sete das oito categorias da Extel 2025, Instituição Global que reconhece as melhores práticas em relações com investidores, sendo novamente reconhecida como a “Empresa mais Honrada” no setor de *utilities* da América Latina.

Esses reconhecimentos refletem nosso esforço contínuo para evoluir a jornada do cliente e fortalecer a transparência e qualidade do relacionamento com o mercado. Consolidamos uma abordagem cada vez mais centrada na experiência do consumidor e incorporamos sua percepção de forma sistemática aos fóruns de governança e às decisões operacionais.

Na esfera regulatória, 2025 foi um ano marcado por conquistas estruturais. Avançamos de forma consistente na direção de assegurar mais 30 anos para as concessões de Maranhão e Pará, com aprovação na ANEEL e evolução relevante na tramitação junto ao MME e ao TCU. O Tribunal já aprovou o processo do MA ainda em 2025 e a expectativa é de aprovação do PA nas próximas semanas. Em paralelo, seguimos em tratativas avançadas com o MME para a assinatura dos contratos. Trata-se de decisões fundamentais para garantir previsibilidade de investimentos e a continuidade da prestação de serviços essenciais à população.

Também acompanhamos de perto as transformações estruturais do setor elétrico brasileiro. A promulgação da Lei 15.269/2025, originada da MP 1.304/2025, representa um avanço importante na modernização do setor e na ampliação da abertura do mercado livre de energia, inaugurando uma dinâmica mais competitiva e com maior protagonismo do consumidor. Nesse contexto, a medição inteligente ganha ainda mais relevância, e temos atuado ativamente nas discussões regulatórias, ao mesmo tempo em que aprofundamos internamente os estudos sobre modelos e caminhos para essa digitalização, buscando sempre o equilíbrio na sua implementação.

Reforçamos ainda o nosso compromisso com o desenvolvimento social por meio dos avanços trazidos pela Lei 15.235/2025. A ampliação do alcance da Tarifa Social permitiu que mais de 4,3 milhões de clientes da Equatorial fossem contemplados pelo benefício, sendo 1,3 milhão beneficiados pelo desconto integral, reafirmando o nosso compromisso com a inclusão social, a modicidade tarifária e a convicção de que o acesso à energia é um vetor de progresso e dignidade.

Nossos avanços também são resultado direto da dedicação de um time altamente qualificado e comprometido. Em 2025, fomos reconhecidos mais uma vez como uma das melhores empresas para trabalhar pelo *Great Place to Work* (GPTW) 2025, alcançando a 18ª posição no ranking. Além disso, a pesquisa de engajamento conduzida pela consultoria Korn Ferry foi aplicada pelo quarto ano consecutivo, registrando um índice de favorabilidade de 87%, avanço de 4 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Seguimos firmes em nossa agenda de eficiência, crescimento responsável e geração de valor sustentável para todos os nossos stakeholders. Continuaremos focados em fortalecer nossas operações, capturar novas oportunidades de expansão e contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões onde atuamos.

Agradeço, em nome de toda a liderança da companhia, a confiança contínua de nossos acionistas, parceiros e colaboradores - base fundamental para construirmos juntos o futuro sustentável do Grupo Equatorial.

Seguimos avançando.

Augusto Miranda da Paz Junior

Diretor-Presidente

04. Gestão dos negócios

4.1 Desempenho Comercial

Dados Operacionais	Medida	2024								2025							
		MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total
Energia Injetada SIN	GWh	9.935	14.966	5.532	5.295	9.816	1.985	18.728	66.256	10.101	15.075	5.639	5.141	10.155	1.853	18.449	66.413
Sistema Isolado	GWh	2	276	1	0	0	58	0	337	2	296	1	0	0	59	0	359
Energia Injetada pela Geração Distribuída	GWh	738	1.009	781	522	394	82	1.798	5.374	988	1.493	1.067	784	395	149	3.107	8.193
Energia Injetada Bruta Total	GWh	10.674	16.301	6.314	5.817	10.210	2.125	20.526	71.967	11.101	16.864	6.707	5.925	10.750	2.061	21.556	74.965
Varição Injetada Bruta Total (%)	%									4,0%	3,5%	6,2%	1,9%	5,3%	-3,0%	5,0%	4,2%
Residencial - convencional	GWh	2.965	3.172	1.265	1.187	3.114	437	5.521	17.662	2.995	3.109	1.299	1.202	3.194	433	5.461	17.693
Residencial - baixa renda	GWh	1.776	1.869	835	713	483	365	1.036	7.077	1.800	1.844	842	733	541	332	1.069	7.162
Industrial	GWh	129	288	68	84	179	38	337	1.122	102	200	55	65	147	30	254	853
Comercial	GWh	601	1.281	501	494	1.399	241	1.712	6.229	535	1.084	442	434	1.268	197	1.449	5.409
Outros	GWh	1.633	1.646	924	824	1.084	172	3.174	9.457	1.642	1.595	954	681	1.042	174	3.069	9.157
Consumidores Cativos	GWh	7.104	8.257	3.594	3.301	6.259	1.253	11.779	41.547	7.073	7.832	3.592	3.116	6.192	1.167	11.302	40.273
Industrial	GWh	452	1.364	155	676	1.118	10	3.801	7.575	492	1.605	172	730	1.201	21	3.913	8.133
Comercial	GWh	555	939	269	340	879	67	766	3.815	625	1.107	326	389	1.019	85	963	4.514
Outros	GWh	37	138	76	111	161	16	202	742	54	154	89	185	291	16	293	1.081
Consumidores Livres	GWh	1.043	2.441	500	1.126	2.158	93	4.770	12.132	1.171	2.865	587	1.304	2.511	121	5.169	13.729
Energia de Conexão - outras Distribuidoras	GWh	10	25	182	17	63	0	15	312	18	33	193	14	68	0	6	333
Energia Faturada	GWh	8.157	10.723	4.275	4.445	8.480	1.347	16.564	53.991	8.262	10.730	4.372	4.434	8.771	1.288	16.477	54.336
Varição Faturado (%)	%									1%	0%	2%	0%	3%	-4%	-1%	1%
SCEE- GDII + GDIII	GWh	155	284	156	91	26	50	302	1.064	299	562	310	195	115	82	870	2.434
Mercado Fio B	GWh	8.312	11.007	4.431	4.536	8.506	1.397	16.866	55.055	8.561	11.292	4.683	4.629	8.887	1.371	17.348	56.770
Varição Mercado Fio B (%)	%									3,0%	2,6%	5,7%	2,1%	4,5%	-1,9%	2,9%	3,1%
Fluxo Passante	GWh	5	127	393	24	111	0	514	1.175	21	123	437	38	93	32	848	1.593
Energia Medida Total + Fluxo Passante	GWh	8.671	11.565	5.185	4.778	8.863	1.421	18.313	58.795	8.971	11.871	5.559	4.945	9.279	1.427	19.329	61.380
Varição Energia Medida Total + Fluxo Passante (%)	%									3,5%	2,6%	7,2%	3,5%	4,7%	0,4%	5,5%	4,4%
Número de Consumidores	MIL	2.806	3.064	1.547	1.395	1.958	238	3.436	14.443	2.854	3.093	1.579	1.421	1.999	270	3.522	14.373
Varição Número de Consumidores (%)	%									1,7%	0,9%	2,1%	1,9%	2,1%	13,5%	2,2%	2,0%

No 4T25, os dados do Balanço Energético foram ajustados para refletir as alterações decorrentes da REN ANEEL 1.114/2025, após as contribuições da CP 009/2024, que alteram a metodologia de apuração das perdas com base na Energia Medida e na Energia Injetada Bruta.

Abaixo listamos os novos indicadores:

Energia injetada bruta: Energia injetada total no sistema da distribuidora, englobando: fronteiras com a Rede Básica, outras distribuidoras, energia injetada de centrais geradoras, micro e minigeração distribuída participante do Sistema de Compensação;

Energia faturada: total da energia elétrica efetivamente faturada pela distribuidora, considerando o balanço do sistema de compensação de energia elétrica e o custo mínimo da fase;

Mercado Fio B: todo mercado que gera receita para a distribuidora incluindo o mercado faturado cativo e livre, a energia compensada da GD II e GD III e a energia faturada com outras distribuidoras e permissionárias;

Energia medida total + Fluxo passante: total da energia elétrica registrada nos sistemas de medição, mais a Energia que sai do sistema da distribuidora pelas fronteiras e é exportada para rede básica de transmissão.

Observando as concessões de distribuição em uma visão consolidada, a energia injetada bruta, em 2025, apresentou um crescimento de 4,2%, impulsionada pelo aumento de consumo das classes rural, residencial e industrial, além de um cenário de precipitação abaixo da média histórica para seis das sete concessões, principalmente no último quadrimestre do ano. O Mercado Fio B avançou 3,1% no período, com destaque para Piauí (+5,7%), RS – CEEE D (+4,5%), Maranhão (+3,0%), GO (+2,9%), Pará (+2,6%) e AL (2,1%).

4.2 Combate às perdas

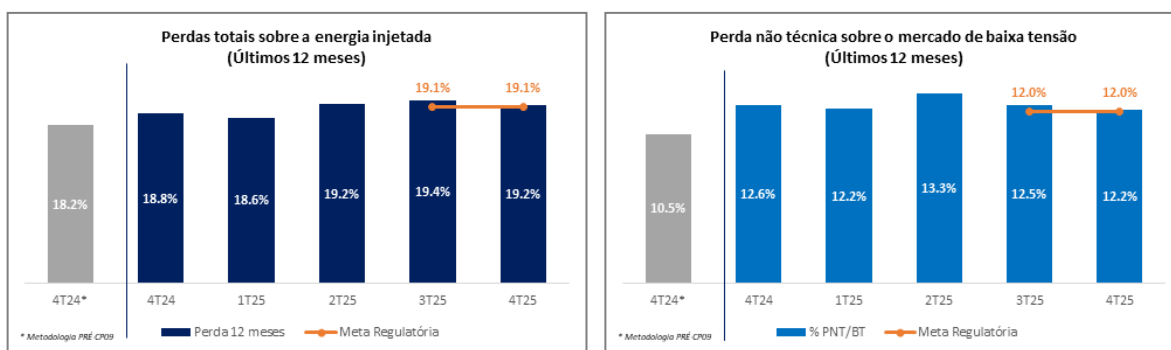
O Despacho Aneel nº 684/2025 introduziu uma nova metodologia para o cálculo da energia injetada bruta e das perdas não técnicas, incorporando os efeitos da micro e minigeração distribuída (MMGD) por meio do conceito de “mercado de fornecimento medido”, que representa o consumo real dos usuários e inclui também a energia injetada pelos sistemas de MMGD na carga total, como a mudança passou a valer a partir dos processos tarifários de 2025, o Grupo Equatorial atualizou suas informações de perdas desde o 4T24, alinhando-se antecipadamente às novas diretrizes regulatórias.

Distribuidoras	4T24	3T25	4T25	Regulatório 4T25 Homologado PÓS CP 09	Δ 4T24	Δ 3T25	Δ Regulatório
Consolidado	18,3%	18,0%	18,1%	18,9%	-0,2%	0,2%	-0,8%
Equatorial Maranhão	18,8%	19,4%	19,2%	19,1%	0,4%	-0,2%	0,1%
Equatorial Pará	29,1%	29,5%	29,6%	28,9%	0,6%	0,1%	0,7%
Equatorial Piauí	17,9%	17,4%	17,1%	19,3%	-0,8%	-0,3%	-2,2%
Equatorial Alagoas	17,9%	16,7%	16,5%	18,6%	-1,3%	-0,1%	-2,0%
CEEE-D	13,2%	12,7%	13,7%	12,5%	0,5%	1,0%	1,1%
CEA ¹	33,1%	31,3%	30,8%	33,2%	-2,3%	-0,6%	-2,4%
Equatorial Goiás	10,8%	10,0%	10,3%	12,8%	-0,4%	0,3%	-2,4%

¹Em relação à cobertura tarifária para compra de energia da CEA, cumpre destacar que além do valor usual implícito no nível de perdas regulatórias, na REH 3.430, de 10 de dezembro de 2024, a Aneel homologou o valor de adicional R\$ 69,8 milhões, a ser recebido em 12 parcelas, referente ao parágrafo único do art. 4º b da lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009. Este mecanismo complementar, previsto em lei, se extingue no processo tarifário de 2026, e o montante de energia associado é reduzido gradativamente 25% a cada ano.

Maranhão

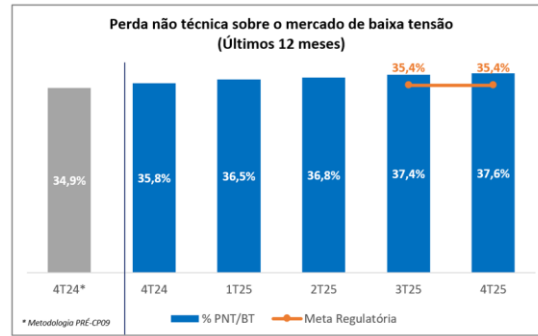
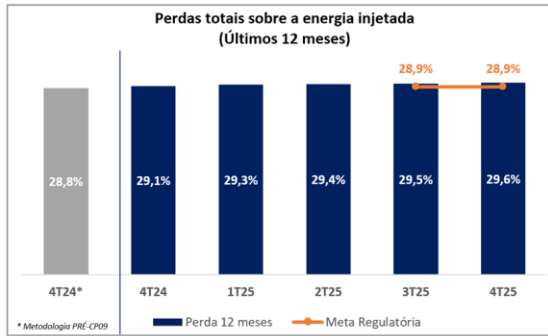
Em 2025, a energia injetada bruta pelo sistema da Equatorial Maranhão atingiu 11.101 GWh, representando um crescimento de 4,3% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 8.971 GWh, aumento de 3,5% em relação a 2024. Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 2.130 GWh no ano, equivalentes a 19,2% da energia injetada bruta. Esse desempenho implicou elevação de 0,4 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 foi marcado por grandes desafios, motivando a Equatorial Maranhão a aprimorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores aos dos anos anteriores. As variações abruptas de temperatura registradas ao longo do período exigiram maior esforço técnico e operacional para preservar a estabilidade do sistema e assegurar o atendimento aos clientes, tornando também mais complexas as ações de combate às perdas.

Pará

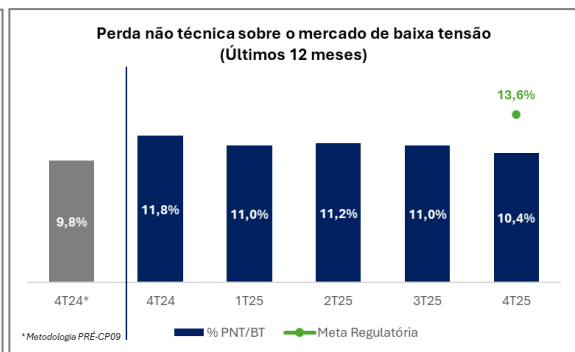
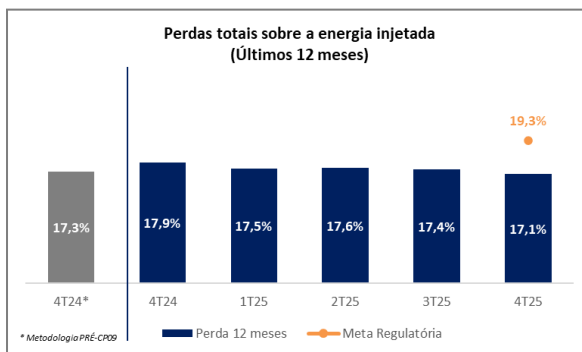
Em 2025, a energia injetada bruta pelo sistema da Equatorial Pará atingiu 16.864 GWh, representando um crescimento de 3,7% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 11.870 GWh, aumento de 2,9% em relação a 2024. Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 4.993 GWh no ano, equivalentes a 29,6% da energia injetada bruta. Esse desempenho implicou elevação de 0,6 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 foi marcado por grandes desafios, motivando a Equatorial Pará a aprimorar processos e desenvolver novas estratégias para avançar em relação aos resultados dos anos anteriores. Ao longo do período, o estado enfrentou condições climáticas adversas que impactaram a operação da distribuidora e aumentaram a complexidade das ações de combate às perdas, contribuindo para maior oscilação dos indicadores.

Piauí

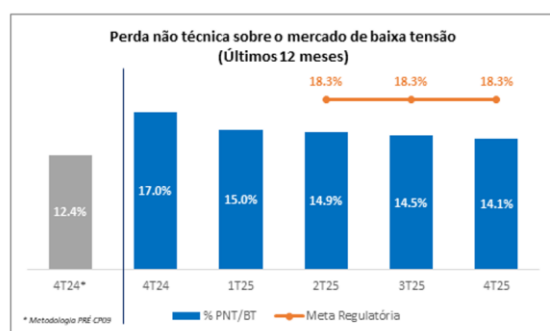
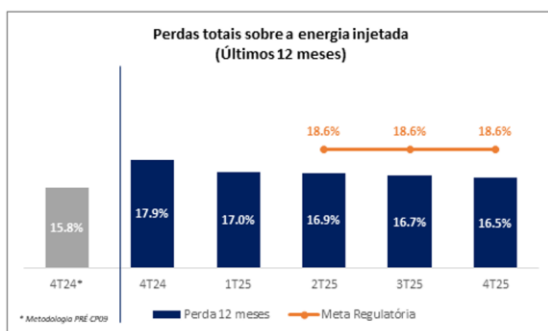
Partindo da nova metodologia, em 2025, a energia injetada bruta pelo sistema da Equatorial Piauí atingiu 6.707 GWh, representando um crescimento de 6,5% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 5.558 GWh, aumento de 7,5% em relação a 2024. Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 1.148 GWh no ano, equivalentes a 17,1% da energia injetada bruta. Esse desempenho implicou redução de 0,8 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 trouxe desafios relevantes para a Equatorial Piauí, especialmente devido às condições climáticas adversas que afetaram o estado ao longo do período. A combinação de seca prolongada e irregularidade das chuvas impactou diretamente a operação da distribuidora, exigindo maior esforço técnico e operacional para preservar a estabilidade do sistema e assegurar o atendimento aos clientes.

Alagoas

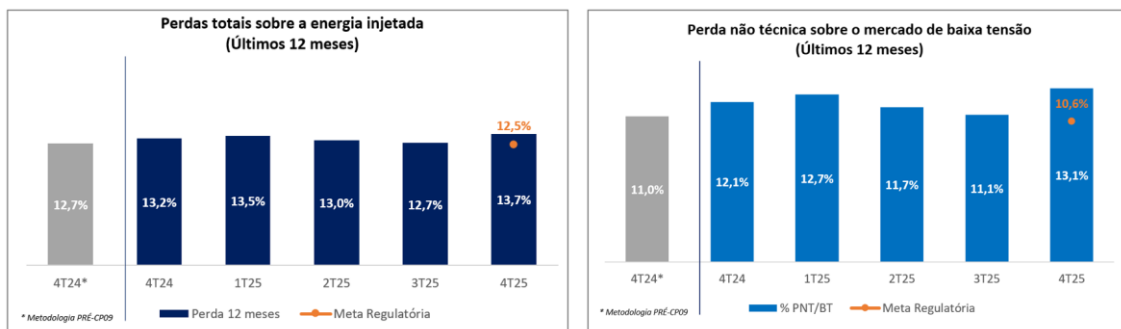
Em 2025, a energia injetada bruta pelo sistema da Equatorial Alagoas atingiu 5.925 GWh, representando um crescimento de 2,1% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 4.944 GWh, aumento de 4,0 % em relação a 2024. Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 980 GWh no ano, equivalentes a 16,5% da energia injetada bruta. Esse desempenho implicou redução de 1,4 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 trouxe desafios para a Equatorial Alagoas, com condições climáticas que exigiram maior atenção à operação e à estabilidade do sistema. Mesmo diante de um cenário que elevou a complexidade das ações de campo e do combate às perdas, a distribuidora avançou em seus resultados. Ao longo do período, houve redução nas perdas globais e na perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão, impulsionada por ações estruturantes e pelo uso de tecnologias que vêm fortalecendo o desempenho operacional e contribuindo para a melhoria contínua dos indicadores. Além disso, a Equatorial Alagoas manteve-se abaixo do indicador regulatório de perdas, refletindo a efetividade das iniciativas implementadas e o avanço consistente na gestão do tema.

CEEE-D (Rio Grande do Sul)

Em 2025, a energia injetada bruta pelo sistema da Equatorial CEEE-D atingiu 10.750 GWh, representando um crescimento de 5,6% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 9.279 GWh, aumento de 4,9% em relação a 2024. Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 1.471 GWh no ano, equivalentes a 13,7% da energia injetada bruta. Esse desempenho implicou elevação de 0,5 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.

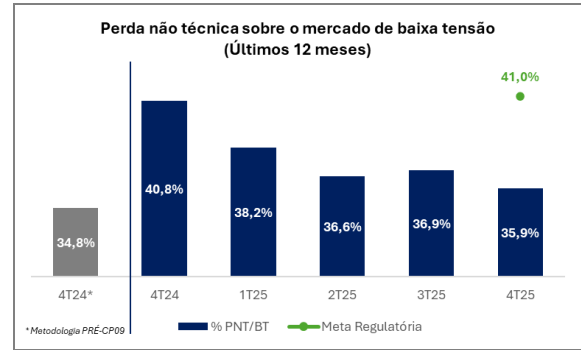
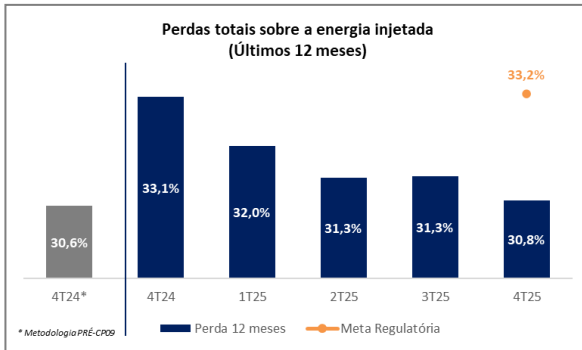


O ano de 2025 foi desafiador para a Equatorial CEEE-D, ainda refletindo os impactos significativos da catástrofe climática que atingiu o estado. Nesse contexto, a companhia direcionou esforços substanciais para o restabelecimento do fornecimento de energia, reconstrução e modernização da rede elétrica, assegurando continuidade ao serviço e mitigando efeitos socioeconômicos para a população.

A magnitude dos danos exigiu intervenções emergenciais, reforço das equipes em campo e priorização das ações de recomposição da infraestrutura. Como consequência desse cenário atípico, observou-se um aumento no indicador de perdas em relação a 2024, resultado das condições operacionais excepcionais e da fragilidade temporária da rede. Ainda assim, a distribuidora manteve o avanço das ações estruturantes voltadas à redução de perdas, reforçando seu compromisso com a eficiência operacional, a evolução dos indicadores e a sustentabilidade do desempenho regulatório no longo prazo.

CEA (Amapá)

Em 2025, a energia injetada bruta pelo sistema da Equatorial CEA atingiu 2.060 GWh, representando uma redução de 2,7% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 1.426 GWh, aumento de 0,5% em relação a 2024. Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 634 GWh no ano, equivalentes a 30,8% energia injetada bruta. Esse desempenho implicou redução de 2,3 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.

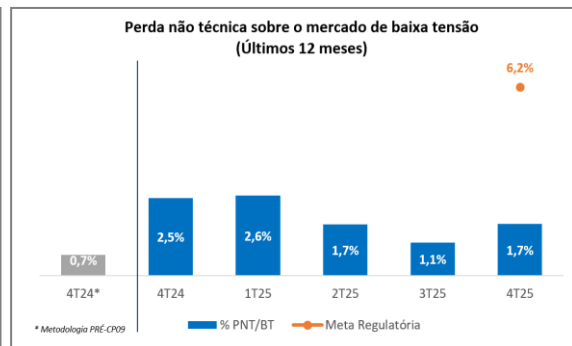
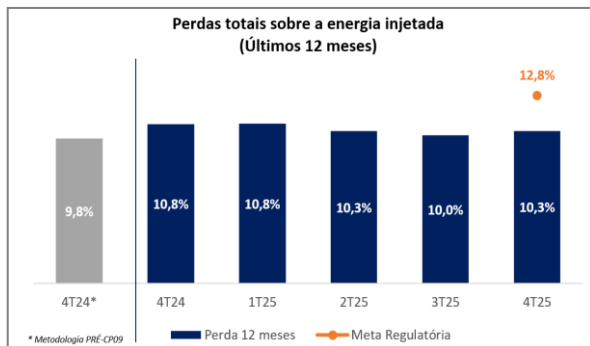


O ano de 2025 também trouxe desafios para a Equatorial Amapá, embora dentro da normalidade operacional do estado. Ainda assim, o período manteve a tendência de evolução observada desde a entrada da Equatorial Energia na concessão, com avanços consistentes nas iniciativas de combate a perdas. Entre 2024 e 2025, a distribuidora registrou novas reduções nas perdas globais e na perda não técnica sobre mercado de baixa tensão, resultado de ações estruturantes, fortalecimento das equipes e maior uso de tecnologias de monitoramento e controle.

Esse movimento dá continuidade ao processo de melhoria implantado nos últimos anos, que levou a companhia a operar de forma sustentada abaixo do indicador regulatório, consolidando um patamar mais eficiente e um desempenho operacional mais robusto no estado.

Goiás

Em 2025, a energia injetada bruta pelo sistema da Equatorial Goiás atingiu 21.556 GWh, representando um crescimento de 5,3% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 19.328 GWh, aumento de 5,8% em relação a 2024. Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 2.227 GWh no ano, equivalentes a 10,3% da energia injetada bruta. Esse desempenho implicou redução de 0,5 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 também trouxe desafios relevantes para a Equatorial Goiás, influenciados por condições climáticas que exigiram maior atenção às operações e à manutenção da rede. A variabilidade do clima ao longo do período, associada a cenários de maior pressão sobre o sistema elétrico, demandou esforços adicionais das equipes em campo para assegurar a continuidade e a estabilidade do fornecimento. Mesmo diante de um ambiente operacional mais complexo, os resultados da distribuidora permaneceram positivos.

Entre 2024 e 2025, foi registrada uma pequena redução nas perdas globais e na perda não técnica sobre mercado de baixa tensão, refletindo um desempenho estável e demonstrando que as ações estruturantes, o reforço operacional e o uso de tecnologias de monitoramento seguem contribuindo para a manutenção dos indicadores em patamares controlados.

4.3 Qualidade DEC/FEC - 12 meses

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) utiliza alguns índices para a verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor ao ano) e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor ao ano).

Distribuidoras	2024	2025	Regulatório*	Δ 2024	Δ Regulatório
DEC					
Equatorial Maranhão	13,36	13,23	13,80	-0,13	-0,57
Equatorial Pará	19,40	15,84	21,47	-3,56	-5,63
Equatorial Piauí	21,04	17,38	19,18	-3,66	-1,80
Equatorial Alagoas	19,89	13,86	14,78	-6,03	-0,92
CEEE-D	18,78	9,84	8,24	-8,94	1,60
CEA	34,54	27,97	45,37	-6,57	-17,40
Equatorial Goiás	15,91	12,66	11,24	-3,25	1,42
FEC					
Equatorial Maranhão	5,81	6,01	7,86	0,20	-1,85
Equatorial Pará	7,95	6,93	15,77	-1,02	-8,84
Equatorial Piauí	7,20	6,27	12,20	-0,93	-5,93
Equatorial Alagoas	6,58	5,43	11,84	-1,15	-6,41
CEEE-D	7,31	4,47	5,79	-2,84	-1,32
CEA	14,40	12,29	30,55	-2,11	-18,26
Equatorial Goiás	7,61	5,87	7,39	-1,74	-1,52

* Homologado Aneel

O Grupo Equatorial encerrou o 2025 com melhora consistente nos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC), consolidando uma trajetória positiva ao longo do ano. Destaque no ano para as concessões da Equatorial Piauí e Alagoas pelo enquadramento no DEC regulatório, com redução de 3,66 horas e 6,03 horas, respectivamente, e para a concessão CEEE-D, com enquadramento no FEC regulatório, resultando no atingimento de 100% das nossas distribuidoras no indicador regulatório. Na visão DEC, é importante destacar, também, que essa concessão entregou uma redução impressionante da ordem de 8,94 horas entre os períodos, enquadrando-se no DEC contratual de 9,90 horas.

Maranhão

Em 2025, novamente, foram atendidas as metas regulatórias dos indicadores DEC e FEC. Os resultados do DEC foram melhores em todos os trimestres de 2025 em relação aos mesmos períodos de 2024, o que os permitiu entregarmos o melhor DEC anual histórico da Equatorial Maranhão. Ainda, a melhoria do indicador DEC, em 0,13 horas foi conciliada com o atingimento de resultados estratégicos importantes, como o combate a inadimplência, de forma a ajudar no atingimento da maior arrecadação de nossa história. Já o FEC realizado ficou 0,20 vezes abaixo do limite regulatório, demonstrando a estabilidade do indicador e maturidade do processo de Manutenção.

Pará

O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 15,84 horas e 6,93 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.

Piauí

Os indicadores de qualidade DEC e FEC apresentaram uma redução de 3,66 horas e de 1,8 vezes, respectivamente, em relação ao exercício anterior.

Alagoas

Os indicadores de qualidade DEC e FEC apresentaram reduções em relação ao exercício anterior, sendo de 6,03 horas e 1,5 vezes, respectivamente.

CEEE-D (Rio Grande do Sul)

O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 8,94 horas e o FEC uma redução de 2,84 vezes, ambos em relação ao exercício anterior.

CEA (Amapá)

O indicador de qualidade DEC apresentou uma queda de 6,57 horas em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma queda de 2,11 vezes em relação ao mesmo período.

Goiás

O indicador de qualidade DEC de 2025 apresentou uma redução de 3,25 horas em relação ao exercício anterior, o FEC de 2025 apresentou uma redução de 1,74 vezes em relação ao exercício anterior.

05. Assuntos Regulatórios

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Alagoas

Em 29 de abril de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. sendo, em média, reajustadas em -6,79%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora a partir do dia 03 de maio de 2025.

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Pará

Em 05 de agosto de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. sendo, em média, reajustadas em 3,74%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora a partir do dia 07 de agosto de 2025.

Revisão Tarifária Anual – Equatorial Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou a Revisão Tarifária Periódica - RTP de 2025 da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2025 a 27 de agosto de 2026, com um reajuste de 17,90% (dezesete vírgula noventa por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Reajuste Tarifário CSA

Em 30 de julho de 2025, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá (“ARSAP”) homologou as tarifas da CSA – Concessionária de Saneamento do Amapá sendo reajustadas em 8,1137%, a ser percebido pelos consumidores da concessionária a partir de 30 de agosto de 2025.

Reajuste Tarifário Anual - Goiás

Em 21 de outubro de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. sendo, em média, reajustadas em 18,55%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora a partir do dia 22 de outubro de 2025.

Reajuste Tarifário Anual – CEEE-D

Em 18 de novembro de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Companhia de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D, sendo, em média, reajustadas em 19,53%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora a partir do dia 22 de novembro de 2025.

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Piauí

Em 25 de novembro de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. sendo, em média, reajustadas em 13,57%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora a partir do dia 2 de dezembro de 2025.

Reajuste Tarifário Anual – CEA

Diante da postergação da definição do reajuste tarifário de 2025, a distribuidora permanece sob as tarifas homologadas pela REH ANEEL nº 3.430, de 10 de dezembro de 2024. A diferença financeira decorrente desse período será objeto de reconhecimento regulatório, de modo a assegurar a neutralidade econômico-financeira. A situação de postergação será encerrada após a deliberação do reajuste tarifário da distribuidora pela ANEEL, atualmente aguardada para março de 2026. O ajuste financeiro referente ao período de postergação deverá ser reconhecido no processo tarifário de 2026, previsto para ocorrer em dezembro.

06. ESG

Ao longo de 2025, o Grupo Equatorial consolidou avanços significativos em sua gestão de sustentabilidade, alcançando posições de liderança no setor de *utilities*. A Companhia registrou uma evolução expressiva nos principais ratings ESG, reflexo direto da integração dessas práticas à sua estratégia de negócios. Além disso, o Grupo conquistou uma expressiva evolução da posição na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da bolsa brasileira (ISE B3), destacando-se na 22ª posição entre as 81 empresas listadas na carteira.

No campo de gestão de pessoas, o Grupo Equatorial foi reconhecido pela primeira vez como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com o ranking *Great Place To Work*® (GPTW) 2025. A companhia passou a ocupar 18ª posição na Categoria Gigantes, entre mais de 5 mil organizações avaliadas. Esse resultado posiciona a Equatorial como uma das maiores empresas brasileiras a conquistar o selo nacional, refletindo o amadurecimento da sua cultura organizacional. Ademais, o Grupo alcançou a marca de 87% de favorabilidade na nossa pesquisa de engajamento de 2025, o que representa um avanço de 4 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Em inovação, o Grupo Equatorial figurou entre as 150 empresas mais inovadoras do país no Prêmio Valor Inovação Brasil 2025, promovido pelo Valor Econômico em parceria com a Strategy&, consultoria da PwC. A Companhia alcançou a 7ª colocação no setor elétrico e a 58ª posição no ranking geral, reconhecimento que reflete a trajetória consistente de crescimento, impulsionada por investimentos em tecnologia, eficiência operacional e digitalização, pilares fundamentais para a modernização da infraestrutura e a geração de resultados.

No pilar social, os investimentos do Grupo totalizaram R\$ 34 milhões no quarto trimestre de 2025, representando um crescimento de 162% em relação a 2024. Nesse contexto, destaca-se o programa Energia Feminina, conduzido pelo Instituto Equatorial, que promove capacitação, inclusão produtiva e geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Após os resultados positivos da primeira edição, a iniciativa chega à sua segunda fase em 2025, com ampliação para todos os estados em que a Companhia atua na distribuição de energia (Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Goiás, Amapá e Rio Grande do Sul), reforçando o compromisso do Grupo com o desenvolvimento social e a autonomia econômica de mulheres.

Saiba mais sobre nossos indicadores, disponibilizados a cada trimestre e anual de 2024 e 2025, no quadro abaixo.

Indicadores ESG	Medida	1T24	2T24	3T24	4T24	2024	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	Var. % 2025 vs 2024
Ambiental												
Consumo de Combustíveis Renováveis na Frota Administrativa	L	47.185	171.539	190.974	206.954	616.652	257.770	247.808	246.714	288.874	1.041.166	69%
Intensidade de Emissões de SF6	tCO2eq/GWh	-	0,05	0,05	0,04	0,14	0,04	0,03	0,04	0,03	0,14	1%
Número de Ligações de Energia em Áreas Remotas via SIGFI (Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte)	#	3.462	3.231	5.453	10.212	22.358	2.196	3.230	7.757	9.025	22.208	-1%
Investimentos P&D e Eficiência Energética em Meio Ambiente	R\$ mil	14.071	830	18.472	28.175	61.548	29.359	28.642	31.318	22.612	111.931	82%
Social												
% de Mulheres no Grupo Equatorial Energia	%	36,2%	36,0%	35,2%	34,9%	34,2%	33,9%	33,0%	33,4%	33,2%	28,9%	-15%
% de Mulheres em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	21,4%	22,0%	22,2%	22,4%	22,1%	22,3%	23,0%	23,0%	22,9%	22,7%	3%
% de Negros em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	7,2%	7,0%	6,9%	7,0%	7,0%	6,8%	8,0%	6,6%	6,5%	6,5%	-7%
% de Fornecedores Locais	%	45,9%	43,0%	42,8%	39,3%	42,4%	43,1%	46,2%	43,3%	46,8%	44,9%	6%
Investimentos Sociais	R\$ mil	9.833	10.253	64.763	13.144	97.993	270	7.029	25.002	34.383	66.684	-32%
Taxa Gravidade (TG) Próprios - indicador	#	5	4	19	25	15	53	125	36	24	53	253%
Taxa Gravidade (TG) Terceiros - indicador	#	799	1.563	1.050	577	1.027	320	209	351	707	363	-65%
Número de óbitos de empregados (próprios + terceiros)	#	1	6	2	2	11	1	0	1	3	5	-55%
Número de Acidentes com a População	#	10	4	4	14	32	9	0	12	5	26	-19%
Número de Unidades Consumidoras (UCs) beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEB) - "000"	#	4.233	4.317	4.496	4.494	4.494	4.351	4.457	4.405	4.343	4.343	-3%
Governança												
% de Conselheiros Independentes	%	100%	100%	86,0%	86,0%	87,5%	86,0%	87,5%	88,0%	86,0%	87,5%	0 p.p
% de Mulheres no Conselho	%	14,0%	14,0%	14,0%	14,0%	12,5%	14,0%	14,0%	14,0%	12,5%	12,5%	-0,015 p.p
% de Colaboradores Treinados na Tilha de Integridade	%	56,0%	62,0%	93,9%	99,0%	99,0%	97,9%	98,0%	98,6%	99,0%	99,0%	0%
Casos Registrados no Canal de Ética	#	166	136	118	210	630	168	247	245	324	984	54%

Diversidade e inclusão

Ao longo de 2025, foram promovidas ações focadas em diversidade, desenvolvimento de talentos e valorização de profissionais formados internamente.

Entre as iniciativas de destaque está a Escola de Eletricistas, que capacita profissionais para o setor e apoia a estratégia de primarização. No ano, formamos 330 pessoas, com 90% de aproveitamento nas turmas. Desses participantes, 65 foram inseridos no mercado de trabalho.

O Grupo Equatorial também avançou na incorporação da pauta de diversidade ao processo de atração e seleção. Foram realizadas capacitações voltadas a recrutadores e lideranças, abordando diversidade e vieses inconscientes e

práticas de entrevistas por competência, além de reforçar o papel dos gestores como agentes da marca empregadora e promotores de processos seletivos mais justos e consistentes.

A padronização de critérios, testes e roteiros de entrevista busca ampliar a equidade nas decisões e reduzir subjetividades ao longo do processo. As consultorias parceiras também passaram a ser acompanhadas de forma mais estruturada, assegurando alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores.

Colaboradores								
	2024				2025			
	Feminino	Masculino	Total Geral	% de Mulheres	Feminino	Masculino	Total Geral	% de Mulheres
Liderança	250	852	1.102	22,7%	252	882	1.134	22,2%
Não-liderança	3.240	5.896	9.136	35,5%	3802	6362	10.164	37,4%
Total¹	3.490	6.748	10.238	34,1%	3.802	6.362	11.298	33,7%

¹ Total de colaboradores considerando a Equatorial Consolidado, de acordo com a seção 10.1 a do formulário de referência disponível no website de RI da Companhia. Considera apenas respondentes que se identificaram como Feminino ou Masculino. A Coluna de total geral considera, além do feminino e masculino, aqueles que não se identificam com os dois gêneros.

A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segregada por gênero:

Nº membros								
	2024				2025			
	Feminino	Masculino	Total Geral	% de Mulheres	Feminino	Masculino	Total Geral	% de Mulheres
Diretoria Estatutária	-	1	10	0,0%	1	8	9	11,1%
Conselho de Administração	1	4	7	14,3%	1	6	8	12,5%
Total²	1	5	17	5,9%	2	14	17	11,8%

² Total de colaboradores considerando a Equatorial S/A (holding), de acordo com a seção 7.1 D do formulário de referência disponível no website de RI da Companhia.

A tabela a seguir, apresenta a média salarial dos colaboradores da Companhia, segmentada por gênero:

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos – Grupo Equatorial				
Nível Hierárquico	31.12.2024		31.12.2025	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Conselho	21	4,76	22	4,55
Alta liderança	82	8,54	87	10,34
Média Liderança	253	22,13	245	23,27
Equipe	10.966	35,54	11.217	33,82
Total	11.322	34,98	11.571	33,37
Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico				
Nível Hierárquico	Remuneração Média - 2024		Remuneração Média - 2025	
Conselho	0,21		0,23	
Alta liderança	0,68		0,85	
Média Liderança	1,03		1,11	
Equipe	0,61		0,67	
Total	0,56		0,58	

As informações constantes nas tabelas acima consideram a quantidade de pessoas em cada nível hierárquico de forma consolidada no grupo Equatorial, sendo consideradas todas as empresas pertencentes ao Grupo Equatorial.

Na Tabela – Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil: A tabela estratifica o efetivo nos níveis de hierarquia definidos – Base dezembro de cada ano; A coluna “Total” contém o efetivo completo (mulheres e homens). A coluna “% Mulheres” mostra a proporção de mulheres em relação ao total. Na Tabela – Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico: A tabela mostra a proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração dos homens, considerando o nível hierárquico.

Em 2025, a Equatorial permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, primeiro índice da América Latina a incorporar critérios de gênero e raça na seleção das empresas participantes. O índice busca acompanhar o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam em diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A presença contínua da Equatorial no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho e reconhece a diversidade como um elemento estratégico para o fortalecimento do desempenho corporativo e para o desenvolvimento sustentável.

07. Desempenho Econômico-Financeiro

Consolidado			
Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de:			
	2025	2024	%
	(reapresentado)		
Operações em continuidade			
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	52.073.804	43.760.753	19%
Receita operacional líquida	52.073.804	43.760.753	19%
Energia elétrica comprada para revenda	(23.578.031)	(19.563.903)	21%
Custo de construção	(10.706.360)	(8.533.467)	25%
Custo da operação	(4.182.157)	(4.125.617)	1%
Custos de energia elétrica, construção e operação	(38.466.548)	(32.222.987)	19%
Lucro bruto	13.607.256	11.537.766	18%
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(1.180.990)	(1.258.105)	-6%
Despesas gerais e administrativas	(2.542.113)	(1.882.604)	35%
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(739.884)	(630.522)	17%
Resultado da equivalência patrimonial	1.259.634	264.761	376%
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.266.991)	(872.287)	160%
Total de receitas (despesas) operacionais	(5.470.344)	(4.378.757)	25%
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	8.136.912	7.159.009	14%
Receitas financeiras	4.776.870	4.222.173	13%
Despesas financeiras	(10.458.778)	(8.637.877)	21%
Resultado financeiro	(5.681.908)	(4.415.704)	29%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.455.004	2.743.305	-11%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(773.987)	(164.978)	369%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	352.222	321.802	9%
Impostos sobre o lucro	(421.765)	156.824	-369%
Lucro das operações em continuidade	2.033.239	2.900.129	-30%
Operações descontinuadas			
Resultado das operações descontinuadas	470.692	867.676	-46%
Lucro líquido do exercício	2.503.931	3.767.805	-34%
Resultado atribuível aos:			
Acionistas da controladora	1.678.352	2.811.675	-40%
Acionistas não controladores	825.579	956.130	-14%
Lucro líquido do exercício	2.503.931	3.767.805	-34%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida totalizou, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, R\$ 52.074 milhões e R\$ 43.761 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 8.313 milhões ou 19%. A variação decorre, principalmente, da receita de distribuição que aumentou R\$ 6.237 milhões, sendo a maior parte desse aumento proveniente das controladas CEEE-D, Equatorial Goiás e da Equatorial Pará, no valor de R\$ 933 milhões, R\$ 1.856 milhões e R\$ 1.362, respectivamente.

Custos de energia elétrica, construção e operação

O custo de energia elétrica, construção e operação totalizou, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, R\$ 38.467 milhões e R\$ 32.223 milhões, respectivamente, representando um aumento de 19%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores: (i) o custo da energia comprada para revenda teve um acréscimo de R\$ 4.014 milhões, ou 14%, explicado em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo exercício de 2024 e ao impacto da contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia (kWh) gerada por consumidores de GD, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia); (ii) o custo de construção aumentou R\$ 2.260 milhões, impactado fortemente pelo processo de revisão tarifária, onde ocorreu maior volume

de capitalizadas no período incremental, onde os investimentos foram relevantes, garantindo assim a finalização das obras e o reconhecimento na base de remuneração das controladas da Companhia.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma despesa de R\$ 5.682 milhões e de R\$ 4.416 milhões, respectivamente, representando um aumento de 29%. A variação ocorreu, principalmente, em decorrência: (i) Contratação de operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 11,14%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por sua vez, registrou-se receita financeira decorrente da desvalorização do real, com alta de 27,91%; e (ii) em 2025, houve reconhecimento significativo de juros e multas, em decorrência do fortalecimento de ações de cobrança e renegociação de dívidas em atraso pelos consumidores das controladas distribuidoras, o que ocorreu em menor volume durante 2024, resultando na redução observada nos saldos do exercício.

Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, R\$ 2.455 milhões e R\$ 2.743 milhões, respectivamente, representando uma diminuição de 11%.

Impostos sobre o lucro

Os impostos sobre o lucro e contribuição social totalizaram, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma despesa de R\$ 422 milhões e receita de R\$ 157 milhões, respectivamente, representando uma variação de 369%, devido, principalmente, pelo aumento no imposto corrente das distribuidoras das companhias Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do exercício totalizou, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, R\$ 2.504 milhões e R\$ 3.768 milhões, respectivamente, representando uma diminuição de 34%.

08. Investimentos

Investimentos (R\$ MM)	4T24	4T25	%	12M24	12M25	%
Distribuição	2.619	2781	6%	8.378	10.639	27%
Ativos elétricos	1.736	1.820	5%	6.112	8.043	32%
Obrigações especiais	588	646	10%	1.530	1.855	21%
Ativos não elétricos	295	315	7%	736	742	1%
Renováveis	4	91	2175%	310	174	-44%
Saneamento	57	43	-25%	156	105	-33%
Serviços e Outros	9	10	11%	29	33	14%
Total	2.689	2.925	9%	8.873	10.951	23%

Os investimentos do Grupo somaram R\$ 10,951 bilhões no exercício 2025, o que representou um aumento de 23% em relação ao exercício de 2024, impactado principalmente pelo segmento de distribuição, com incremento de R\$ 1,931 bilhão em ativos elétricos, entre os períodos. Os investimentos do segmento de transmissão de 2024 e 2025 não estão sendo considerados, pois foi contabilizado nas Demonstrações Financeiras como operação descontinuada.

9. Governança Corporativa

Listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a Equatorial S.A é uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

Diferenciais de governança corporativa:

- 100% de *tag along* aos acionistas minoritários;
- Sete dos oito membros no Conselho de Administração são independentes;
- Aproximadamente 100% do capital total como *free float*, acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico-financeiro em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da Companhia envolvendo administradores;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS.
- Realização de teleconferências de resultados a cada divulgação trimestral.

Conselho de Administração

Eduardo Parente Menezes - Presidente do Conselho
Guilherme Mexias Aché - Vice-Presidente do Conselho
Tinn Freire Amado
Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa
Luís Henrique de Moura Gonçalves
Tania Sztamfater Chocolat
Tiago de Almeida Noel
Dennis Herszkowicz

Conselho Fiscal

Maria Salete Garcia Pinheiro - Conselheira Fiscal Titular
Saulo de Tarso Alves de Lara - Conselheiro Fiscal Titular
Vanderlei Dominguez da Rosa - Conselheiro Fiscal Titular
Adilson Celestino de Lima - Conselheiro Fiscal Suplente
Paulo Roberto Franceschi - Conselheiro Fiscal Suplente
Ricardo Bertucci - Conselheiro Fiscal Suplente

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior - Diretor Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima – Diretor de Relações com Investidores
Fernanda Verzenhassi Sacchi - Diretora
Cristiano De Lima Logrado - Diretor
Humberto Luis Queiroz Nogueira - Diretor
José Silva Sobral Neto - Diretor
Marcos Antônio Souza de Almeida - Diretor
José Ailton Rodrigues - Diretor
Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira - Diretor

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Por fim, durante o exercício de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguração limitada sobre *covenants*; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguração limitada sobre outras contas a receber; asseguração limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial.

A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses.

As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras proforma e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Equatorial S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”), do relatório do CAE, do relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2025 e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.A., sem ressalvas, de 25 de março de 2026, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral ordinária dos acionistas.

São Luís/MA, 20 e 25 de março de 2026

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Saulo Tarso Alves de Lara

RELATÓRIO ANUAL 2025

Equatorial S.A.

Comitê de Auditoria Estatutário

1. Objetivo

O Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial S.A. (referida como “Companhia” ou “Equatorial”) (“Comitê” e “CAE”), é regido pelo seu Regimento Interno, bem como pelas legislações e regulamentações aplicáveis - em especial, pela Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“RCVM 23”). Em cumprimento a essas diretrizes, apresenta seu Relatório Anual Resumido, o qual sintetiza as ações e avaliações realizadas ao longo de 2025.

Este documento evidencia o compromisso do Comitê com a supervisão dos auditores independentes, além do monitoramento da integridade e a eficácia dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras e a adequação das práticas contábeis adotadas pela Companhia, por meio do acompanhamento da adequação dos serviços prestados pelas áreas de controles internos, de auditoria interna e pela área responsável pelas demonstrações financeiras.

O relatório, atende às disposições da RCVM 23, do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Grupo Equatorial, registrando as atividades, e análises e recomendações do Comitê, com o objetivo de fomentar a continuidade das práticas de qualidade e integridade nas empresas que compõem o Grupo Equatorial.

2. Funcionamento e Composição do Comitê

O Comitê é um órgão colegiado e estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. De caráter permanente, atua com autonomia e independência operacional, dispondo de orçamento próprio.

As decisões do Comitê possuem natureza consultiva, sendo apresentadas ao Conselho de Administração por meio de recomendações e informações. Tais decisões são encaminhadas trimestralmente, por meio de reportes realizados pelo Coordenador.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2022. Desta forma, na Reunião do Conselho de Administração da Equatorial S.A. realizada em 27 de dezembro de 2022, foi eleito, pela primeira vez, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, sendo eleitos os seguintes membros: (i) a Sra. Tania Sztamfater Chocolat, na qualidade de Coordenadora do Comitê; (ii) o Sr. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; (iii) o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos membros para integrarem o Comitê, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que sobrevier à realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Assim, nesta ocasião, foram eleitos para integrar o Comitê: (i) o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) o Sr. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; (iii) o Sr. Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê; e (iv) a Sra. Tania Sztamfater Chocolat, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de setembro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia da Sra. Tania Sztamfater Chocolat ao cargo de membro do Comitê, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de outubro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia do Sr. Eduardo Haiama ao cargo de membro do Comitê, e elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Tiago de Almeida Noel, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de setembro de 2024, o Conselho de Administração: (a) tomou conhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. Carlos Augusto Leone Piani ao cargo de membro e Coordenador do Comitê; (b) elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel como Coordenador do Comitê; e (c) elegeu o Sr. Jorge Roberto Manoel ao cargo de membro do Comitê, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Tiago de Almeida Noel, como Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, como membro do Comitê; e (iii) Jorge Roberto Manoel, como membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos membros para integrarem o Comitê, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que sobrevier à realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Assim, a atual composição do Comitê é: (i) o Sr. Tiago de Almeida Noel, na qualidade de Conselheiro e Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, como membro do Comitê, com reconhecida experiência de contabilidade societária, nos termos do art. 31C, da RCM 23, como membro do Comitê; e (iii) Jorge Roberto Manoel, como membro do Comitê.

A composição do Comitê da Equatorial é refletida nas suas controladas - Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”), Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”), Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Goiás”¹) e Companhia Estadual de Distribuição De Energia Elétrica - CEEE-D (“CEEE-D”) (conjuntamente referidas como “Controladas Equatorial”).

Tendo em vista a mesma composição nessas empresas e o disposto no Regimento Interno da Companhia, as reuniões são realizadas de forma unificada, com os itens de pauta discriminados de acordo com a empresa a que se aplicam.

Dessa forma, o CAE da Equatorial S.A. e Controladas Equatorial são compostos por três membros independentes, sendo um deles conselheiro independente da Companhia. e os demais membros externos, com mandatos vigentes até a reunião do Conselho de Administração posterior à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovará as contas do exercício de 2026.

TIAGO DE ALMEIDA NOEL

- Conselheiro Independente
- Coordenador do Comitê

JORGE ROBERTO MANOEL

- Membro do Comitê
- Membro Externo

JOÃO ALBERTO DA SILVA NETO

- Membro do Comitê
- Membro Externo
- Especialista Contábil

3. Atividades Desenvolvidas

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê são realizadas, no mínimo, bimestralmente, de acordo com o calendário anual aprovado

¹ Para a controlada Equatorial Goiás, o Comitê de Auditoria Estatutário foi constituído na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025. No entanto, a instalação e efetivo funcionamento deste órgão na Equatorial Goiás somente se deu após a primeira eleição de membros em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de novembro de 2025.

pelo Comitê, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação, e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação realizada pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por quaisquer 2 (dois) membros do Comitê ou do Conselho de Administração.

3.1. Reuniões e Participação

O Comitê seguiu um Plano de Trabalho definido previamente, reunindo-se 10 (dez) vezes durante o ano de 2025:

- 9 (nove) reuniões ordinárias e
- 1 (uma) reunião extraordinária

Período	Principais Pautas
Janeiro/2025	<ul style="list-style-type: none">• Relatório de Auditoria Interna sobre a área de suprimentos e de manutenção de redes de controladas• Reporte de denúncias do Canal Confidencial• Calendário de Atividades do CAE e participação nas AGOs do Grupo Equatorial• Avaliação da área de Auditoria Interna• Monitoramento periódico Transações com Partes Relacionadas
Março/2025	<ul style="list-style-type: none">• Reporte trimestral a ser enviado ao CA• Manifestação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024• Exame e manifestação ao relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024• Exame e manifestação sobre a proposta de destinação de resultados da Companhia apurados no exercício encerrado em 31/12/2024;• Deliberação sobre a emissão de parecer a respeito das DFs 2024, das contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024 e da proposta de destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024• Análise e aprovação do relatório anual resumido do CAE• Avaliação do relato Auditoria Interna: processos auditados 2024 <i>versus</i> 2025• Reporte de denúncias do Canal Confidencial
Maió/2025	<ul style="list-style-type: none">• Reporte trimestral a ser enviado ao CA• Resultados do 1TRI 2025• Relatório de Recomendações e Comentários à Administração referente ao exercício 2024, emitida pela EY (“Carta de Controles Internos 2024” ou “CCI 2024”)



	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Plano de Ação em relação às Deficiências Significativas apontadas na CCI 2024; • Formulário de Referência – Seção de Riscos
Junho/2025	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento do Plano Anual de trabalho da auditoria externa (2025) • Gestão, avaliação e monitoramento das exposições de risco da Companhia • Acompanhamento do Plano Anual da auditoria interna e das recomendações • Reporte de denúncias do Canal Confidencial • Monitoramento periódico Transações com Partes Relacionadas • Treinamento Trilha de Integridade dos membros eleitos ao CAE
Agosto/2025	<ul style="list-style-type: none"> • Reporte trimestral a ser enviado ao CA • Resultados do 2TRI 2025 • Apresentação do Plano de Ação em relação às Deficiências Significativas apontadas na CCI 2024
Outubro/2025	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão, avaliação e monitoramento de risco da Companhia • Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna e das Recomendações • Reporte de denúncias do Canal Confidencial • Monitoramento periódico Transações com Partes Relacionadas • Apresentação das Contingências/Provisões Grupo Equatorial • Apresentação em relação ao modelo IFRS S1/S2
Novembro/2025	<ul style="list-style-type: none"> • Reporte trimestral a ser enviado ao CA • Resultados 3º ITR 2025 • Apresentação do Plano de Ação em relação às Deficiências Significativas apontadas na CCI 2024 • Avaliação do plano anual de auditoria interna 2026 • Revisão do Código de Ética e Conduta
Dezembro/2025 1 extraordinária 1 ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Tema de controles internos • Gestão, avaliação e monitoramento das exposições de risco da Companhia • Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna e das Recomendações • Formalização do Plano Anual de Auditoria Interna 2026 • Calendário Anual CAE 2026 e Orçamento CAE 2026 • Reporte de denúncias do Canal Confidencial

Os membros atingiram um percentual de participação de 100% nas reuniões do Comitê durante o exercício de 2025.

3.2. Pautas e Deliberações

- Total de itens pautados: **50** (cinquenta) itens.
-

- Total de solicitações: **18** (dezoito) solicitações.
- Solicitações atendidas: **13** (treze) já foram atendidas.
- Solicitações em andamento: **5** (cinco) estão em andamento.

3.3. Temas Discutidos

Os temas discutidos podem ser agrupados da seguinte forma:

✓ Auditoria Externa

- Demonstrações Financeiras anuais e Informações Trimestrais.
- Acompanhamento do Plano Anual de Trabalho da Auditoria Externa 2025.
- Acompanhamento do Plano de Trabalho relativo às deficiências significativas da Carta de Controles Internos 2024.

✓ Auditoria Interna

- Avaliação da área de Auditoria Interna referente ao exercício de 2024.
- Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna 2025.
- Avaliação e aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna 2026.

✓ Ouvidoria e Canal Confidencial

- Acompanhamento mensal das Denúncias – Canal Confidencial, com avaliação quantitativa e qualitativa

✓ Riscos e Controles Internos

- Gestão, Avaliação e Monitoramento de Riscos e Controles Internos.
- Avaliação do Formulário de Referência – Seção de Riscos

✓ Partes Relacionadas

- Monitoramento das Transações com Partes Relacionadas.

✓ Jurídico e Compliance

- Contingências e provisionamento.
- Programa de Integridade e de Privacidade.
- Revisão Código de Ética e Conduta.

✓ Regulatório e Meio Ambiente/ESG

- Acompanhamento de questões regulatórias com potencial impacto financeiro, aplicáveis às companhias do Grupo Equatorial.
-

- Acompanhamento de temas envolvendo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- Novas regras IFRS S1/S2

✓ **Tecnologia da Informação**

- Segurança Cibernética e Governança de Dados.

✓ **Relações com Investidores**

- Resultados trimestrais (1º, 2º e 3º ITRs/2025).
- Demonstrações Financeiras (DF 2024).
- Reportes trimestrais de atividades do Comitê ao Conselho de Administração.

✓ **Relatórios de Auditoria Interna**

- Manutenção Rede de Distribuição (Goiás e CEEE-D).
- Projetos de Obras de Expansão, Manutenção e PLPT.
- Medição de Serviços Técnicos Comerciais (STC).
- Saúde e Segurança do Trabalho.
- Cobrança e Contas a Receber.
- Contratos de Clientes Echoenergia / Contas a Receber.
- Faturamento (Leitura).
- Proteção a dados sensíveis e críticos.
- Indicadores individuais de interrupção.
- Seguros.
- Comercialização (Echoenergia).
- Cumprimento de TAC.
- Compliance.
- Orçamento e Fluxo de Caixa.
- Obtenção de Licenças para Execução das Obras e Operações / Poda e Limpeza de Faixa da Sub-transmissão.
- Contratação e Medição de Obras de Facilities.
- Tributos.
- Cadastro de Fornecedores e Compras Descentralizadas.

4. Regimento Interno

O Comitê conta com um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de dezembro de 2022, o qual pode ser consultado no endereço: <https://ri.equatorialenergia.com.br/esg/estatuto-social-e-codigo-de-conduta/>.

5. Recomendações e Comunicação do CAE com os Conselhos de Administração

O Coordenador do Comitê reúne-se trimestralmente com o Conselho de Administração das empresas que possuem o CAE constituído, a fim de relatar as principais discussões e reportar os trabalhos desenvolvidos.

Dentre as principais atividades, encontram-se as recomendações que realizou aos Conselhos de Administração, como a recomendação da aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social, bem como a análise acerca das informações financeiras da Companhia referentes aos períodos findos em 31 de março de 2025 (1º ITR/25), 30 de junho de 2025 (2º ITR/25) e 30 de setembro de 2025 (3º ITR/25).

6. Conclusões

Os membros do Comitê da Companhia no exercício de suas atribuições, conforme as disposições do Estatuto Social da Equatorial S.A e do Regimento Interno do Comitê, apreciaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes (Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda.), o relatório da administração e a proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, considerando as análises realizadas no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, bem como as informações prestadas pela administração ao longo do exercício social, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração, com a posterior recomendação de aprovação à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos da lei das Sociedades por Ações.

Tiago de Almeida Noel
Coordenador do Comitê de
Auditoria Estatutário

Jorge Roberto Manoel
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

João Alberto da Silva Neto
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário
